



CLÍNICAS DO
TESTEMUNHO

NAS MARGENS



MARGENS CLÍNICAS

CLÍNICAS DO TESTEMUNHO NAS MARGENS

Coordenação | Anna Turriani

Coletivo Margens Clínicas

São Paulo, 2017


MARGENS CLÍNICAS



PROJETO
CLÍNICAS DO TESTEMUNHO

COMISSÃO DA
ANISTIA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA



T961c Turriani, Anna (Coord.)

Clínicas do Testemunho nas Margens / Anna Turriani, Anita Vaz, Kwame Yonatan, Laura Lanari, Pedro Obliziner, Victor Barão Freire Vieira. – São Paulo: ISER, 2017.
120 p. : il

ISBN: 978-85-7619-021-9

1. Direitos Humanos. 2. Violência de Estado. 3. Reparação Psíquica. 4. Clínica Política. 5. Memória Coletiva. I. Vaz, Anita. II. Yonatan, Kwame. III. Lanari, Laura. IV. Obliziner, Pedro. V. Vieira, Victor Barão Freire. VI. Título.

CDD 9999

Texto de produção independente

“Esta publicação é resultado de iniciativa fomentada com verbas do projeto Clínicas do Testemunho da Comissão de Anistia, selecionada por meio de edital público. Por essa razão, as opiniões e dados contidos na obra são de responsabilidade de seus organizadores e autores, e não traduzem opiniões do Governo Federal, exceto quando expresso em contrário.”

Coordenação: Anna Turriani

Preparação de texto e revisão: Anna Turriani e Laura Lanari

Edição: Anna Turriani, Laura Lanari

Projeto Gráfico, Diagramação, Ilustrações e Capa: Camila Sipahi Pires

Vetores: Freepik

Colaboradores: (fotos) Luh Silva – Grupo Pandora,
Mauricio de Paiva – Projeto Perus Vala Queixadas,
Sheila Oliveira – Bonecos Torturados e livro Infância Roubada
Thiago Nascimento – Heliópolis,
UNAS – imagens de arquivo

Capa: (ilustração) Camila Sipahi Pires



MARGENS CLÍNICAS

EQUIPE EXECUTIVA CLÍNICAS DO TESTEMUNHO NAS MARGENS

Coordenação
Anna Turriani
Coordenação Regional
Anita Vaz
Victor Barão Freire Vieira
Supervisão
Sandra Berta
Equipe Clínica
Anna Turriani
Anita Vaz

Gabriela Serfaty
Kwame Yonatan
Olivia Françaço
Pedro Obliziner
Rafael Alves Lima
Victor Barão Freire Vieira
Arte Terapeuta Parceira
Camila Sipahi Pires
Articuladora Regional
Thalita Duarte



EQUIPE INSTITUCIONAL DO CLÍNICAS DO TESTEMUNHO NAS MARGENS

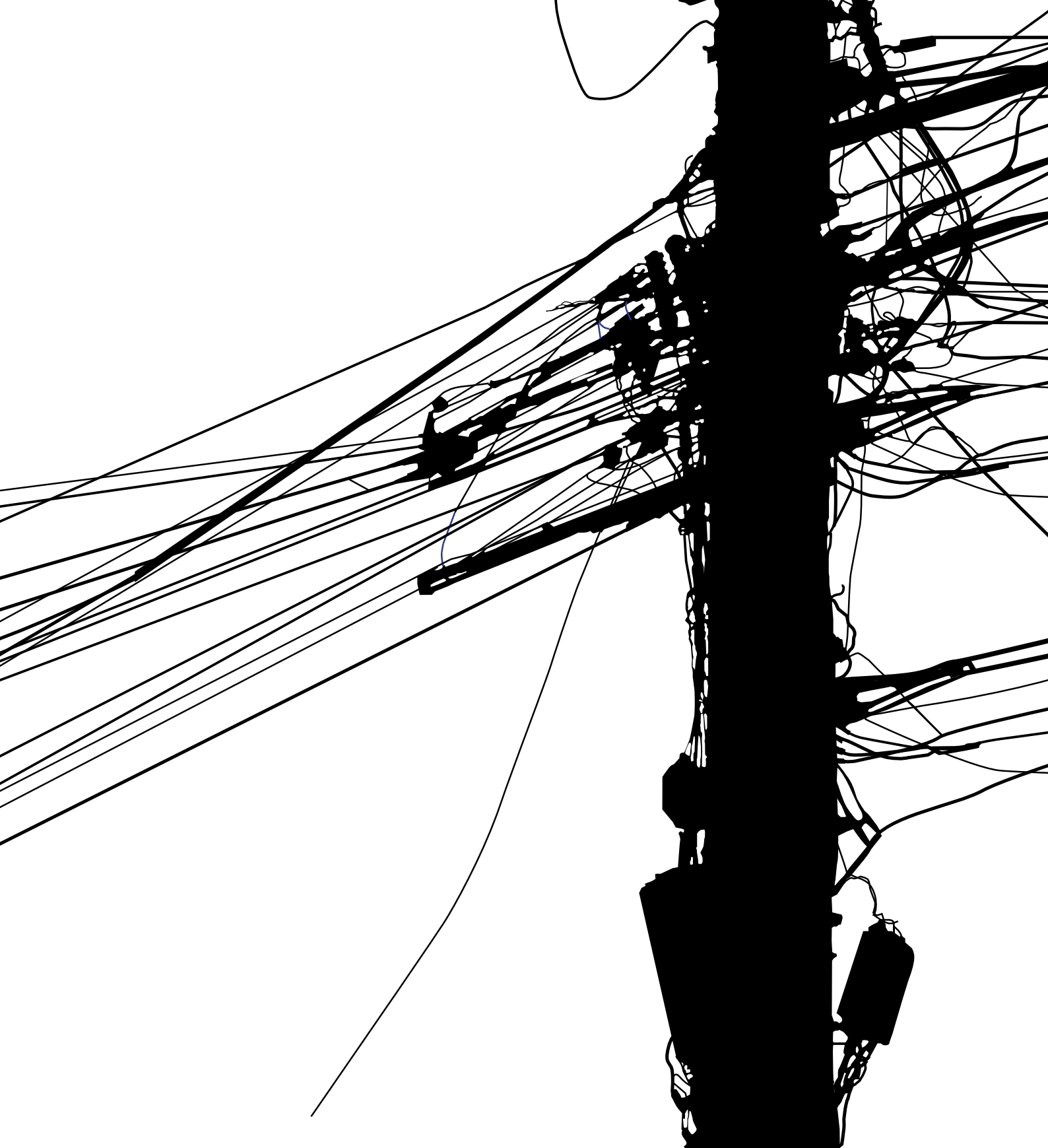
Presidente
Hélio R. S. Silva
Vice-Presidente
Regina Novaes
Secretário Executivo Adjunto
João Souza e Silva
**Coordenadora
Administrativo-Financeira**
Iara Reis

Coordenador de Projetos
Luna Rosenbaum
Comunicação Institucional
Luiza Boechat
**Coordenadores Institucionais
do Projeto Clínicas do Testemunho**
João Souza e Silva
Roberto Amado
Shana Marques Prado dos Santos



Presidente da República
Michel Temer
**Ministro de Estado da Justiça
e Segurança Pública**
Torquato Jardim
Secretário-Executivo
Gilson Libório de Oliveira Mendes
Presidente da Comissão de Anistia
Vago
1º Vice-Presidente da Comissão de Anistia
José Francisco Rezek
2º Vice-Presidente da Comissão de Anistia
Grace Maria Fernandes Mendonça
Conselheiros da Comissão de Anistia
Amanda Flávio de Oliveira
Ana Maria Lima de Oliveira
Bruno Leonardo Guimarães Godinho
Carlos Bastide Horbach
Carolina Cardoso Guimarães Lisboa
Eneá de Stutz e Almeida
Eunice Aparceda de Jesus Prudente
Fabiano de Figueiredo Araújo
Fernando Ferreira Baltar Neto
Gustavo Gonçalves Ungaro
Henrique de Almeida Cardoso
Jorge Octávio Lavocat Galvão
Kaline Ferreira Davi
Luiz Alberto Gurjão Sampaio
de Cavalcante Rocha

Maria Vitória Barros e Silva Saraiva
Marina da Silva Steinbruch
Mário Miranda de Albuquerque
Otávio Brito Lopes, Paulo Lopo Saraiva
Ricardo Soriano de Alencar
Rita Maria de Miranda Sipahi
Rodrigo Gonçalves dos Santos
Roger Stiefelmann Leal
Vanda Davi Fernandes de Oliveira
Victor Ximenes Nogueira
Diretor da Comissão de Anistia
Vago
Chefe de Gabinete da Comissão de Anistia
Magally Dato Rodrigues
**Coordenador de Projetos
e Ações de Memória**
Elton Sampaio Carlota
Coordenador-Geral de Gestão Processual
José Roberto Machado Farias
Coordenadora de Análise Processual
Renata Alves Neres Nogueira
**Coordenador de Controle
e Registro Processual**
João Alberto Tomacheski
**Coordenadora de Julgamento
e Finalização**
Natália Costa



SUMÁRIO

Prefácio – A clínica Nas Margens do ponto de vista das Margens | José Queiroz Soró 7

Introdução 11

O Testemunho e a Clínica | Anna Turriani 17

Reparar(na)ação | Anita Vaz 29

Bonecos da Memória | Laura Lanari 47

Memórias e Bonecos | Camila Sipahi Pires 52

A Espuma dos Anjos | Victor Barão Freire Vieira 57

A Periferia da Periferia: Testemunhos em Perus | Pedro Obliziner 65

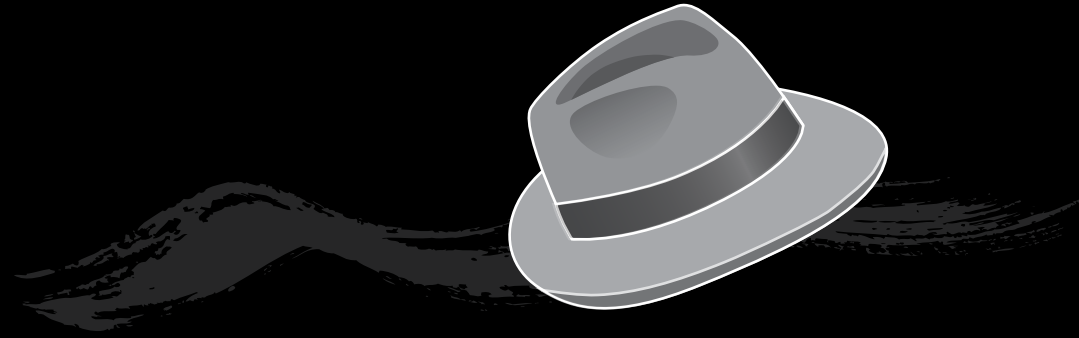
Do Consultório ao Território | Victor Barão Freire Vieira 77

Rememória e Afeto | Thalita Duarte 91

Não é Mais Pesadelo | Kwame Yonatan e Pedro Obliziner 97

Nomear o Indizível | Sandra Berta 105

Posfácio aos Psicanalistas – Psicanálise e Ditadura | Rafael Alves Lima 111



PREFÁCIO

A CLÍNICA NAS MARGENS DO PONTO DE VISTA DAS MARGENS

por José Queiroz Soró

“Onde falta arte a violência se converte em espetáculo”

Destas verdades profundas pixadas em um muro qualquer.

Q

proposições democráticas a serviço da afirmação do velho assistencialismo e como não, do autori-

quando em 2005 nasce a Comunidade Cultural Quilombaque, já eram visíveis e notáveis a falência das leis e estruturas elaboradas e destinadas a afirmação e construção do Estado Democrático de Direitos. O que víamos na margem de cá eram apenas mais entulhos confusos. Estruturas e

tarismo. Além disto a constatação de que distante demais estavam os legisladores, governantes, formuladores de políticas públicas para ouvir e compreender que o barco estava a deriva. O que se confirmou em 2016 com o golpe. Então, na época, só nos restava tentar decifrar os complexos gargalos se queríamos de fato tentar desencaroçar o angu que são os territórios periféricos. E o mais notável destes se configurava como violência, compreendida aí desde o valor atribuído a vida em todas as suas dimensões e circunstâncias, a marginalidade, a policia, as inúmeras privações cotidianas e perenes, confirmadas não somente nos indicadores e estatísticas policiais mas fundamentalmente na violência (perversa)

contra crianças, mulheres e idosos, além, é óbvio, nas típicas de ódio como o racismo, o machismo e lgbtfobias. E isto revelou o tamanho e o peso do desafio. Sem baixar o grau de violência social, nada nasce e se sustenta. Então em meio a essa territorialidade complexa optamos por estabelecer um marco orientador, a partir do qual tudo o mais se referenciassem criando uma espiral, contrapondo-se a espiral vigente, de morte. Portanto só poderia ser o direito inalienável a vida. A arte e a cultura os instrumentos sensíveis e criativos a dinamizar a espiral de vida. Não a velha concepção e percepção do papel da arte e da cultura até então, mas uma inovada que afirmasse como objetivo fundamental esta como um direito humano e um dever do Estado. Que amplie e amplifique o universo imaginário e o repertório de linguagem. Que gere trabalho, renda e perspectiva para a juventude. E por fim que seja capaz de dinamizar uma outra dinâmica econômica edificante e não degradante. Hoje maduramente desenvolvemos e implementamos um Plano de Inclusão Social em Desenvolvimento Sustentável Local, o Território de Interesse da Cultura e da Paisagem – TICP Perus Anhanguera Jaraguá ou seja, para ser um território de vida teria que ser eminentemente um território reparador, de resignificação.

A começar por nós mesmos, pois por mais que tenhamos conhecimentos e desejos, somos frutos e formados nestes ambientes. O que determinava em muito a existência e longevidade dos grupos e coletivos afetados pela dificuldade relacional, reveladora primária do quanto somos afetados por, digamos, esse existir violento. Para esta empreitada bebemos na fonte e nos inspiramos bastante em Milton Santos e seus

postulados sobre território e territorialidades e em Pichon Riviere e Donald Winnicott sobre grupo e ambientes resignificadores.

Desde esse momento consolidamos a certeza de que tão fundamental quanto a arte e a cultura o eram os recursos da psicologia e da psicanálise.

O assunto reparação já era parte de nossa narrativa desde as lutas pela derrubada da ditadura, mas somente voltou a virar assunto no início de 2000.

E por isso passamos a acompanhar o desenrolar da conversa em torno da instalação das Comissões da Verdade. E juntos com diversos outros grupos e coletivos, marcadamente as Mães de Maio fizemos gestões e lutamos para que se compreendesse a militarização e a policialização da vida social, o encarceramento em massa e o genocídio da juventude negra como elementos vivos e presentes da Ditadura Militar e por isso necessário sua inclusão nos mecanismos de apuração e reparação. Mas perdemos. A compreensão e a cobertura ficou apenas em torno dos perseguidos, torturados e mortos, bem como seus familiares durante a ditadura em seus marcos oficiais.

Por isso a recepção e acolhida do Projeto Clínicas do Testemunho nas Margens e o Coletivo Margens Clínicas não foi, digamos, tranquila pois não tem como acreditar que se repare alguma coisa dentro de estruturas que permanecem repetindo a mecânica violenta do Estado autoritário.

Neste íterim dois elementos foram determinantes: a teimosa convicção dos psicanalistas e o fato de termos em comum o conflito como princípio criativo. Não mascará-lo e nem sonegá-

-lo permitiu enxergarmos saídas. Já que no oficial não estávamos, borá construir complementariedades no campo, na ação.

No processo de gestão dos conflitos nos permitimos descortinar questões profundas como o fato de a psicanálise ser um instrumento apropriado pela elite como instrumento de apoio e desenvolvimento, mas pelos pobres – até para que se preserve como privilégio – apropriado reflexivamente como instrumento de cura e tratamento para loucos. Um desafio transicional, permanente.

Um outro desafio importante aprendido nesse percurso é a própria capacidade de se relacionar, articular e se integrar ao território. Afinal o projeto não é uma nave salvadora, é mais um nessa babel. E cada lugar é um lugar e um tempo únicos, próprios. Em comum apenas a complexidade exigente. Ou seja, mesmo que dure pouco, a profundidade do mergulho é que determinarão os resultados. E estes, por pouco que tiveram Perus e Heliópolis, os temas de sobra.

Esta experiência permitiu ampliar nossos sentidos e visões, consolidando a importância estratégico sensível da Clínica nas Margens como questionar, e afirmar desconstruindo preconceitos, a necessidade de se democratizar, com urgência de política de Estado, o acesso a saúde mental.

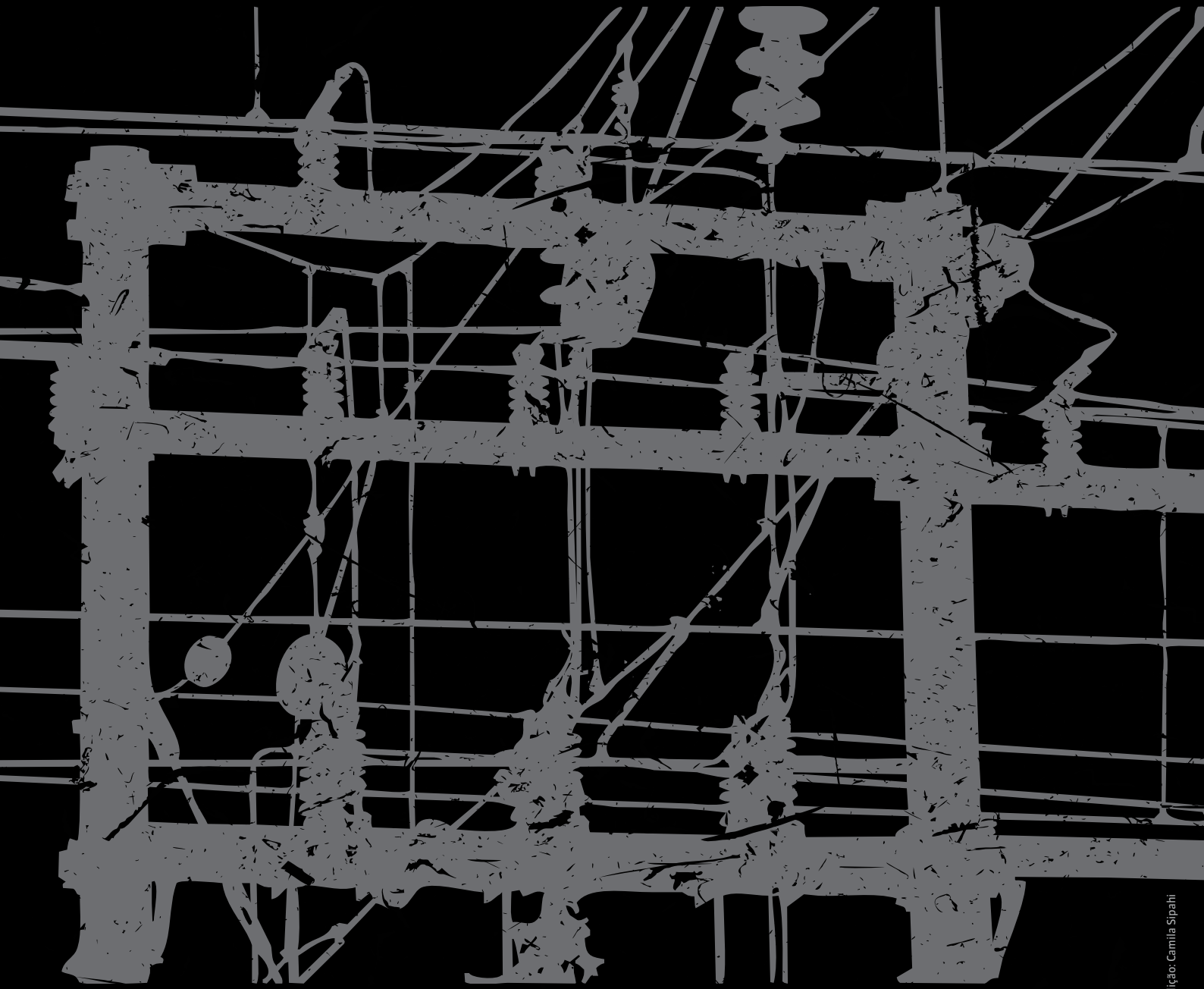
Um outro resultado sem dúvida, na necessária perspectiva de construir uma sociedade reparada-reparadora é o papel formador-empoderador de educadores, agentes e lideranças, grupos, coletivos e serviços. Os encontros e atividades em seus diversos formatos além de proporcionar a apropriação da história contada por quem a viveu, proporciona também a apropriação de novos

conhecimentos, novas narrativas que permitem uma melhor compreensão, e portanto, ação destes no território. Nesse contexto pudemos até trazer a tona, a palavra, conflitos e traumas muito particulares, como entre pelegos e Queixadas, de imensas feridas ainda abertas.

Diversas outras ações foram geradas, referenciadas e fortalecidas pelo projeto, como a constituição consolidação da Biblioteca Municipal Pe. José de Anchieta como o Centro de Memória do bairro, papel e responsabilidade logo assumida por outras duas bibliotecas públicas no território. A II Semana de Direitos Humanos, a luz necessária na questão da Vala Clandestina e a identificação das ossadas, e a luta pela construção do Memorial da Vala e efetivamente a restauração e reativação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos Carlos Alberto Pazzini.

Obviamente que os exemplos de resultados são em sua maioria da experiência vivida em Perus mas que confirmam a potência e a emergência destas ações em qualquer território.





INTRODUÇÃO

Nas seguintes páginas, através de muitas mãos, buscaremos escrever e inscrever aquilo que nos atravessou durante dois anos de realização do Projeto Clínicas do Testemunho nas Margens. História de muitos, que ao longo dos últimos meses nos relataram seus esforços em esboçar outras histórias para além daquela que o Estado lhes impôs. Histórias de como cotidianamente é possível reinventar o presente mesmo quando memórias do horror e da violência emergem, ou o próprio horror e violência batem a porta, invadindo moradas, deixando parentes mortos na rua, torturando e violando.

Durante estes dois anos, fomos parceiros de diversos sujeitos e comunidades marginalizadas no esforço de recuperar memórias e buscar novos conhecimentos que ajudassem a entender o porquê das violências de Estado, a serviço de quê está a desigualdade social, e assim tentar encontrar novos significados, libertadores e emanci-

padores, às experiências traumáticas vividas, de modo a alterar de algum modo os condicionantes históricos e sociais que condenaram às populações periféricas de São Paulo ao racismo, à violência política e ao despojo.

O projeto Clínicas do Testemunho, iniciativa da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça do Governo Federal, está inserido dentre uma política maior de memória, verdade e justiça, na qual diversos países latino americanos traçam esforços em esclarecer os obscuros períodos de ditaduras e violência de Estado que assolou o continente na segunda metade do século XX, assim como oferecer reparação material, simbólica e psíquica aos afetados por tais violências, de modo a efetivar o processo de transição democrática.

O Clínicas do Testemunho é o primeiro projeto do Estado brasileiro a oferecer reparação psíquica aos afetados da violência perpetrada pelos agentes de segurança pública dos governos ditatoriais dos anos 1964 a 1985. Ele é resultado da incessante luta de militantes políticos envolvidos com o processo de anistia para que o Estado se responsabilize pelos crimes de lesa humanidade que cometeu.

Seu primeiro edital foi lançado em 2012, do qual participaram quatro núcleos do Clínicas do Testemunho: Instituto Sedes Sapientiae e Instituto Projetos Terapêuticos de São Paulo, o Instituto Projetos Terapêuticos do Rio de Janeiro e a Sigmund Freud Associação Psicanalítica, de Porto Alegre. Nesse mesmo ano, nós, o coletivo Margens Clínicas, surgíamos engajados em responsabilizar o Estado pelos crimes de lesa humanidade cometidos também em período democrático, sobretudo nas periferias das grandes cidades, contra as populações pretas e pobres.

Nossa proposta era, consonante com o recém lançado projeto Clínicas do Testemunho, oferecer reparação psíquica às vítimas de violência policial, de modo a poder construir insumos que fortalecessem a luta por reparação aos afetados pelo genocídio preto, pobre e periférico, assim como os auxiliassem no enfrentamento à violência do Estado; tanto as violências explícitas das execuções de jovens, como os crimes velados do genocídio cultural que nega e violenta tudo o que fuja ao ideal branco, classista e heteronormativo; que o Estado reconhecesse que os crimes cometidos em período ditatorial tem seus efeitos nos dias atuais não somente pelos danos psíquicos causado à sociedade, mas por legitimar que ainda hoje ações atrozess sejam executadas contra a maioria da população, marginalizada e vulnerabilizada por governos que até os dias de hoje não pagaram as contas com nosso passado colonial e escravocrata.

Durante os primeiros anos de execução do projeto Clínicas do Testemunho, estivemos presentes nas conversas públicas da cidade de São Paulo, em grupos de estudo coordenados por nú-

cleos dos projetos, em debates e diálogos acadêmicos, assim como tocando nossas propostas de reparação psíquica tanto através de dispositivos clínicos comunitários, como através de atendimentos gratuitos oferecidos em nossos consultórios particulares.

Em 2015, quando foi lançado o segundo edital Clínicas do Testemunho, buscamos construir um projeto que pudesse juntar as duas pautas, levando a discussão sobre a violência da ditadura às margens da cidade, às comunidades que muitas vezes ignoram que houve ditadura, ignoram que a violência cotidiana que vivem é decorrente da ditadura, ignoram os efeitos da exceção em suas realidades, materiais e psíquicas. Propusemos assim: implementar um Núcleo das Clínicas do Testemunho da Comissão de Anistia em São Paulo, com capacidade para oferecer atenção psicológica aos familiares de desaparecidos políticos entre 1964 a 1988 e a quaisquer outras vítimas diretas ou indiretas do período ditatorial; através de dispositivos clínicos e de sessões públicas de testemunho, bem como das oficinas comunitárias “Retalhos da Memória”, incluir na experiência de testemunho e reparação psíquica comunidades que viveram a experiência de violência estatal sem que, contudo, se reconheçam ainda como beneficiários da reparação, e que ainda continuam a experimentar essa forma de violência como legado da ditadura; e sensibilizar e capacitar profissionais e estudantes para atuarem no campo da reparação psicológica aos danos causados pela violência de Estado.

O Projeto Clínicas do Testemunho nas Margens contou com 20 pacientes inscritos formalmente, 3 inscrições recusadas – ou ainda em

espera – pela Comissão de Anistia, mas atendeu em entrevistas e escuta territorial¹ a 48 pessoas vítimas de violências de Estado e acolheu em diversos espaços de escuta, tais como conversas públicas e capacitação a mais de 300 pessoas. O contraste entre os baixos números em atendimentos individuais ou grupais e os altos números para atividades coletivas, que não exigiam a inscrição oficial dos afetados, pode ser explicada ao menos por dois fatores.

Em primeiro lugar, o Projeto Clínicas do Testemunho, como já dito, teve um primeiro edital no ano de 2012, do qual o Coletivo Margens Clínicas não participou, a não ser como parceiros de diálogo, convidados em grupos de estudos e assistindo às conversas públicas. Quando em janeiro de 2016 começamos o projeto, este encontrava-se em sua etapa zero, tal qual os outros núcleos responsáveis pela execução de 2013-2014, e quando os números são comparados ao alcance obtido pelos primeiros núcleos em período correlato, observa-se que em termos de atendimentos individuais e grupais, nosso projeto condiz com a média.

A delicadeza e o cuidado próprios da reparação psíquica demandam um trabalho gradual de implementação que passa pela apresentação, envolvimento, reconhecimento da demanda, aproximação com as vítimas e familiares, articulação com grupos engajados nas temáticas de Verdade, Memória, Justiça e Direitos Humanos.

Conforme dados da Sigmund Freud Associação Psicanalítica, responsável pelo projeto piloto no Rio Grande do Sul no período de 2013-2015, com 17

meses de execução o projeto constava somente com 5 pessoas inscritas, ao passo que nos seguintes meses, somado um período de aditamento de 6 meses, alcançou-se um total de 56 inscritos (51 pessoas nos 14 meses finais). Faz-se relevante constatar que igualmente no presente projeto, a partir de abril de 2017, passados portanto 16 meses de projeto, os números de inscritos e pessoas atendidas também aumentou significativamente, passando de 200 pessoas nos últimos meses. Podemos inferir a partir destes dados, que a adequada execução das metas dos projetos Clínicas do Testemunho não obedece a prazos estabelecidos previamente, justamente por requerer um trabalho inicial (qualitativo e imaterial) de aproximação, apresentação, estabelecimento de laços de confiança e transferência singulares, e seu tempo limitado de execução dificulta que se avalie o alcance e reconhecimento dos efeitos.

Visando ampliar o alcance deste projeto, foi solicitado à Comissão de Anistia aditamento de mais seis meses de projeto, sem ampliação de recursos, mas o pedido foi negado. Importante pontuar que esta ação condiz com o desmantelamento paulatino da Comissão de Anistia que desde abril de 2016 vem sofrendo vários golpes à sua legitimidade, assim como diversos outros órgãos estatais que zelam pela sustentação e fortalecimento de nossa embrionária democracia – fatores que sem sombra de dúvida também afetam os alcances desta proposta de reparação: como oferecer reparação em nome de um Estado que, além de ter violentado, violenta, e retrocede conquistas sociais fundamentais à dignidade e equidade, de raça, gênero, classe?

¹ Para Escuta Territorial, ver também Jorge Broide e Emilia Estivalet Broide, *A Psicanálise em Situações Sociais Críticas: metodologia clínica e intervenções*. São Paulo: Editora Escuta, 2016.

Antes mesmo do golpe de 2016, esta questão já se impunha, e desde nossos esboços de ação tivemos como orientação executar um projeto que fizesse uso dos recursos do Estado para fortalecer às comunidades, e não que fizesse uso das comunidades para fortalecer o Estado.

Essa posição ética, faz jus às especificidade deste projeto e marca o segundo fator de análise para os número obtidos: as Clínicas do Testemunho nas Margens. Tendo em vista que sua principal meta consiste em possibilitar a implementação de ações de reparação psíquica à violência de Estado no período ditatorial em regiões marginais e periféricas, nos deparamos com a complexidade de que: nestes territórios as violações de direitos humanos e as violências praticadas pelo Estado não são reconhecidas como tais pelas vítimas diretas ou indiretamente afetadas; e ainda, parte da mesma violência perpetrada pelos agentes do Estado no período de 1946 a 1988 permanece nos dias de hoje, tais como torturas, desaparecimentos, violações e assassinatos, dificultando que a população atendida possa compreender as especificidades de cada um dos períodos, assim como seus direitos frente às violações sofridas.

Ao longo dos últimos meses foram escutados diversos moradores dos territórios de Perus e Heliópolis que se aproximaram para contar sobre cenas e situações referentes à violência de Estado e as violações de direitos humanos ocorridas no período ditatorial, e também no período democrático. No entanto, esses relatos ocorreram no final de conversas públicas, após reuniões de articulação ou mesmo em ações no território das quais participamos. Mas quando exposta a possibilidade de se inscrever no proje-

to, muitos negaram a “necessidade” de um acompanhamento terapêutico, ou por não se considerarem “loucos”, ou por não entenderem o dever e compromisso do Estado em reparar os danos causados, ou mesmo por receio das implicações dessa inscrição. Ainda assim, a escuta oferecida às pessoas “não-inscritas” vem cumprindo certo papel de reparação e muitas vezes se configurado como um início de atendimento ou mesmo como a possibilidade de criação de vínculos que permitam a escuta e fala sobre o tema; mesmo que permaneçam resistentes à realização da inscrição, as condições para que um atendimento ocorra se dão.

Frente às complexidades expostas, no decorrer do projeto fez-se necessário adequar as metas às necessidades territoriais que se apresentavam, aprimorando os dispositivos e ações a serem executadas. Incluiu-se a partir de junho de 2017 a função de agente local para cada um dos territórios, executada por um morador da região responsável por mapear e compreender as dinâmicas regionais, assim como auxiliar na articulação territorial. Igualmente, no mesmo período, foi incluída a função de escuta territorial a partir da pesquisa/ação com enfoque clínico, destinado à escuta de moradores interessados em compartilhar suas histórias de vida do período da Ditadura, possibilitando assim a construção de um espaço de acolhimento alternativo à psicoterapia tradicional.

Ampliou-se o número de conversas públicas, uma vez que reconheceu-se os espaços abertos de diálogo, recuperação e reconstrução de memória como o principal dispositivo reparador da violência de Estado, tendo em vista que possibilitam a pessoas que nunca haviam falado, ou mes-

mo se reconhecido enquanto vítimas de graves violações, terem a possibilidade de testemunhar suas experiências de modo singular, escutar, compartilhar memórias e colocar em diálogo diferentes versões sobre a história, de tal maneira que através de um diálogo horizontal possam reconstruir narrativas próprias, potencializando o laço social da comunidade. É importante salientar que tais conversas públicas permitem ainda a construção de uma perspectiva transgeracional para a abordagem da temática – ampliando a perspectiva e compreensão de quais são as pessoas que podem ser consideradas direta ou indiretamente vítimas de tais violências.

Tais ações demonstraram resultados bastante satisfatórios, como o engajamento de diversos moradores do bairro de Perus com conversas públicas relacionadas à presença da vala clandestina no território e à greve da fábrica de cimento, assim como a escuta individual de mais de 25 mulheres moradoras do bairro do Heliópolis durante o período da ditadura.

Não obstante, é consenso entre os Núcleos do projeto Clínicas do Testemunho, que a alta instabilidade política e institucional que afeta o governo brasileiro e suas instituições há mais de dois anos constituiu um elemento fundamental no incremento da dificuldade do público-alvo em estabelecer laços de confiança em projetos promovidos pelo Estado.

Ainda assim, o esforço empenhado em deslocar-nos de nossos lugares, não somente geográficos, indo do centro às periferias das periferias, mas também lugares subjetivos – abdicarmos de nossas verdades, de nossas versões da história, de nossos modos de pensar, operar, ouvir, ana-

lisar – resultou em laços preciosos de reconhecimento, companheirismo e luta – que talvez, somente através dos laços decorrentes da memória coletiva possamos alcançar.

Nas seguintes linhas buscaremos compartilhar o que desses deslocamentos se produziu em nós e que possa servir à sustentação de ações coletivas e comunitárias eticamente orientadas à quem possa interessar atuar no campo da promoção de saúde, equidade e enfrentamento à violência política. O contexto atual deixa patente que ainda falta muito para que estes deslocamentos possam alcançar a um número de pessoas significativo o suficiente para nos deslocarmos todos de uma racionalidade colonial, racista, machista e heteronormativa, a uma racionalidade solidária, orientada pela equidade, justiça e direitos universais. Mas as experiências decorrentes desse projeto, também nos dão a certeza de que confiar é resistir, e que a luta popular fundada na união e em laços comunitários, leva a uma “firmeza permanente” que só pode ser sustentada com a memória viva, com a memória coletiva que nos afirma enquanto sujeitos da história, mesmo quando o Estado insiste em negar-nos enquanto sujeitos.

Nas páginas que se seguem esboçaremos pensamentos e afetos que decorreram de histórias que já foram contadas muitas e muitas vezes, também de histórias que foram contadas pela primeira vez, ou uma única vez, mas também de histórias que nunca foram contadas, de silêncios, de sonhos, de ficções necessárias para suportarmos o horror, e que agora fazem parte de nosso percurso, “incompleto e fissurado”.





O TESTEMUNHO E A CLÍNICA

por Anna Turriani

Já se passaram dez anos do dia em que meu corpo foi atravessado pelas palavras de uma jovem de 23 anos, que contava pela primeira vez as violências que havia sofrido em decorrência da Ditadura na Guatemala – violências marcadas não somente pelo desterro, pela destruição de sua casa e aldeia quando tinha 3 anos, pelo assassinato de seu pai, mas também pelos sucessivos estupros que sofreu dos 3 filhos da patroa, quando já morava na capital, com 13 anos de idade, e os acordos de paz já haviam sido assinados.

Com o corpo quase paralisado, a boca seca, coração acelerado, mãos suando, eu escutava aquela moça, de minha mesma idade, narrar tais acontecimentos como se lê-se uma notícia distante. Demorou alguns meses de encontros aos sábados de manhã em sua casa, para que ela se aproximasse de sua história, para que ela testemunhasse o horror das violências que havia vivido, e a partir daí pudesse se libertar de memórias que até então não podiam ser esquecidas. Importante ressaltar, que também a partir daí, pode testemunhar as belezas de sua história, recuperar

memórias que não podiam existir, de alegrias e prazeres, que antes, estavam impedidas de serem sentidas pelos “desígnios de Deus”, que lhe afirmavam os caminhos de um existência dura, de provações e miséria.

Uma década da qual poderia narrar inúmeras histórias, que escutei, que li, que testemunhei. Histórias não escritas, não inscritas. Histórias de sujeitos marginalizados, vulnerabilizados, excluídos do direito de poder falar em primeira pessoa. Jovens negros e negras, periféricos, que experienciam cotidianamente o olhar desconfiado, a batida da polícia, a promessa de um futuro impossível às custas de um esforço maior que a própria vida. Mães e pais que carregaram os corpos baleados de seus filhos, os fetos ainda gestados de suas filhas... e os corpos de suas filhas. De mulheres que desceram correndo o morro na esperança de que aquele corpo não fosse seu filho, seu marido, seu irmão. Histórias de índias e índios, de gays, de mulheres, violadas e violados, subjetivamente, moralmente, sexualmente, por homens, heteros, brancos, cristãos, militares e intelectuais, operários e empresários, banqueiros e fazendeiros.

Mas entre tantas histórias, porque começar com a daquela moça? Aquela primeira? A pergunta de olhos arregalados “*o que Deus está querendo me ensinar que eu ainda não aprendi?*”, segue sendo o marco divisor de uma vida, em que ao testemunhar seu testemunho emergir pouco a pouco, a cada encontro, a cada acolhimento, a cada ato generoso de escuta, fui me tornando testemunha também. Testemunha das inúmeras violações das ditaduras latino americanas, testemunha das milhares violações cotidianas que afetam as periferias, os povos originários, os negros, as mulheres, os homossexuais, os loucos, as crianças. Mas também, pude me aproximar de minha história, de meu passado, de minhas origens, e inserir na narrativa do mundo as marcas da violência que atravessam meu corpo. Ao escutar seu testemunho, e tantos outros, fui me tornando testemunha de mim mesmo.

E o que é um processo de análise, um setting clínico, se não um espaço-tempo em que podemos testemunhar nossa história? Mas basta alguém escutar para que um testemunho se dê? Basta ter algo para contar? Basta um trauma? Nessas linhas, não procurarei trazer verdades acadêmicas sobre o tema, até porque de meus estudos, não me parece que alguém saiba ao certo dizer o que é um testemunho; mas de tantos textos que li e pessoas que escutei, parecemos saber exatamente quando o escutamos. Procurarei falar a partir de minha experiência, tanto corporal como intelectual, na tentativa de elucidar sobre os caminhos de uma re-paração psicossocial efetiva para os crimes perpetrados ou legitimados pelo Estado. Um voltar a ver de nossa história que possibilite que transcendamos àquilo que se repete.

A clínica e o testemunho

Facilmente condensamos testemunho, depoimento, narrativa, como se falassem de uma mesma coisa, de um mesmo modo de falar, ou de uma falar sobre uma mesma coisa. A experiência clínica, no entanto, ainda que não nomeie desse modo, parece compreender bem a diferença entre esses “tempos” do colocar em palavras. A escuta do que se repete, diariamente vivida por quem se dedica a acolher o mal estar de um outro, traz palavras que sim, parecem falar de uma mesma coisa. No entanto, os modos de falar são determinantes para que deslocamentos subjetivos possam transformar os modos como nos relacionamos com essa mesma coisa.

Entramos no setting clínico, qual seja, e começamos a narrar (ou a escutar a narrativa) sobre quem somos, o que fazemos, o que sentimos. Semana a semana pequenas histórias sobre si, sobre os outros, que anunciam nossas angústias, nossos padrões, nossos sintomas, que revolvem nossas memórias, que fazem emergir afetos e emoções. Seguimos ali, frente a quem suporta te escutar narrar, sempre sobre o mesmo, sempre sobre si mesmo, na busca pelo cerne da questão. A narrativa, é aquilo que se pode contar de uma história, com seus enredos, seus detalhes, cheia de sentidos a priori. Aquele que escuta cumpre a função de encontrar os buracos, as falhas do enredo, de esvaziar os sentidos a priori e ver o que sobra.

Em certo momento, aquele que narra, deixa de contar, e passa a dizer; passa a expor sua história, enunciar, exprimir sobre o que se é, manifestar-se

sobre sua vida, dar-se a conhecer; revelar-se. Diria aqui, que esse sujeito depõe sobre si. Sua história deixa de ser narrativa exterior e passa a ser declaração de sua existência. A implicação do sujeito com sua história muda; apropria-se de suas repetições, compreendendo nelas também aquilo que se é, porque não poderia ser o que se é de outro modo. À potência libertadora da repetição, voltei em outro momento, em outras memórias.

Entre narrativas e depoimentos a escuta se segue atenta, auxiliando o sujeito na árdua tarefa de se escutar. Sobre aquilo do que se fala, cada vez mais parecemos nos aproximar de um certo núcleo duro da experiência traumática, que determinou todas as repetições referidas, uma espécie de núcleo que se projeta em diferentes pontos de uma esfera. Eis que em certo momento, aquele que fala alcança esse núcleo! Absolutamente tudo muda – para quem fala e para quem escuta. Algumas vezes parece que as cores do mundo se alteram, ficam opacas, ou os sons ficam abafados, misturados, a temperatura, milhares de sensações sensoriais que parecem marcar uma espécie de suspensão da existência.

Sinto o testemunho como o momento em que nos deparamos com o trauma, nos damos conta do instante que abalou e abala nossa integridade; integridade aqui tanto no sentido de intacto, ileso, como no sentido de inteiro, pleno. O encontro com o traumático faz frisar mais que a memória do instante de um trauma passado, mas o reviver desse instante, e de certo modo a inauguração, ou reatualização deste instante, no qual, agora, me reconheço como constitutivamente não-integrado. O testemunho revela o engodo da plenitude individual. O testemunho expulsa o sujeito de seu depoimento em primeira pes-

soa sobre sua vida, e o joga numa história muito maior, na qual sua existência está intimamente ligada à existência dos outros. Não há integridade sem o coletivo. E aí está a força reparadora do testemunho. Ele possibilita que histórias sejam enlaçadas, e a recuperação da integridade se dá por possibilitar uma integração do corpo social.

Nos consultórios vivemos pequenas experiências testemunhais dos pacientes, e esses momentos costumam ser profundamente transformadores de seus sintomas, ou seja, do modo como se enlaçam no mundo, mas também transformadores do analista. A cada testemunho parece que algo da escuta clínica vai se abrindo a novos horizontes. Algo da experiência de ser no mundo se transmite!

No testemunho, há algo no corpo de quem escuta que é afetado de modo diferente pelas palavras pronunciadas. Ou ainda, que é afetado justamente por aquilo que falta às palavras, pelos espaços entre, as pausas. Testemunhar um testemunho é único, a cada vez. O que transborda do inenarrável da experiência traumática parece submergir o corpo do ouvinte em um transe cujo corpo compartilha molecularmente as experiências vividas; como se algo de uma memória celular ancestral fosse tocada; como se aquela experiência passasse a ser corporalmente sua a partir daquele momento.

Ouso afirmar que é justamente essa a potência curadora do testemunho. Ao contrário do que se costuma pensar – corroborado pela noção de testemunho do Direito – de que há uma posição de vítima que é reforçada, o testemunho, tal qual descrito aqui, liberta o sujeito dessa posição ao inscrevê-lo nessa espécie de corpo social.

Agora todos somos testemunhas dessa experiência e portanto, todos somos responsáveis pela história.

Certa vez, ao solicitar a um senhor maia Ixil que assinasse o termo de autorização para as entrevistas que eu havia feito, tive como resposta:

Bom menina, para isso teriam de vir todas as pessoas assinar, e as pessoas que nem vivas estão. Pois isso do que falamos não é meu, é de todos nós. E não pertence a ninguém. Está na comunidade. Você esteve aqui, viu, ouviu, sentiu, compartilhou. Contou-nos de teu país, das coisas que acontecem conosco e também com vocês. Agora nossas memórias também são suas, e as suas, nossas. Isso é a memória coletiva. Não há nenhuma folha ou assinatura que mude isso. (TURRIANI, 2015, p. 158)

Talvez para pessoas como nós, marcadas pela racionalidade ocidental, extremamente individualista, cuja lógica de história linear, de progresso, de sucesso, é um destino necessário, essa perspectiva de memória coletiva passe bem distante de qualquer compreensão possível. Dado que toda reivindicação de memória vem acompanhado pela de verdade, dedicarei as próximas linhas a algumas elucubrações sobre a tal da verdade.

Verdade e memória, territórios em disputa

Antes mesmo da volta conservadora latino americana dos últimos anos e do golpe vivido no Brasil em abril de 2016, quando analisamos os processos de transição democrática proposto por diversos países que viveram períodos sombrios de ditadura militar e violência de Estado, o que encontramos é a continuidade de uma disputa, que agora visa lutar para ganhar a versão da história que se tornará oficial. Essa disputa se dá tanto entre os grupos militares, que querem defender suas ações e versão de ordem e progresso e os grupos de resistência, que querem que o Estado assuma e se responsabilize pelas atrocidades que cometeu e legitimou, como entre os próprios grupos de resistência, que em diversas ocasiões passam a estar mais ocupados de narrativas na qual são os mártires-protagonistas da história, do que em reconstruir uma memória coletiva que inclua os sujeitos excluídos da história. As políticas de memória conduzidas pelo Estado, terminam por legitimar esse tipo de disputa, uma vez que oferece reparação pecuniária

individual (financeira) a cada um que comprove ser vítima do Estado naquele período.

Ficam fora da história mais uma vez àqueles que nunca tiveram autorização para fazer parte dela. Àqueles que não podem contar uma história de exceção, porque a exceção é a regra. Pessoas que como aquela moça, teve sua comunidade violada pelo Estado e seu corpo violado por homens, brancos, de classe média, que nunca nem se quer pagaram a pensão pelo filho que desses estupros nasceu. As políticas de memória substituem os desígnios de Deus, pela verdade histórica do Estado.

A verdade histórica se impõe mais um vez, determinando o que os excluídos têm a contar. São a versão de uma minoria, que tem o privilégio de poder dizer. Nesse sentido, muitas das políticas de memória aparentemente emancipatórias deixaram de ser exitosas, em parte, por não considerarem as especificidades sociais das diferentes geografias, ignorando não só diferentes concepções de mundo, como também os diferentes níveis de opressão, mas também por não considerarem a interseccionalização da violência, e o que, a partir disso pode ser considerado violência de Estado.

Se o Estado é classista, racista e sexista, como suas políticas poderiam ser diferentes? Homossexuais não militantes que foram violentados e perseguidos por militares em período ditatorial não podem recorrer à reparação, pois tais violações não tiveram cunho político! Muitas destas ações tocadas pelo Estado não estão interessadas em promover transformações reais no tecido social. São cúmplices de interesses políticos e econômicos internacionais. Estão simplesmente obedecendo às diretrizes das “Nações Unidas” para que a cooperação internacional siga injetando dinheiro na economia nacional.

Isso não significa que devemos deixar de lutar pela responsabilização do Estado, mas se não estivermos atentos, incorremos de estarmos fortalecendo aquilo que queremos combater, de fortalecer versões hegemônicas da história que mantêm a uma grande maioria excluída, oprimida e explorada. Precisamos sim exigir políticas públicas efetivas de cuidado e reparação aos crimes que o próprio Estado comete, mas também precisamos incluir no debate àqueles que estão excluídos do Estado, àqueles que não podem participar da conformação do pacto so-



cial que rege suas vidas. Precisamos nos abrir a escutar outras histórias para compreendermos que nosso paradigma de mundo é parcial e limitado, marcado por uma verdade histórica única e perversa, na qual todo espólio, estupros e genocídios são ignorados em prol do progresso e dos privilégios de uma minoria; ignorância que se manifesta em nossas patologias, que deformam nossos corpos, que brotam carcinomas em nossos descendentes. Chimamanda Adichie, afirma em *O perigo de uma única história* (2009) que “o problema dos estereótipos não é que ele sejam mentira, mas que sejam incompletos”. Tomando-se em conta a parcialidade sobre a qual o ocidente de consolidou, diria o mesmo de nossas verdades, elas são incompletas. E também a isso o testemunho se refere.

O filósofo alemão Hans Vaihinger, já em 1911 propôs uma espécie de teoria da verdade, afirmando que esta teria a mesma estrutura das ficções. As ficções são pressuposições assumidas como fatos, sabendo-se, no entanto, de sua impossibilidade – são “como se” fossem verdades, “como se” a realidade fosse de tal modo, ainda que se saiba que não é possível que se seja assim (VAIHINGER, 1911/2012, p. 238). As verdades não existiram por si; seriam “como se” fossem verdades. Este filósofo considera que o “como se” é a base de todo pensamento científico, em si, ficcional. As ficções criadas em cada uma das ciências, seriam como se verdades – necessárias e compartilhadas em determinado momento histórico. Ao longo dos séculos, foram muitas as verdades que serviram ao mundo, pois há uma necessidade espaço-temporal, historicamente construída, que possibilita a sustentação de determinadas verdades. Para trazer um pouco de

leveza, podemos tomar como exemplo a verdade do apaixonamento, na qual o outro ganha verdadeiramente o lugar de homem da vida, a mulher mais bonita, aquele sem o qual o mundo acaba. Quem já amou sabe da verdade contida nessas afirmações, mas também de seu “faz de conta que”, é “como se” fosse assim, mesmo quando, em realidade, se seguirá existindo sem o outro.

A verdade histórica enquanto discurso construído sobre os acontecimentos do passado também teria a estrutura de “é como se tivesse sido desse modo”, e às políticas de memória deveriam se dedicar menos a compreender o que há de “verdadeiro” e de “mentiroso” em determinados acontecimentos e narrativas, e, muito mais, a que servem determinadas “verdades e mentiras”, tanto subjetiva, como socialmente. Os métodos adotados pelas políticas de memória visam interpretar as narrações, coloca-las em dúvida, compará-las com materiais concretos do passado como jornais, revistas, fotografias, visando estabelecer o que realmente aconteceu em detrimento do que está sendo relatado como aquilo que aconteceu, participando assim “da ilusão de que é possível chegar a uma verdade dos fatos” e invalidando “como história outras formas culturais de narrar e de dar sentido aos acontecimentos” (GÓMEZ VALENCIA, 2000, p. 18864, apud DOBLES, 2009, p. 118, tradução nossa).

O Estado, responsável por afirmar ou contestar a versão da história, é tomado por certo cientificismo que está longe de alcançar a potência de um testemunho, ao fixar-se na veracidade da fala, naquilo que pode ser confirmado das informações dadas, está impossibilitado de escutar o que se fala para além dos afetados. Ao contrário da narrativa ou do depoimento, um testemunho

não visa a experiência pessoal do sujeito e dos envolvidos. Aprendi com os maias ixiles, que há um princípio de não identidade no testemunho, que só pode ser reconhecido a partir da compreensão do corpo social na qual o sujeito que testemunha está inserido. Mesmo que se pretenda narrar tal qual, buscar a verdade objetiva em testemunhos de eventos traumáticos, como seria possível, uma vez que “a memória se conduz através do caos, onde a desordem é o cotidiano e a ordem uma exceção?” (VASQUEZ, 2001, p. 71, tradução nossa)

A partir da afirmação de Agamben (2008) de que os únicos que poderiam testemunhar o horror de Auschwitz não sobreviveram para contar, retomo Vaihinger e proponho que pensemos, para além do estatuto ficcional da fala, o testemunho como uma ficção, já que de algum modo, no excesso da violência, no trauma, no encontro com o real, há um como se deparar com a morte que marca de modo diferenciado a fala:

se a vítima fosse capaz de descrever sua dolorosa e humilhante experiência de maneira clara, com todos os dados situados em uma ordem consistente, sua clareza nos faria suspeitar de sua veracidade. (ZIZEK, 2009, p. 12)

Os testemunhos, de certo modo, assim como os romances e as novelas, mentem, ficcionalizam, e é a partir dessa mentira que podem contar uma verdade, de outro modo, inenarrável. É através do excesso surreal de Guimarães Rosa, de Luis Carlos Borges, de Miguel Angel Asturias, de um Cem Anos de Solidão de Gabriel Garcia Marques, que conseguimos nos aproximar das centenas de histórias latino americanas de expolio, guerra e sofrimento; do “como se” Macondo fosso o Jardim Ângela e seus corpos jogados ao chão no raio do

dia de um trabalhador na década de 90; o Heliópolis e suas casas recém construídas demolidas pela prefeitura durante a madrugada na década de 80; Perus e as ossadas da vala clandestina das últimas 5 décadas; a Guatemala e as 600 aldeias destruídas pelos paramilitares; Colombia, El Salvador, Honduras, México, Chile, Peru, Bolívia, Uruguay, Argentina, Paraguai... centenas de Macondos, sobre às quais impera uma verdade história de poucos, às custas de muitos.

Aqueles que acreditam que as políticas de memória servem para que saibamos o que ocorreu, estão muito enganados. Não se testemunha um evento traumático para contar o ocorrido:

Eu não contei algo do meu passado para que vocês o conheçam, mas sim para que vocês saibam que vocês nunca o conhecerão. (SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 79)

No entanto, de modo bastante tortuoso, é na ausência de coerência, no caos, que sentidos novos podem ser agregados àquilo que antes não podia ser simbolizado e compartilhado. A experiência de análise nos ensina cotidianamente quanto se transforma um acontecimento quando o transformamos em palavras. É como se em palavras, aquilo que antes estava cristalizado em imagem pudesse se dissolver.

Aqueles que confrontam diretamente “o horror surpreendente dos atos violentos... que nos impede de pensar” (ZIZEK, 2009, p. 12) muitas vezes recorrem a imagens absurdas buscando formas de narrar o trauma. É através do como se, da metáfora, da ficção, que o traumático – lugar do inenarrável – pode tomar alguma forma enunciável no testemunho. Mas como posto por Agamben, é justamente onde a linguagem falha

que está o valor do testemunho; é naquilo que falta, nas entrelinhas do narrado, que podemos testemunhar o trauma. E assim, é na medida em que outro pode testemunhar o traumático de um testemunho que este tem sua eficácia.

É no como se tivesse sido assim daquela experiência inenarrável, que aquele que escuta o testemunho passa a viver como se a tivesse vivido:

Aquele que escuta [...] é um parceiro na criação, do novo, do conhecimento. O testemunho do trauma inclui, portanto, seu ouvinte, que é, por assim dizer, a tela branca na qual o evento vem para ser inscrito pela primeira vez. (NESTROVSKI E SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 210)

O ouvinte, enquanto tela branca, é transformado a cada traço, a cada letra. E ao final, a quem pertence aquela história? Dizem que um psicanalista nunca escreve o caso sobre o paciente; escreve o caso sobre si próprio. Escreve sobre o que

pôde testemunhar do testemunho de seu paciente; sobre aquilo que inscreveu na tela branca e leu em voz alta para que seu paciente pudesse escutar a si próprio. Surpreso sobre si, o paciente sai da sessão satisfeito, ainda que atordoado, sem saber o quanto o analista também escutara a si próprio nos reflexos de suas palavras. As memórias ali compartilhadas, são de ambos, e são nossas também. Isso é memória coletiva. E não há autoria, folha ou assinatura que mude isso!

Depois de anos escutando, muitas vezes já não sei mais se algumas histórias são minhas, são das vítimas do Estado, das vítimas das violências legitimadas pelo Estado, ou se são trechos de livros, de filmes, de contos. São histórias absolutamente surpreendentes e singulares, e ao mesmo tempo repetitivas. Não precisaríamos de inúmeros testemunhos do horror para desejarmos nunca querer passar por aquilo, nem querer

que outro passe. Mas curiosamente, temos inúmeros testemunhos, de Auschwitz, de Ruanda, de Nagasaki, da Guatemala, do Brasil, de 1968, de 1530, de muito outros, de muito antes, e ainda assim, o horror segue, persegue, dilacera, tortura, estupra, mata. O que Deus, a Ciência, a História, está tentando nos ensinar que ainda não aprendemos?

Ousaria dizer que não aprendemos porque ainda seguimos um Deus sexista, uma Ciência racista e uma História classista. Ou seria o contrário? Ou seria tudo junto? O testemunho diz de um inenarrável, de um incompreensível, que nos convoca a escutar outras línguas, outras vozes, e ver o que dali se inaugura, e o que dali se repete. Ainda mais os testemunhos das margens, do além das margens; estes transformam a geografia. Fazem furo no centro, invertem os mapas. E nessa inovação, mostram também aquilo que mesmo às avessas, seguirá sempre igual, repetindo e repetindo.





Tiago Nascimento





via

via

46



REPARAR (NA)AÇÃO

por Anita Vaz

1. A emergência da escuta territorial

A função da Escuta Territorial na execução do projeto Clínicas do Testemunho nas Margens foi estabelecida enquanto tal aproximadamente um ano após seu início em 2016. Tendo como objetivo principal a escuta de pessoas que foram afetadas pelo regime da ditadura militar moradoras de regiões da periferia de São Paulo, a equipe do projeto se propôs a trabalhar nos bairros de Perus e Heliópolis, buscando conhecer e se aprofundar nas histórias dos territórios, através de testemunhos de antigos moradores do bairro.

O primeiro ano de execução do projeto envolveu articulações com organizações de moradores, coletivos atuantes nas regiões, de modo a iniciar a construção de um campo de co-atuação em que fosse possível nos implicarmos em dispositivos de escuta com moradores, podendo identificar demandas e marcos importantes de serem reconhecidos da história local, que estivessem relacionados com a resistência e sobrevivência da classe trabalhadora ao regime militar.

Atuar no sentido de buscar fortalecer a reparação psicológica para com pessoas que tenham sofrido violações por parte do Estado faz lidar com um campo constante de atravessamentos simbólicos, físicos, relacionais que configuram esse lugar de atuação e respondem por um sistema de poder, que é diluído em uma série de camadas materiais e simbólicas. É importante ter em conta de qual lugar dessa rede sistêmica partimos na escuta desses moradores, levando-nos ao conceito de lugar de enunciação:

O lugar de enunciação não é uma metáfora que possa ignorar a materialidade dos lugares, finalmente, a geograficidade do social e do político. (Porto Gonçalves, 2009, p. 124, tradução nossa)

Neste sentido, torna-se necessário trazer à luz os lugares em que estamos implicados nessas diferentes escalas, de modo que seja possível atuar politicamente nesse jogo de forças decorrente da dinâmica deste campo. Assinalar as múltiplas relações que compõe o campo, de modo a deixar emergir os analisadores¹ que decantam desses processos, e nos ajudam a identificar, elaborar e compartilhar a experiência de modo a alimentar um sentido reparatório e não violador, em nossas ações.

O lugar de enunciação do qual partíamos era o de trabalhadores que buscavam formas de promover saúde juntamente à população afetada de maneira estruturalmente desigual pela violência de Estado. A tensão constituinte desse trabalho no entanto, se revela no momento em que tal projeto é parte do maquinário do próprio Estado, sendo esse um atravessamento constante da

atuação, gerando alterações na estrutura do projeto, grupos de estudo, supervisões que nos permitissem construir estratégias para estabelecer um campo clínico de atuação.

Ao nos apresentarmos para os territórios que circulávamos na construção desse campo de atuação, estávamos respondendo também por um lugar simbólico peculiar, e porque não dizer suspeito, que é o de ser um profissional pago pelo Estado de maneira específica tendo em vista os objetivos do projeto. Isto buscando se estabelecer no mesmo ano em que o Estado Nacional sofreu um golpe em sua estrutura com a saída forçada da presidenta Dilma Roussef, e a tomada do cargo por seu vice Michel Temer. O novo governo, que vem realizando desde então desmontes sociais inéditos na história do povo brasileiro torna ainda mais latente o fantasma de lugar golpista – ainda que oculto, produtor de afetos – com o qual buscamos constantemente nos deslocar e analisar em equipe, e em parceria com as outras clínicas do Projeto.

Conforme aponta Porto Gonçalves (2009) o Estado territorial moderno:

Se mostra também colonial em suas fronteiras internas. O colonialismo não foi simplesmente uma configuração geopolítica, por meio do qual o mundo se mundializou. Além disso, o colonialismo constituiu os estados territoriais modernos (...). A colonialidade é constitutiva das relações sociais e de poder do sistema mundo nas suas mais diferentes escalas. (p. 126, tradução nossa)

¹Analisadores, um conceito – ferramenta proposto por Guatarri, que seriam aqueles “acontecimentos – no sentido daquilo que produz rupturas, que catalisa fluxos, que produz análise, que decompõe. Eles assinalam as múltiplas relações que compõe o campo tanto em seu nível de intervenção quanto em seu nível de análise” (PASSOS, 2000, p. 73).

A colonialidade, conceito cunhado pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano, afirma o modo como as relações coloniais no mundo se sedimentaram nos processos de subjetivação. Ele ajuda a compreender o campo de relações invisíveis ao qual estamos sujeitos que envolve disputas de lugares de poder, e reproduções de desigualdades impostas pelo modelo moderno colonial. Sendo o Brasil um país que tem seu Estado sentado sobre uma história de genocídio cultural de mais de 500 anos, é importante levarmos em conta o que esse conceito nos aponta para entendermos os atravessamentos de nossos lugares de enunciação, e criarmos maneiras de recriarmos novos lugares de pertencimento e ação que não venham a contribuir com a continuidade do projeto de colonização, sob a forma de colonialidade.

Assim, trazer essas contradições em jogo é importante pois elas são constituintes da construção desse campo de atuação do projeto, tendo em vista o tempo que ele demorou para se estabelecer nas regiões, uma vez que, fatores como desconfiança para com a proposta do projeto, estavam legitimamente postos no modo como éramos vistos inicialmente, quando íamos ao encontro de pessoas moradoras dos territórios. Custou tempo, desse modo, o estabelecimento de vínculos iniciais suficientemente bons, para que pudéssemos nos propor à encontros mais recorrentes com moradores das regiões, que trouxessem à tona testemunhos de vida.

Uma vez definidas algumas estratégias em campo, através de reuniões, encontros e reformulações das tarefas às quais nos propusemos, foram iniciados, em tempos diferentes, encontros entre integrantes da equipe clínica do pro-

jeto e moradores de Perus e Heliópolis em seus respectivos territórios. Nós equipe, nos organizávamos juntamente à pessoas as quais estávamos relacionados nos territórios, de modo a combinar encontros com conhecidos dessas pessoas, que por sua vez indicavam conhecidos, gerando assim uma rede matricial de testemunhos pelos quais circulávamos.

Ao iniciarmos os encontros com pessoas que eram agenciadas nesse processo de habitar o território, surgiam casos interessados em ser atendidos, contemplados pelo objetivo do projeto pois traziam testemunhos de vida de perseguições em lutas por moradia, de familiares mortos por milícias atuantes na região, de perseguições políticas, de filhos mortos pela polícia. No entanto, quando solicitada à vinculação formal dos casos com o Projeto, esses pedidos eram recusados pela configuração burocrática da Comissão de Anistia. A equipe pode perceber aí aspectos relevantes de serem analisados na relação com o maquinário burocrático do projeto, que administrava a Comissão de Anistia.

Além dos atravessamentos políticos da conjuntura atual – que envolveram aspectos como a demissão de funcionários com os quais nos vinculávamos, reposicionamentos de cargos de coordenação – a devolução das fichas de moradores dos territórios pela Comissão de Anistia trazia à tona emergentes que indicavam um sintoma revivido no país desde sua constituição enquanto Estado Nação: o de naturalizar o sofrimento político de determinados setores da sociedade, que envolvem historicamente a população negra, indígena, e na medida em que o país se urbanizou, periférica. Importante ressaltar que não se trata de desmerecer o trabalho da

Comissão de Anistia, ou das pessoas que lutaram para que ela se efetivasse enquanto um órgão do Estado, mas sim de compreender a função analítica desse emergente enquanto uma contradição social importante de ser cuidada, desde o lugar profissional que respondemos nesse projeto.

Entendíamos aí a emergência de um analista que revela a dificuldade constituinte do Estado se colocar no lugar de reparador: o projeto, estruturalmente, pouco permitia que acessássemos aqueles aos quais ele se destinava. Tendo identificado isso, a equipe reformulou aspectos previamente estabelecidos na escrita, de modo a efetivamente poder propor vínculos terapêuticos que fossem destinados àqueles que têm suas vidas atravessadas pela vivência dos territórios contemplados no Projeto.

Nesse sentido, foram deslocadas verbas inicialmente destinadas à atendimentos individuais para o que viemos a operar como escuta territorial. Essa função surgiu portanto das contradições emergentes quando íamos à campo, e entendíamos que as pessoas com as quais nos encontrávamos e buscávamos inscrever no projeto não eram aceitas pela concepção de vítima desse período estabelecido pela Comissão de Anistia.

Talvez esse possa ser considerado um primeiro aspecto emergente na escuta territorial antes mesmo que ela se estabelecesse enquanto uma função formal do projeto: a não inscrição formal

dos moradores pelas fichas de inscrição² indicava uma alteração que deveríamos fazer na estrutura do projeto, para que ele pudesse se suceder. É importante destacar esse marco, no processo de execução, uma vez que ele pode ser entendido como uma pista em direção a construção de um campo em que seja possível atuar num sentido reparatório.

O cuidado em não estabelecer relações que separem sujeito e objeto, trata de evitar que a escuta funcione como um filtro entre um e o outro para coleccionar informações e reproduzir discursos reducionistas que buscam apenas uma verdade sobre o que se é escutado. Ao contrário disso, a escuta territorial envolve se implicar em um campo de relações, e com essa implicação ter como norte uma tarefa que busque auxiliar na operação de traçar o caminho percorrido e os frutos que se buscará colher daí. A escuta territorial pode ser entendida portanto como uma busca por emergentes desse campo de relações, que é por si o território.

Nessa perspectiva, permite uma justaposição de visões, enfoques, histórias que preencham um território. Dessa forma se mostra como um recurso para dar luz aos múltiplos olhares, variações, ações, histórias que nele coexistem. A definição dos territórios se dá pela maneira como o habitamos, ocupamos, como nos relacionamos nele, e o que a partir dele podemos ou não fazer.

² Para àqueles pouco íntimos com os trâmites burocráticos da Comissão de Anistia, faz-se necessário explicar que inicialmente a reparação psíquica foi oferecida somente para os afetados que já haviam dado entrada em seus processos de anistia na CA. Visando alcançar outros afetados, inclusive àqueles não interessados em entrar com pedido de anistia, a CA ampliou a possibilidade de acesso ao projeto Clínicas do Testemunho criando uma ficha de inscrição que precisa ser preenchida e justificada por quem tiver interesse na reparação psíquica, e enviada à CA, que é quem autorizará ou não que um profissional das Clínicas do Testemunho possa receber em atendimento aquele afetado.

Conforme Milton Santos (2002) citado por Sandra Alencar (2011):

O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. (p. 97)

Essa perspectiva auxilia no pensamento de que o território reúne fatores materiais e abstratos, se definindo pelas relações que se estabelecem entre as pessoas. É portanto um conjunto de símbolos que se materializam das mais diferentes maneiras e atravessam os corpos que os produzem.

A escuta territorial envolve também a articulação para os encontros como parte do trabalho, pois nela emergem aspectos produzidos pelo território em sua historicidade. O trabalho clínico, neste sentido de estabelecer uma escuta territorial, é de ir tecendo condições conjuntamente com as forças locais que possibilitem que testemunhos sucedam oferecendo, quando é o caso, novos dispositivos de escuta deles decorrentes.

Desse modo, esse ensaio buscará relacionar os emergentes escutados no processo em Heliópolis, com a reflexão crítica do que significa propor ações num sentido reparatório, entendendo aqui a reparação como horizonte para as ações entre os profissionais do projeto e a construção histórica de resistência dialética que se consolidou no território. Para tanto, é importante em todo o processo de trabalho o cuidado por uma implicação ética que busque iluminar a tensão constituinte entre sujeito e objeto, no campo de trabalho, buscando escapar da visão dicoto-

mizante que prevalece na atuação das políticas sociais, que geram efeitos como o assistencialismo e a administração da pobreza, entendendo o povo como massa passível de manobra, passível de afetos, desejos, criações.

A implicação com o lugar de escuta inscrito na proposta desse projeto, torna patente a necessidade de escapar constantemente dessa lógica dicotomizante, e ir ao encontro dessas pessoas buscando nessa escuta não apenas os aspectos vitimizantes, mas principalmente, aqueles que fazem emergir os caminhos de resistência dos moradores de Heliópolis. Assim, a reparação mais do que algo que o Estado pode promover enquanto objeto ou um pacote de ações que ele deposita no território para lavar as mãos, busca se configurar enquanto ação crítica que se volta para a própria reestruturação do Estado. O reconhecimento de suas violações deve ir no sentido de legitimar, e respaldar as ações geridas pelo próprio território em sua resiliência, entendendo aqueles que vivem ali como sujeitos potentes de transformação da vida.

Assim, reparar menos “o outro”, e reparar “no outro”, tornar a ação de perceber o que está oculto um desencadeador para nos reposicionarmos também em nossos lugares de enunciação, e assim fortalecer um sentido que repare as estruturas sociais que naturalizam historicamente o sofrimento da população pobre, preta, indígena e periférica.



2. Um lugar ao sol: do despejo à luta pela vida

Não digam que fui rebotalho,
que vivi à margem da vida.
Digam que eu procurava trabalho,
mas fui sempre preterida.
Digam ao povo brasileiro
que meu sonho era ser escritora,
mas eu não tinha dinheiro
para pagar uma editora.

(Carolina Maria de Jesus, Quarto de Despejo:
Diário de uma Favelada, 1960)

Carolina Maria de Jesus escreveu que a favela é o quarto de despejo da sociedade (1960). A profecia da escritora, ainda antes do golpe militar, se reedita em todos os anos que se seguiram daí, sendo hoje na favela que a sociedade despeja os “restos” da ditadura militar em nosso país. Restos esses que se sedimentam em naturalizações violadoras contra o povo pobre, negro e indígena. Como produzir reparação psíquica frente a um Estado que mantém o projeto político de manutenção do genocídio destes povos? Ao com-

partilhar aqui as andanças por Heliópolis tento recuperar minha escuta dos diversos caminhos que se cruzaram nessa região, e levaram Heliópolis a se tornar um lugar de vida potente, que transforma gerações, e formas de atuar politicamente enquanto Sociedade Civil.

A experiência de ter entrado no Projeto Clínicas do Testemunho nas Margens um ano após seu início foi um tanto desafiadora. Foi necessário nessa trajetória, que eu buscasse me deslocar do que vinha entendendo como “as vítimas da ditadura” e me atentar para as narrativas desviadas do discurso conhecido, que havia estudado na escola e na universidade, sobre o período da ditadura; o discurso sobre/da classe média que frequenta as universidades. Escutar assim, as narrativas que falam da ditadura ainda sem saber necessariamente que falam da ditadura. Ou aquelas que sabem, e repetem, todos os dias, para os vizinhos da comunidade, buscando que vejam sua condição de vida para além de algo natural, que Deus quis. Escutar da urgência que a juventude se “aproprie” da história, e não permita que eles venham com a força, como fazemos todos os dias – coloca uma das lideranças locais.

A força colocada por essa moradora é fortemente relacionada nos testemunhos escutados à uma força opressiva contra a existência desses sujeitos. Violência essa representada pelos braços do Estado, dos grupos de extermínio que se instalaram na região, da vizinhança que cobrava o Estado pelo despejo, da população que legitimava a violência contra a população nordestina migrante para São Paulo. É importante nos atentarmos para essa força, como um retrato das posturas autoritárias registradas contra o

povo no período da ditadura militar, e que nunca cessou de acontecer para aqueles sujeitos à margem de uma cidadania pactuada pelos setores mais favorecidos. Essa força trata-se, como aponta Anna Turriani (2017), de uma violência política que denuncia a permanência de um Estado de Exceção na democracia:

A violência política é o que justifica que toda democracia tem um não-cidadão, que toda regra tem uma exceção, que toda Lei tem um fora da lei. Ou melhor dito, um fora, na Lei. (p. 7)

Heliópolis em sua origem é um fora na Lei. Sua constituição é uma resposta de resistência do povo à essa intenção política hegemônica, fortemente representada pelo Estado, de manobrar a população marginalizada e assolar suas potências de vida, através do ultimato do despejo, fantasma que acompanha a população que ali se instalou desde a saída de sua terra natal.

Os testemunhos escutados nesse trabalho tinham como disparador do encontro a pergunta de como a pessoa chegou na região, e como relacionava seu percurso de vida com a vivência em Heliópolis. A maioria das pessoas escutadas eram mulheres negras, com mais de 50 anos. Muitas vieram sozinhas com filhos, sendo mães e pais simultaneamente, conforme descreviam. Outras, vieram com maridos, familiares, em busca de condições de vida mais dignas. Vinham de regiões do nordeste, isoladas de centros financeiros e muitas vezes afetadas pela seca, ou por trabalhos escravos explorados por grandes fazendeiros. Foram muitos os moradores das periferias de São Paulo que saíam em busca de trabalho, algumas influenciadas também pela forte propaganda que era feita de São Paulo, através das rádios e televisões que divulgavam as opor-

tunidades: “*Eu vi na novela que São Paulo tinha muito mais chance de emprego, e vim*” – conta uma das moradoras. Quando chegavam encontravam um cenário bem diferente do da novela, e se marginalizavam nas periferias da cidade, muitas vezes próximas às indústrias. As condições de vida eram ainda mais precárias com a crise financeira que se instalava no país.

No início da década de 70, o país sofria uma inflação crescente, com políticas macroeconômicas caóticas, declínio da renda per capita e um aumento significativo da linha da pobreza. O arrocho salarial, desencadeado a partir de 1964, significou a diminuição do salário do trabalhador através da desvalorização da moeda. Isso tornou ainda mais inviável para a classe trabalhadora a aquisição do terreno próprio, além de intensificar a presença das mulheres em trabalhos informais precarizados para garantir a renda familiar. Identificar aqueles que mais sofreram com essas manobras, é poder levar em conta que a violência intensificada pelo governo militar entre 1964 e 1988 não se consolida em ações isoladas por parte do Estado, mas que estas ações estão relacionadas à uma violência estrutural na vida das pessoas, que é herdeira do projeto de colonização dos povos indígenas e negros trazidos para cá.

Há uma estreita relação entre os processos de urbanização e a intensificação das manifestações de violência nas grandes cidades. Segundo Soares (2000), em menos de duas décadas o Brasil que antes tinha 70% de sua população no campo, transfere-se em massa para as cidades, de modo caótico, e em condições extremas de privação, exploração e miséria, a ponto de tornar-se uma nação eminentemente urbana com apenas 30% da sua população no campo e sendo

um dos países com a maior concentração de renda e desigualdade entre classes sociais.

É importante a investigação da atuação do Estado nessa época de intensa migração, entendendo com Milena Mateuzi (2015) que:

o Estado produz “as margens” da cidade, favorecendo a especulação imobiliária a partir de leis de zoneamento e habitação; com suas políticas precárias de infraestrutura urbana e políticas sociais; por sua presença violenta, punitiva, racista, heteronormativa. A ideia de que o processo de periferização da cidade é espontâneo e irregular mascara um processo intencional de segregação da população pobre em locais que se possa intervir, controlar e violar direitos.

Escutar assim o que é produzido com essa política de Estado segregacionista, que tem marcos importantes no período da ditadura, mas é herdeira de um modelo social escravocrata.

Surgiram entre as histórias escutadas memórias das lutas, dos aprendizados e apropriações culturais que fortaleceram a vida do povo, seja pelos relatos de sofrimentos tortuosos em serem lembrados, seja pelo orgulho das criações de lugares de vida potentes para seres humanos crescerem. O convite que fazia nos encontros com essas pessoas – que me contassem sua história ali – por vezes era recebido também com comentários como “*eu não tenho nada pra reclamar não daqui*” ou “*ah, eu não penso muito no passado né, tem que tocar a vida*”, ou também “*o que eu tenho que falar?*”. Por vezes quando perguntadas sobre o que lembram das ruas na época em que chegaram, surgiam comentários como “*eu vi coisa que eu não quero nem te fala que até hoje dá arrepio*”. Ou também, momentos de

silêncio; a dificuldade de por palavras no passado também era voz nos encontros.

No meu trabalho, ia buscando novas formas de me vincular com essas pessoas, entender o sentido do encontro para elas: qual era o sentido de lembrar? Por vezes saímos a caminhar pelo bairro, ou sentávamos em uma praça no CEU Heliópolis para ver o movimento. Não gostaria ali de reproduzir novamente um lugar autoritário que as cobrasse em “ter que lembrar” alguma coisa. Buscava nesse caminho, deixar flutuar uma frase de Eduardo Galeano que me acompanha: “Recordar, do latim re-cordis, voltar a passar pelo coração”. Que as recordações pudessem servir, no laço do encontro, como afirmações de vida, e não de morte. E os encontros favorecessem um sentido de reconhecimento da luta de vida dessas pessoas, e portanto, a legitimação de um lugar no mundo para essas histórias. Um lugar ali, entre meu corpo e o delas.

“*Eu sou ruim de data porque eu sou analfabeta né.*” Assim começa uma senhora de 62 anos ao falar sobre sua chegada ali. Falava que estava ruim demais da cabeça, e que não conseguia mais lembrar muita coisa. Era mãe de 4 filhos, já pais e mães, e sorria muito ao falar dos netos. Em seu relato de chegada, e de posterior aquisição da casa própria, relacionava o tempo de sua vida de acordo com a idade dos filhos. “*Quando a gente subiu a casa na época a menina tinha 1 ano, e o menor não era nascido.*” Escutando mulheres como essa senhora, sentia em seus relatos a importância da sobrevivência dos filhos como forma de afirmar a existência. Era para os filhos que se trabalhava, que se saía do nordeste, se buscava melhores condições de vida; era esse filme que passava ini-

cialmente à cabeça para muitas das mulheres que contavam de sua chegada, e os filhos sempre apareciam como um fio condutor da luta pela vida.

Quando perguntadas sobre o início do bairro, o termo *massa de manobra* aparecia recorrentemente na fala de moradoras. Tentativas atuais do Estado de reintegrar a posse de terrenos ocupados por moradores há 30 anos atrás reeditam os afetos que viveram os primeiros moradores da região. Até hoje esses não têm as escrituras dos terrenos, ainda que muitas das moradias tenham sido feitas com recursos públicos. O bairro se formou entre a década de 70 e 80, tendo como fator de impulso no início da década de 70 uma ação da prefeitura de São Paulo de transferir 153 famílias da favela da Vila Prudente – até então, a maior favela de São Paulo – para a região. Na época essas famílias foram transferidas para alojamentos provisórios, mas a partir daí iniciaram a construção de barracos nos terrenos.

“*Era tudo barro e campo de futebol, água e luz não tinha, a gente ia buscar na bica.*” O terreno que ia sendo explorado e ocupado pelos migrantes nordestinos era um terreno público abandonado. Desde 1966 estava em nome do IAPAS – Instituto de Aposentadoria e Previdência Social, e com a transferência das famílias da Vila Prudente para a região, se acelerou o processo de vinda de novas famílias, que escutavam de terrenos que iam sendo vendidos e ocupados. No final da década de 70 o poder público percebe que perdeu o controle da situação e a saída encontrada para isso, tendo em vista a posse da terra e não a vida das famílias que ali viviam, foi o primeiro pedido de reintegração de posse.

Aí se iniciam as narrativas de resistência que retratam as primeiras organizações e associações de moradores na luta por moradia. Esses que já vinham se organizando para a instalação de infra estrutura básica como água e luz, se uniram ainda mais com o pedido, para garantir ali seu lugar de vida.

O poder hegemônico, é dividido em muitas escalas e quando relatado pela resistência do povo, torna visível a fragmentação hierárquica da dominação do biopoder³:

Quando falamos de subcidadania, falamos de uma complexa dinâmica de reprodução de violências – sobretudo de cunho racial, de gênero e a própria manutenção da pobreza (...) Tais comportamentos não são apenas responsabilidades dos sujeitos implicados, mas sim das instituições, da cultura, da estrutura, que os abrigam, orientam, legitimam. É assim que se produzem as margens. (Mateuzi, 2015, p. 33)

A macropolítica executada pelo Estado só é possível de existir através de uma malha micropolítica gigantesca e cotidiana. Essas pessoas que chegavam à Heliópolis resistiam às tentativas de reintegração de posse, ao desemprego intensificado ainda mais pelo preconceito contra favelados, à criminalização pela polícia, aos comentários racistas da mídia, aos padrões, e as vizinhanças de outras regiões conservadoras que cobravam o poder público da espoliação social.

De um lado São Caetano, do outro lado o Alto do Ipiranga, e aqui se formando a favela no meio. São Caetano, uma das cidades mais ricas do Brasil

e Alto do Ipiranga, onde a classe média predominava tudo, inclusive os políticos daqui da região do Ipiranga. Então não era fácil conviver. A perseguição e a desvalorização das pessoas como ser humano era muito grande.

Frente a essas diversas escalas, os moradores se organizavam, com o apoio fundamental das comunidades eclesiais de base, setores da Igreja que destinavam-se ao apoio da luta popular, buscando ampliar o apoio comunitário, e expandir as construções. Muitas das lideranças atuais que fundaram Heliópolis contam que foram formadas por padres e bispos de tendências da Teologia da Libertação, que apoiavam o poder ao povo.

As comunidades eclesiais de base foram muito importantes pra empoderar as pessoas, e sair desse mundo, que foi criado, de ter que ser obediente pra continuar sendo escravo. Então, eles tiveram um papel fundamental na libertação do povo, dos pobres principalmente das favelas. Era uma coisa incrível porque a gente se sentia fortalecido pra luta. Essa grande organização desses padres com o bispo, que na época era o Dom Celso aqui na região, depois o Dom Paulo... na época, celebrar pra comunidade... que vivia nessa situação da extrema pobreza, celebrar como um grande animador desse povo pra ir pra luta.

Importante escutar o animo produzido pelo apoio e pela união, como uma extensão que busca afirmar a sobrevivência do corpo que é despejado, para além dele mesmo. O respaldo institucional e os laços afetivos entre esses padres e os mora-

³ A ideia de biopoder pode ser entendida enquanto as estratégias do Estado para controle de populações e dos corpos. Para saber mais, ver Michel Foucault, História da sexualidade I: A vontade de saber.

dores de Heliópolis significou a aposta em um corpo coletivo que pudesse ocupar e se erguer diante de um território em que se urgia existir.

Um dos moradores conta que foi contratado por um dos padres para ajudar na administração da Igreja, mas que seus honorários eram para fortalecer a organização comunitária em Heliópolis. Havia grupos de alfabetização que se concentravam nas igrejas, além da coleta de cestas básicas, leite para as crianças, movimentos para a construção de creches. Trata-se de uma parte da Igreja Católica, influenciada pelo movimento de Teologia da Libertação, que não apenas no Brasil, como em toda a América Latina, representaram um importante foco de resistência às ditaduras que assolavam a vida do povo. Essas vertentes se territorializavam em Heliópolis não apenas ajudando a resistir contra as forças opressoras do cotidiano, como também cumpriam instantaneamente a função de amparo que o Estado historicamente falha em cumprir com esses setores da população.

A luta por moradia, refletia a luta por um lugar no mundo. Uma das moradoras lembra que saiu do Pernambuco com 8 irmãos mortos pela fome. Não havia possibilidade de viver ali. *“Quando cheguei aqui e vi que era tratada ainda pior pelo governo, pela vizinhança, ou pelos patrões”*, a moradora conta que entendia ali, com o apoio das comunidades eclesiais de base, que a luta por direitos era a luta por serem reconhecidos como seres humanos importantes. Heliópolis, cidade do sol, virou lema de vida para essas pessoas.

As pessoas viviam sendo escravizadas, isso em tudo lugar, desde os trabalhadores rural, como da

grande cidade, aí a gente já vivia desde 64 dentro deste sistema de uma ditadura militar, mas aquele povo que vivia escravizado, parece que eles não percebia muita coisa. Porque nunca tiveram um outro ritmo de vida. Aí, ficava na cabeça que a vida do pobre era aquela. Como se fosse natural e Deus quis assim. Porque essas frases, essa formação, que formaram o povo pobre do Brasil foi justamente com elas de convencimento que os grandes poderosos fazia isso, desde a escravidão.

Neste sentido, a construção da casa própria parece simbolizar também a emancipação do *fantasma de despejo* que acompanhava a vida daquelas pessoas, postas em um lugar naturalizado que tem como referência histórica no país o lugar do escravo. A memória viva que surgia nos encontros, com as lembranças da luta por construção das casas fazia retornar a memória coletiva do povo: *“quem construiu São Paulo foram os nordestinos! Como assim a gente não cabia aqui?”*.

A ampliação do movimento fortalecia o sentimento de legitimidade da luta, segundo as moradoras; organizados percebiam que quantos mais eram, mais força tinham. Esse saber, já tinham no corpo, quando subiam barracos para as famílias que chegavam, construíam redes de esgoto, caminhos para chegar luz, água, a cesta básica. Caminhos para chegar. No final da década de 80, com as conquistas pelos adiamentos de pedidos de reintegração de posse, os moradores conseguiram acordos públicos para a construção de casas em mutirões. Simultaneamente no território, outros moradores eram despejados pelo poder público de modo fragmentado, para não fazer alarde. Nessa disputa, são erguidos os primeiros mutirões de moradias, feitos na região

da Lagoa. Conta-se que era preciso muitas vezes construir o barraco na madrugada.

Cê começava a construir a casa e o pessoal da prefeitura vinha e derrubava. Então o pessoal começava a construir mais a noite. Botava a telha e construía rápido, não dava nem tempo de colocá o piso, cê já entrava pra dentro, rápido.

Os mutirões aparecem como marcos importantes nos relatos, como ações coletivas que marcam a permanência na terra e a conquista da casa própria. Grande parte da rede matricial que se agenciou entre esses testemunhos havia se conhecido nos mutirões. Havia listas de presença, era tudo organizado, tinha muito mais mulheres que homens construindo. Houveram muitos relatos de ajudas comunitárias feitas entre as famílias na época, divisões de terrenos para caber outras famílias, uma preocupação comunitária em fazer caber aparecia entre as histórias.

*Assim me contava uma mulher sobre sua experiência nos mutirões quando havia acabado de chegar em São Paulo – *Aí quando entraram, aí que meus filho passaram mal, eu fiquei com trauma de invasão de terreno. É que eles vinheram, comeram mamona... é que tava recente do Piauí ainda e lá tinha uma fruta... que é parecida com mamona... chama favela, que não é o que se chama hoje em dia... mas lá ela é uma fruta que os nativos vai e come. Ai os mais novo passaram ela, e comeram ela e ficaram com febre (...). Ficaram 5 dias internados lá. (...) Meu filho teve trauma de invasão de terreno. Aí o povo sabia que eu não tinha conseguido, e tinha uma vizinha lá também do Piauí, aí tinha pegado um terreno muito grande aí, me cedeu um lugar pra mim ficar.**

O que significava na memória do corpo essa pressa por entrar no barraco, a pressa por sair as pressas do Nordeste? Ou essas mães que levavam seus filhos aos terrenos, para ficar debaixo de sol subindo as moradias, num trabalho já bem sobrecarregado e ainda intensificado pela ameaça constante de retaliação de homens que poderia chegar para derrubar tudo? Quais são as marcas disso no corpo hoje?

Quando perguntadas sobre grupos de extermínios ou milícias, os corpos dessas pessoas com as quais me encontrava se inquietavam de alguma maneira. Algo ali, se despertava, como um desconforto, que por vezes aparecia também como silêncio e um “nada a dizer”. Outras disparavam denúncias de ameaças que na época, viveram todos os dias.

Com o caráter irregular da terra, intensificado pela negligência do Estado em promover recursos para a regulamentação, homens conhecidos como grileiros se aproveitavam de terrenos abandonados para lucrar em vendas, explorando as famílias que chegavam. Diferentemente das famílias que buscavam um lugar para viver, os grileiros acumulavam terras para explorá-las. Constituíam-se enquanto grupos de extermínio, que controlavam não apenas a posse de muitos terrenos, como a vida comunitária. Para tanto, do poder da terra se afirmava com a vigília de uma moralidade vigente, de modo que decidiam quem poderia ficar e quem deveria sair da comunidade, através da ameaça de morte e de execuções sumárias. A “terra de ninguém” abandonada pelo Estado, era apossada, e nela se depositava também novas leis arbitrariamente eleitas pelos grileiros, que passavam a perseguir aqueles que não seguiam suas leis, e matá-los.

Teve uma época que veio 10 homens bater em mim e no J. E quase que mata nós. Os grileiros. Isso foi 81... porque eles queriam expulsar a gente aqui de qualquer jeito... e a gente, quase que a gente se ferra. A sorte da gente foi uma assistente social, na região Ipiranga, que foi chegando e foi gritando, ela já me conhecia, a gente já tinha uma relação. Ela tinha uma participação nas igrejas, ela era funcionária pública. Na época a gente conseguiu fazer uma articulação com ela, sem a prefeitura saber, claro...

Os principais perseguidos pelos grileiros eram as famílias que não pagavam aluguéis, os homossexuais, mulheres que traíram maridos, e jovens que faziam uso de maconha. Não se permitia a entrada da droga na comunidade até o início dos anos 90, de modo que jovens sentados na calçada de noite já eram suspeitos e muitas vezes eram baleados em chacinas por esses grupos.

Uma das lideranças locais conta que esses grupos tinham pacto com a polícia, que fazia vistas grossas para a situação dos moradores, de modo que não havia outro modo de fazer valer a lei imposta, que não a morte. O que pode ser escutado a partir da emergência dos grileiros como força brutal de aniquilação dos moradores na década de 80 é a herança colonialista de uma postura de domínio sobre os corpos daqueles menos favorecidos no acesso ao poder. Além disso, especificamente no período do Estado Militar, o que estava posto de exemplo para a população entre o Estado e Sociedade Civil era uma postura autoritária das autoridades, que através das armas, poderia assegurar seu lugar de decisão sobre o povo.

Teve momento de armas, de eles vir com um carro cheio de arma... a polícia, isso foi anos 80 ainda... os grileiros chegava com a perua cheia de arma... aí eles chamavam a polícia falando que aquelas arma era nossa... isso já tava combinado entre eles... aí teve alguns momentos que tivemos que fazer o enfrentamento mesmo com eles, colocar a vida em risco... porque eles tavam armados, se eles encontrassem a gente, não ia acontecer nada com eles... A gente fazia assim, de madrugada a gente fazia reunião escondido, pra ocupar essas áreas com esses trabalhadores, entendeu, sem eles saberem. Porque aí ficava um grupo grande, pra resistir.

Das chacinas amanheciam os “corpos que a gente tinha que pular para ir ao trabalho” como contam praticamente todas as pessoas entrevistadas. “Era natural todo dia de manhã ter 2, ou 3 na rua no mínimo. As vezes demorava dias pra polícia aparecer e vir tirar o corpo, ficava o presunto lá.” Essa aparece como uma das memórias mais difíceis para as pessoas entrevistadas, “viver em um território que poderia ser morto por qualquer motivo, e a gente não existia para o Estado, se não fosse para sermos despejados, de nossas casa ou de nossas vidas”.

O que significava para aquelas pessoas verem corpos mortos nas portas de suas casas? O que se produzia no corpo sabendo que se poderia morrer constantemente apenas por existir? Que corpo é esse que vai sendo produzido a partir do constante medo, espólio, preconceito, criminalização e despejo?

O modo como os moradores sofriam as agressões também variava em suas singularidades. Uma mulher transexual, moradora, importante

liderança da região, conta de sua luta pelos direitos de LGBTQTS na região. Fortemente perseguida pelos grileiros na década de 80, tinha o nome sempre em postes de bares como ameaça de morte. Na época, era vista como um homem homossexual afeminado, e considerada uma aberração para o poder moral vigente dos grileiros. Conta que tinha vindo de longe, e que não iria para lugar algum, e resolver lutar por permanecer e até hoje ali vive. Conta de sua trajetória entre a comunidade, conquistando confiança do povo quando é chamada para compor um programa de rádio de Heliópolis em que atuava uma personagem divertida do bairro. Programa esse, que foi meio para fortalecer a comunidade, e não por acaso, foi perseguido pelo poder público que através da polícia federal, fechou a rádio no final da década de 90. Só no governo Lula, nos anos 2000, a rádio teve permissão de existir.

Essa mulher, relembra de reuniões em que chamava os vizinhos para sua casa para falar sobre direitos. *“O que é ter direito? Era sobre isso que a gente falava. Fazia caldinho de feijão e cachaça pra esquentar, porque naquela época que era frio mesmo.”* A partir dessas reuniões essa mulher conta que a luta dos homossexuais foi fortalecida na comunidade, por ganharem mais visibilidade entre si. A partir de então, mais moradores começaram a “sair do armário”, enfrentar o preconceito vigente. Nesse momento, final da década de 80, os grileiros estavam perdendo o poder, *“estavam se matando entre si pela disputa de poder”*. Assim, os moradores homossexuais se viram mais livres para serem quem queriam ser nas ruas, e se mostrar enquanto seres humanos desejantes. No entanto, a moradora

relata aí um marco lamentável nessa *“libertação dos homossexuais”*, que foi o estabelecimento de um novo grupo de extermínio denominado *“justiceiros”*. Esses se assemelhavam aos grileiros no modo de controlar a comunidade, mas que tinham como diferencial ter permitido a entrada do mercado de drogas ali, fazendo parte dele e iniciando as primeiras aberturas para a instalação do tráfico na região. Muitas pessoas com orientação homossexual foram mortas nessa passagem, conforme relata a moradora, por terem *“saído do armário”* e se tornado alvo desse novo grupo.

O testemunho dessa pessoa, me levou a reparar na complexidade da luta pela vida dos moradores em um território que esteve constantemente ameaçado de exploração e negação da existência. Como já retratado anteriormente, são diversas as camadas sociais que legitimam ações desigualmente violentas destinadas aos setores menos favorecidos economicamente. Ao se apropriarem de seus direitos, nas reuniões de caldinhos de feijão, como fica a escolha desses sujeitos em se assumirem gays quando bate à porta a intolerância para com a sua existência? Dessa forma, o sentido de território se amplia para o de territorialidade, entendendo que um território existe quando se pode fazer dele morada, permissão em que se possa existir com sua cultura, seus desejos e potências, inclusive sexuais.

A existência em Heliópolis estava atravessada por disputas de poder pela terra, e por quem poderia viver ali. Uma vez unidos pela luta por moradia, os moradores ampliavam sua experiência com a luta, e como fazer frente aos desdobramentos nessa resistência. Assim, no início da década de 90 fundam a UNAS – União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis

e Região, principal organização na luta por direitos humanos na região, que é gestora social da maioria dos projetos existentes em Heliópolis. O movimento de criar a UNAS, representava as saídas que as lideranças locais encontraram para instituir poder comunitário. Iniciaram reivindicando ainda mais o poder ao povo na gestão de mutirões, construções de creches, organização dos serviços que se instalavam na região. Buscando dessa forma que não fosse apenas a “mão de obra” desses projetos, mas assumissem protagonismo na crítica, e avaliação dos projetos, podendo decidir o que era melhor para suas vidas.

Assim passaram a representar o território, cada vez mais, em função inclusive da luta por direitos LGBTQs, gerando progressivamente maior aceitação comunitária dos homossexuais na região. Hoje a UNAS encontra muitos desafios, já tendo um papel de mais de 25 anos de atuação crescente no território, e tendo tido impulsos importantes conforme relatam suas lideranças nos governos do PT, tanto municipais como federais. Entre os desafios, está a constante negociação do terreno com o poder público, que a cada gestão, repete a ameaça de reintegração de posse dos terrenos, agora com a bandeira da comercialização dos terrenos.

A UNAS passa a assumir a função de unir Heliópolis no sentido da construção de um bairro educador, sendo essa a principal bandeira do que se tornou o movimento de moradores. Nessa escuta fui entendendo a UNAS enquanto a organização que cumpre a função que o Estado deveria cumprir, no entanto sem ser Estado. Lideranças atuais da UNAS contam das dificuldades em não se deixarem levar por movimentos de cooptação

da força comunitária, e subornos por parte dos interesses hegemônicos em desarticular o poder local formado pelos moradores. Hoje representam implicação comunitária organizada que alcança desafiar e enfrentar o Estado em seu lugar de opressor/violador. Um exemplo claro disso me é compartilhado por uma das moradoras. Ela conta de quando a prefeitura alterou uma portaria que exigia que todos os trabalhadores de creches e serviços de educação deveriam ter o curso de pedagogia, solicitando que demitissem mais de 500 funcionários que não apresentavam o diploma. A frente de moradores organizada, se recusou a tal ato, colocando que em última instância não os demitiria e caberia à própria prefeitura que o fizesse. Em contrapartida, foi apresentado o pedido de um tempo de 5 anos para a prefeitura, para formar as profissionais:

Aí a gente pensou, vamos negociar com a secretaria da educação... chamar o secretário, falar pra ele, olha, a gente não vai entrega as creches, nem mandar funcionário embora (...) Agora por outro lado nós temos uma proposta, a gente quer pedir 5 anos pra formar os nossos trabalhadores que estão inseridos nos projetos nas creches, empoderar essas mulheres, e elas se formarem em pedagogia, mas mandar embora não, está contra tudo o que construímos ao longo dos anos... Foi interessante, ele olhou assim pra nós e falou, nossa, vocês são muito ousados.

A moradora me conta que a ousadia foi tanta como as bolsas que conseguiram para as trabalhadoras. Em articulação com projetos políticos destinados à Educação, e com a Universidade São Marcos, os moradores conseguiram 1000 bolsas dessa universidade para formar seus trabalhadores, e ao invés de demiti-los como faria o Estado,

fortalecer suas profissionais e ampliar a possibilidade de estudo. Trata-se de uma estratégia com forte êxito da comunidade, que dá uma lição ao Estado de como otimizar as forças locais em prol da integralidade por educação no território.

Esse, entre diversos outros exemplos contados por essas lideranças ou pelas mães que se sentiam um pouco mais calmas com a possibilidade dos filhos frequentarem projetos, cursos, e aproveitarem os espaços do território, figuram um cenário atual em que se é possível projetar um futuro para os jovens que vivem ali. “*Nada disso foi de graça, foi muita a luta, e se bobear, eles tiram da gente*”, me lembra uma senhora que morava na região da Lagoa.

Fica evidente nesses caminhos a força comunitária em sustentar a existência das muitas famílias que ali chegaram. Essa força deve ser reconhecida pelo Estado como protagonismo que responde pelo território, como patrimônio de luta das diversas vidas que por ali transitam. É urgente que o Estado reconheça as histórias locais em sua resistência de vida, e possa estar disposto a negociar as informalidades habitacionais que se constituíram historicamente na região, concedendo aos moradores a inscrição de suas casas na lei. Essa aparece como a principal demanda que está ao alcance do Estado efetivamente reparar: a co-construção de políticas que regularizem *de baixo para cima* as propriedades em função dos moradores e não da especulação imobiliária.

A relação entre a ditadura e os efeitos subjetivos desse período para a classe trabalhadora ainda é pouco explorada, é faltante, no corpo social e em diferentes escalas. Talvez isso não signifi-

que uma lacuna apenas desse período histórico no país, mas seja justamente repetição de uma naturalização do sofrimento do povo, que é filho dos índios e dos pretos trazidos para cá, ou aqui executados. Escutar da ditadura vivida pela classe trabalhadora é escutar da desigualdade entre os povos que nessa terra disputam para existir.

A disputa pela terra, sempre foi na história da humanidade a disputa por existência. Muitos são os ganchos de sustentação para que uma malha cultural se teça e sobreviva, sendo a memória afetiva, cultural, sonora, gustativa, importante veia-raiz de sobrevivência dos povos. Movimentos culturais pela América latina tem se apropriado do termo “re-existência” como forma de significar sua luta, que é por si, existencial. Essa luta faz frente aos corpos negros e indígenas despejados como indigentes historicamente no país. Assim, escutar essa face oculta do discurso sobre a ditadura, faz emergir um sofrimento que não é originário somente da ditadura, ele é o meio através do qual um modelo político de poder se sustenta historicamente no país, sendo a ditadura um marco nessa trajetória, que ainda carece de ser propriamente investigado.



EM TEMPO...

Foto da página 34

A CAMINHADA DA PAZ surgiu em 1999 como símbolo de resistência e mobilização comunitária, quando a jovem estudante Leonarda foi assassinada na saída da Escola Municipal de Ensino Fundamental Campos Salles em Heliópolis. Braz Nogueira, então diretor da escola, buscou apoio com lideranças comunitárias e junto com a comunidade realizaram a primeira caminhada naquele ano. Desde então, todos os anos o bairro se organiza junto aos movimentos sociais, moradores em geral, jovens e crianças que refletem sobre temas relacionados à cultura de paz e, com base nessa reflexão, criam as alegorias que são levadas às ruas no dia da Caminhada.

UNIÃO DE NÚCLEOS, ASSOCIAÇÕES DOS MORADORES DE HELIÓPOLIS E REGIÃO – UNAS, surgiu em meados dos anos 1980 como comissão de moradores da favela Heliópolis composta por representantes de cada núcleo da comunidade que lutavam pelo direito à moradia e posse da terra. <https://www.unas.org.br/>



Tiago Nascimento

O CEU HELIÓPOLIS, Centro Educacional Unificado Heliópolis – Professora Arlete Persoli é um equipamento público municipal voltado à educação infantil e fundamental e às práticas esportivas, recreativas e culturais cotidianas, tendo como política a participação efetiva da comunidade em sua gestão. Antigo Centro de Convivência Educativa e Cultural de Heliópolis, passou a ser CEU em 2015 com a incorporação das novas construções projetadas pelo arquiteto Ruy Ohtake.



Tiago Nascimento

pregador
de roupa



bolinha
de isopor



+ +

arame



+

papel encartado
(embalagem)



+

tesoura



+

cola



+

pincel
e tintas



+

criatividade
e memória



BONECOS DA MEMÓRIA

por Laura Lanari

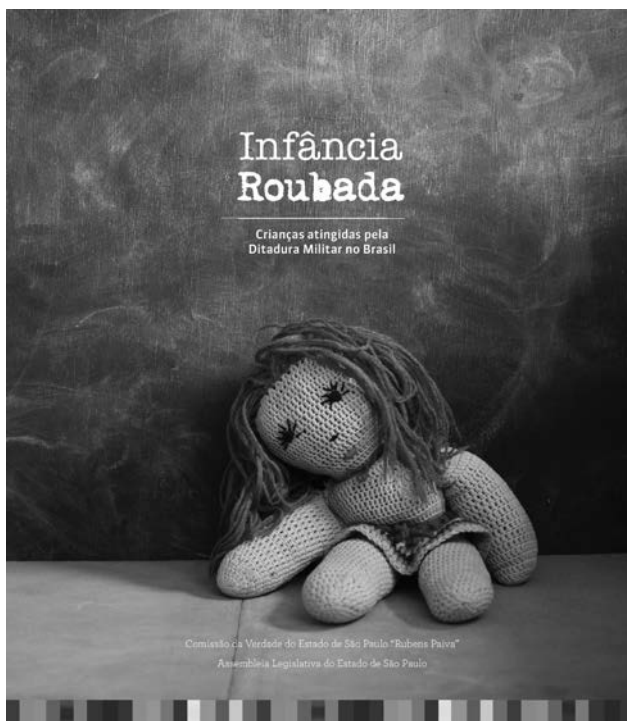
Eu não me lembro exatamente do dia em que eu conheci a Camila. Foi certamente pela minha querida Gabriela Serfaty, colega do Margens Clínicas e integrante do projeto, em alguma reunião do Margens, no meio de um monte de outras coisas. Demorou um pouco até eu entender que seríamos parceiras de trabalho e que, ao final do projeto, estaríamos na sua casa falando sobre escrever esse texto juntas. De pronto posso afirmar que se destacaram a risada fácil, a energia, os dedinhos trabalhando incessantemente, tentando acompanhar a mente criativa...

Camila me foi apresentada como uma designer gráfica que havia feito parte da edição anterior do Clínicas do Testemunho. Sua participação havia sido peculiar, pois atuou tanto como beneficiária quanto como parceira na elaboração e execução de um dispositivo denominado re-

talhos da memória, por meio do qual familiares de pessoas afetadas pela Ditadura de 1964 bordavam fotografias. Camila é filha de ex-presos políticos e dona da boneca que ilustra a capa do livro *Infância Roubada*¹, sobre as crianças atingidas pela Ditadura. A boneca foi feita por sua mãe Rita, enquanto ela estava presa.

Durante todo nosso período de trabalho juntas, desenvolvemos uma relação de bastante cuidado uma com a outra o que me foi muito rico em diversos aspectos e, a meu ver, pôde dar um contorno especial às nossas oficinas. Quando resolvemos escrever esse texto, eu fui até a casa da Camila com a ideia de fazermos uma entrevista mútua, na qual falaríamos da marcante experiência de ter participado do Clínicas do Testemunho nas Margens, mas confesso que o meu plano era fazê-la falar muito mais que eu. Bom, comecemos do início.

Camila conta que depois do nascimento do seu filho ela fazia bonecos de feltro para portas



FOTOS: Sheila Oliveira

de maternidade, como um jeito de sair da publicidade, pois queria ter um trabalho dela que remetesse à sua vivência como um todo. Porém, foi se dando conta que aqueles bonecos não representavam a sua realidade. Eles eram o retrato de famílias tradicionais e ditas perfeitas. Então ela criou uma série de três bonecos torturados. A tortura sempre esteve presente em sua vida, por conta da história de seus pais. Porém o medo que guardava não era exatamente de que aquilo acontecesse com ela, mas sim, em suas palavras, toda uma construção imaginária que uma criança pode desenvolver sobre o que é ser torturado.

Depois de alguns anos, após a publicação do livro *Infância Roubada*², Camila diz que ficou muito mobilizada com a revisitação que havia feito à sua realidade e foi nesse momento que buscou a Clínica do Testemunho. É enfática ao afirmar que poder falar naquele espaço funcionou muito bem, pois estava claro que ali havia um processo de reparação. Foi ali que ela percebeu, nas idas e vindas e também num processo de análise individual, a potência do trabalho com bonecos que vinha, paulatinamente, desenvolvendo. Tanto que afirma que ao fazer os bonecos aquele terror da tortura já não existia mais consigo. Podiam haver outros, mas aquele não mais.

Camila diz que o convite para trabalhar com a clínica nas margens trouxe uma enorme alegria e que foi um passo além, porque a política de Estado não estaria mais restrita àquela ditadura, mas poderia ser uma porta de entrada para trabalhar todas as violências de Estado. Foi assim que encontrou pessoas que pensavam da mesma forma que ela. Além disso, seria a possibilidade de realizar algo que sempre quis: trabalhar com a história da sua vida. A realidade de ser filha de

presos políticos sempre acarretou numa espécie de segregação da sociedade e isso não era algo que se falava. Ela se lembra que passou a verbalizar sua história lentamente já na adolescência: não era um assunto a se tratar com qualquer pessoa. Poder voltar a falar e trabalhar com sua própria história a fez muito feliz.

Dispositivo de fala

Assim nasceu a Oficina Bonecos da Memória: bonecos feitos com pregadores de roupa, bolas de isopor, arame e tinta. A escolha do material aconteceu pela busca de elementos que pudessem ser de baixo custo, reaproveitados e encontrados em qualquer lugar. Camila apresentava aos participantes sua história e como havia surgido a ideia de criar aquele processo. Ao final de cada encontro, a roda se abria e ali podiam dizer do que surgia durante a construção dos bonecos. A construção dos bonecos como dispositivo de fala.

Nosso primeiro trabalho, junto com a Gabriela, foi nos serviços de medida socioeducativas – MSE do bairro de Heliópolis. Esse serviço municipal tem por finalidade prover atenção socioassistencial e o acompanhamento aos adolescentes e jovens de ambos os sexos em cumpri-

mentodemedidassocioeducativasemmeioaberto, de liberdade assistida e/ou prestação de serviços à comunidade, determinadas judicialmente. Dentre seus objetivos, o serviço deve contribuir para o acesso a direitos e a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens.

Considerando, dentre outros fatores, o capítulo final do Relatório da Comissão Nacional da Verdade³ que conclui que os atuais maus tratos nas prisões e os casos de desaparecimento de prisioneiros refletem o quadro de insegurança que existia na ditadura, a equipe do Clínicas do Testemunho nas Margens realizou a Oficina de Bonecos da Memória com os técnicos do MSE dentro do próprio serviço, com objetivo de atingir familiares e os próprios jovens.

Sempre fomos muito bem recebidas em Heliópolis, bairro da zona sul de São Paulo, cuja inspiradora história de luta e resistência é facilmente notada em seus moradores. O apoio e confiança da gestora do MSE Sacomã Mércia Ribeiro foi fundamental para que pudéssemos desenvolver o trabalho com tranquilidade e parceria.

Assim, fizemos a oficina primeiro com os técnicos do MSE e depois com familiares dos jovens que ali cumpriam a medida. Camila muitas vezes

¹ São Paulo (Estado). Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil – São Paulo : ALESP, 2014.

² Camila foi a editora de arte e diagramação, além de ter realizado a pesquisa iconográfica ao lado de Tatiana Merlino, jornalista responsável pelo projeto.

³ A CNV, ao examinar o cenário de graves violações de direitos humanos correspondente ao período por ela investigado, pôde constatar que ele persiste nos dias atuais: a prática de detenções ilegais e arbitrarias, tortura, execuções, desaparecimentos forçados e mesmo ocultação de cadáveres não é estranha à realidade brasileira contemporânea.

provocava os participantes para que fizessem nos bonecos a si mesmo ou alguém próximo, o que, via de regra, gerava maior implicação dos participantes com a atividade. Me lembro da Gabriela dizer desse desafio de se encontrar nos bonecos: eu no mundo e o mundo em mim. E disso nos levar para outro tempo...

As situações foram muitas: houve bastante gente a se retratar, houve quem dividisse o boneco em dois sexos, quem se colocasse como um avatar, uma mãe que se surpreende ao retratar a filha de 14 anos como um bebê, um pai que faz a família inteira e tem a possibilidade de encontrar outras pessoas em situações semelhantes, assumindo corajosamente que estava ali para ver como os outros pais faziam, porque ele não estava sabendo lidar com o fato de seu filho ter cometido um crime.

A maioria das pessoas com quem trabalhamos em Heliópolis eram ou vinham de famílias nordestinas e algumas pessoas de mais idade comentaram, de forma quase corriqueira, sobre a presença constante de corpos pelo chão no bairro quando chegaram por lá nas décadas de 70 e 80.

Camila fala que existe um espaço da não fala e esse espaço são coisas que desconhecemos. É depois do processo de fazer que você reconhece e se propõe a pensar naquelas coisas que são suas: no que virou aquele boneco, as formas que tomou, as cores e as roupas escolhidas. Diz que não vai se esquecer nunca do que pôde vivenciar com aquelas pessoas que fizeram junto conosco as oficinas.

A nossa última oficina aconteceu no Memorial da Resistência em São Paulo e foi direcionada a

afetados e familiares diretos do período ditatorial. Para Camila, poder trabalhar com a Oficina de Bonecos naquele lugar teve uma importância singular. Seus pais estiveram presos ali, porque lá funcionava o antigo DOPS. Mas não era só isso. Aquele lugar para ela tinha um peso bastante grande pela sua importância e por poder apresentar ali o seu trabalho, a sua história de vida.

A primeira sala que nos foi oferecida pela amável equipe do Memorial era mais reclusa e fechada, a qual foi simpática e discretamente rejeitada por Camila logo de início. “Talvez não fosse uma boa ficar numa salinha fechada nesse lugar”. Corremos a buscar outra sala.

Um dos participantes se recusou a seguir as etapas de construção de boneco proposta e dispôs um boneco que parecia estar sendo torturado. Como quem disparava chistes, fazia trocadilhos sobre o corpo do boneco, vertendo para o lado da tortura e violência. Lembranças de tempos sombrios que talvez apenas fossem suportáveis de existir estabelecendo um pequeno acordo de insanidade: rindo do horror.

Foi dito ali que se imaginava a oficina como algo lúdico que pudesse, de alguma forma, forçar a barra, mas depois viu-se que não se tratava disso. Uma outra pessoa contou que se espantou ao notar que, ao fazer o boneco, não sabia dizer em que altura estavam seus quadris em comparação com seus braços e se perguntou em que momento se perdeu de seu corpo.

Camila disse que desde o primeiro dia pôde ressignificar o Memorial da Resistência de um modo muito especial. Que poder estar ali de uma forma que ela esperava tanto era o que fazia possível

um novo contorno para sua história: a possibilidade de reconstruir aqueles retalhos e de estar num lugar tão significativo de uma nova forma.

Voltando à nossa conversa, ou melhor dizendo, à nossa entrevista mútua, num dado momento Camila me pergunta: e você, Laura, qual a sua história com a Ditadura Militar? E eu lhe respondo brevemente que não tenho história, que teve apenas um primo do meu pai que foi torturado e morto no Rio de Janeiro no início dos anos 70. Já logo mudo de assunto, mas Camila me olha espantada e aponta sobre a gravidade do caso. Não foi algo leve, ele foi torturado e morto. Não digo mais muito sobre isso.

Depois de alguns dias, percebo o absurdo de estar vivendo esse projeto desde o ano passado e não ter me dado conta do que se passava dentro da minha própria família.

O primo do meu pai era Raul Amaro Nin Ferreira, filho de Mariana Lanari Ferreira, irmã do meu avô. Aos poucos fui me dando conta, me lembrando do que o meu pai já tinha me falado dele: da sua descrição e simpatia, da tristeza que caiu a família por conta de seu assassinato, de não conseguir nunca esquecer os dedos do seu primo quebrados no seu enterro.

Fui pesquisar sobre ele e encontrei um material vasto a seu respeito, inclusive que foi torturado e morto dentro das dependências do HCE (Hospital Central do Exército), e que isso pôde ser comprovado apenas em 2014, na Comissão Estadual da Verdade do Rio. Soube também que a tia do meu pai pediu judicialmente a responsabilização dos culpados pela morte do filho ainda em 1979, durante o período de exceção.

A partir da intervenção da Camila, que indiretamente me obrigou a olhar para uma história tão marcante da minha família, pude cair em mim mais uma vez e entender o quanto eu estava envolvida com esse tema e como ele estava vivo dentro de mim. Vivo pela presença da morte.

Curiosamente, o meu maior despertar ao final do projeto. Confirmando a profecia de nossa maga supervisora Sandra Berta, de que o projeto começa quando acaba.

Não foi a primeira vez que a Camila veio, sutilmente, com essa para cima de mim. Em algumas oficinas eu também fiz bonecas, por insistência dela. Primeiro eu fiz uma que era uma menina olhando para baixo, que eu não cheguei a terminar. Quando eu vi a expressão cabisbaixa na boneca, não foi muito agradável. Só que uma outra vez eu fiz uma outra boneca que era toda alinhada, cheia de si e com o nariz em pé. Camila disse que eu estava mais segura. E eu estava mesmo. Tentei deixar toda vestida de preto, mas a Camila logo fez um lenço colorido e colocou em volta do pescoço da boneca. Me tirando da pose jogando um lenço colorido: me tirando de cima do muro e me ajudando a me colocar.



MÉMORIAS E BONECOS

por Camila Sipahi Pires

Ser filha de presos políticos, ter alguma memória, mesmo que lacunar dos acontecimentos do dia da prisão de minha mãe, das visitas na cadeia, de conhecer a Torre das Donzelas, sempre me trouxe a responsabilidade de contar, e recontar e contar mais uma vez essas experiências, para que de forma nenhuma isso se repita. Para evitar que outras crianças passem por uma Ditadura. Que vejam seus pais encarcerados por suas ideias e atitudes. Sempre digo que ao sequestrarem minha mãe, sequestraram junto minha memória. Para esquecer o fato em si, esqueci também meus amigos da primeira infância, entre tantas outras coisas.

Outro dia, ouvi a Anna citar um sábio que dizia: vamos recontar, não para impedir que algo se repita, mas para quando se repetir saibamos como agir. Essa fala me remeteu à leitura que fiz do livro *Olga Benário* aos 15 anos. Toda a perseguição durante a Ditadura do Estado Novo me parecia muito próxima do que tinha visto nos anos 70. naquela época me perguntei: aquela geração sabia do que tinha acontecido na Ditadura anterior?

Não fiz a pergunta. Um pouco por sempre respeitar os silêncios dos atingidos. Também por saber que a responsabilidade daqueles que pensaram um mundo diferente e mais justo, nos anos 60, como meus pais, com certeza não freariam suas convicções por conta das possíveis atrocidades que poderiam sofrer. Tenho uma dedicatória de minha mãe no livro *Tiradentes, um Presídio da Ditadura/ 1998*, que diz: “*A nossa história que se integra a história da esquerda brasileira, cujos protagonistas foram também os nossos filhos. Isto porque suas presenças definiram os nossos limites, e nossas responsabilidades no processo das lutas*”.

Desde pequena os via como heróis – isso me distanciava de qualquer possibilidade de me igualar na existência, na luta, na vida. Me dava vergonha ser da geração Coca-cola, como dizia Renato Russo. Com o tempo e a maturidade, fui me aproximando e desconstruindo essa ideia tão perversa, que me colocava isolada e paralisada.

Fui vendo que ser “senhor de seu tempo” é agir conforme suas convicções e se pudermos mudar alguma coisa, façamos coletivamente. Mas, com certeza, minha enorme admiração por essa geração perdura. Adoro ainda vê-los falar sobre aqueles anos. Adoro ver que ainda estão combativos,

firmes, apesar de tudo que viveram: a perda de amigos, a tortura, o cárcere, as seguidas frustrações pelos projetos políticos em que investiram tanta energia.

O tempo hoje, na altura dos meus cinquenta anos, me fez perceber que lutar é inerente ao homem. E toda conquista nunca é para sempre. O lutar é pra vida toda.

Ao dar meu testemunho à Comissão da Verdade “Rubens Paiva” como filha de presos políticos – obrigada Dodora pelo convite! – e assistir os testemunhos de quase todos os outros filhos, percebi que as consequências eram muito próximas no âmbito psicológico. Dizia a mim mesma: também já senti isso!!!

Foi muito importante me sentir parte de um todo. Fiz o livro *Infância Roubada*, com a Tatiana Merlino, como a Laura já falou no texto anterior e desconfio que como consequência dessa vivência desenvolvi um processo acentuado de pânico. A partir dali, estava enclausurada nos meus próprios medos. Foi muito duro. Nesses momentos de depressão, sempre recorri aos bonecos. Muitos me ajuradaram nesse percusso: Elzira Vilela, homeopata, Rafael Tassinari, psiquiatra, minha família... Depois veio a Clínica do Testemunho Projetos Terapêuticos que me recebeu de abraços abertos. Lá pude ter acompanhamento em grupo e individual. Me senti em casa...

Todo esse processo me ajudou a dar contornos a acontecimentos da minha vida, me levou a ressignificar minhas memórias e dar função ao que eu fazia com forma de resistência: bonecos.

Sempre me perguntei como seria ser filho(a) de presos comuns... sempre desconfiei que os estigmas e as consequências deveriam ser as

mesmas. Baixa auto-estima, fobias sociais, dificuldade de lidar com qualquer coisa ligada ao Estado, problemas de memória. Nossas histórias de alguma forma se tangenciam, mesmo que não sejam pelos mesmos motivos...

Hoje percebo que a estrutura militar daqueles anos perdura. De várias formas a política de segurança é a mesma, senão pior... Violência de Estado. Ali nada foi passado a limpo.

Dispositivo de fala

Ter trabalhado também com a Gabriela e a Laura, foi uma dádiva. Gabriela por sua energia vital, falante, pulsante e Laura com seu espírito de sábio chinês num corpo tão jovem. Nos acreditamos mutuamente. Isso foi fundamental. Foram experiências inesquecíveis

Ter trabalhado no serviço de medida socioeducativa “MSE” e oferecer uma atenção às famílias dos jovens infratores me fez ver, mais uma vez, o quão é importante falar de violência de Estado e suas consequências. E quanto pode ser reparador, trabalhar com um dispositivo de fala – trabalhar lúdicamente a si e depois falar do que você sentiu ou está vivendo com pessoas que estão no mesmo barco.

Vi um pai que não conseguia dizer de seu amor ao filho, poder, ao fim de um processo curto de atendimento em grupo e individual fazer novos laços com esse filho. Ele deu os primeiros passos e o filho correspondeu. (Fiz o mesmo, em casa, com meu filho adolescente: dei vários novos passos em direção a ele, e ele correspondeu também! Vivendo e aprendendo!) O mérito foi dele,

pai. Nós estávamos ali somente oferecendo o que acreditávamos ser restaurador.

Em Heliópolis pude ver conquistas que uma população pode alcançar com uma vida inteira de luta. E numa conversa pública ouvi as coordenadoras da UNAS dizendo: o trabalho nunca acaba, estamos sendo ameaçadas de perder nossas conquistas por conta da nova gestão da Prefeitura. Enxerguei verdadeiras bordadeiras de vida. O trabalho nunca cessa...

Vi os jovens tão queridos do Centro de Estudos e Reparação Psíquica (“CERP”), assíduos por informação. Um deles disse depois de uma entrevista com minha mãe, Rita Sipahi, sobre sua vida política: *“sua memória agora também é minha”*. Sim, isso é memória coletiva!

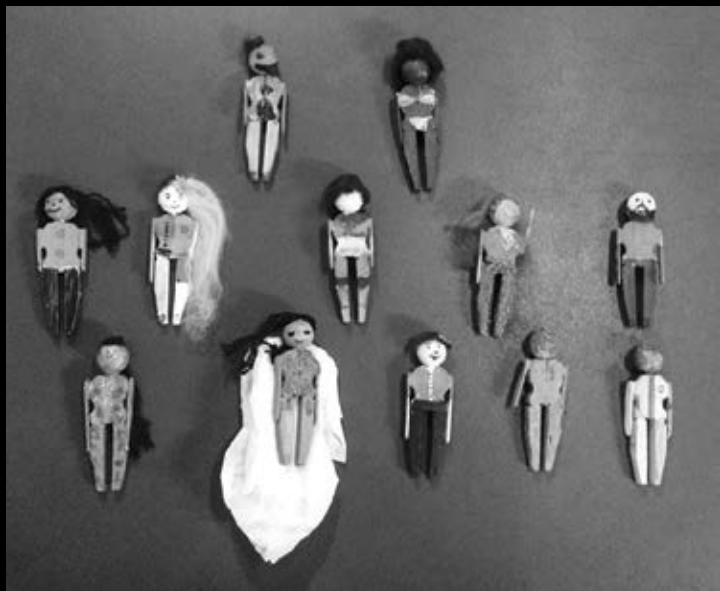
Conheci minimamente a luta dos Queixadas em uma conversa pública. E depois mais, aqui na pesquisa para a realização desse livro.

Ao trabalhar com alguns ex-presos políticos no Memorial da Resistência pude ver que há ainda muito a ser dito. E a importância de pensar estratégias para essa fala ser ouvida...

Sim, acredito em políticas de reparação frente à violência de Estado, mesmo que venha num momento em que o governo vigente seja violento. Deve ser um direito do cidadão ser atendido, para tornar-se mais forte e poder lutar por seus direitos.

Foi um processo muito rico. Da minha parte sigo meu rio. Testemunho.





Alguns dos bonecos produzidos durante a oficina Bonecos da Memória

FOTOS: Laura Lanari



A ESPUMA DOS ANJOS

por Victor Barão Freire Vieira

Era 7 a.m. quando Antônio caminhava pela Estrada do Pinheirinho, saindo de casa em direção ao cemitério Dom Bosco, onde era o administrador. Depois de ter cumprido os três meses do curso da Superintendência Funerária de São Paulo e alguns meses em quase todos os grandes cemitérios da capital paulista – Araçá, Consolação, Santo Amaro e outros – foi alocado no distante bairro de Perus para ficar em seu cemitério por mais quinze anos.

Sozinho pela estrada de terra, em meio à espessa neblina vinda dos morros e vales do Jaraguá, extremo noroeste de São Paulo, ele pensou se voltaria para a sua fazenda, numa cidadezinha no interior de Minas Gerais, se continuasse dando espaços a seus incômodos.

O avô de Antônio era oficial do exército e teria levado sua família para um local afastado do estado mineiro e lá firmado um terreno em meio ao cerrado para fazer aquela fazenda. Por vezes

alguns pretos passavam por ali e pediam abrigo. O que se sabe é que os ajudava por aquele dia e logo os enviava por um caminho na mata no dia seguinte, onde sabia existir uma caverna e um terreno cultivável nos limites da sua propriedade.

Ali os recém chegados teriam alguma segurança pelos meses seguintes. Não eram muitos, mas passou a dar um porco e algumas galinhas para os que iam chegando. A todos lembrava de não acenderem fogueira sem estarem cercados pela mata e que sempre abanassem toda fumaça, para despistá-la por cima da copa das árvores. O avô assim conseguia evitar que os pretos fossem achados pelos capitães do mato, com seus binóculos por sobre as árvores e morros.

Além dos alimentos e dos destinos, ele os orientava a encontrar e cortar quatro forquilhas de boas árvores baixas. Com um tecido de chita e alguma palha que ele mesmo providenciaria, eles faziam seus travesseiros e camas fixadas ao chão.

Certo dia uma expedição militar chegou ali. Eram vários homens do exército em cavalos que não disseram a que vinham. O avô de Antônio pediu aos filhos que ajudassem com as monta-

rias, que matassem também um porco e algumas galinhas para servir de refeição à tropa. À mesa posta todos se sentaram, rezaram e ceiam o preparado do avô. Por fim, ele diz: “Todos comeram? Pois então é hora de seguir viagem” e os colocou na estrada tão logo se levantaram da mesa.

Foi naquela região que Antônio pôde ouvir essas e outras histórias da vida na roça, a plantar e colher e pescar no rio. Também lá se tornou exímio cultivador de árvores e madeiras de lei; a germinar, nomear, e enraizá-las inúmeras vezes. Canjarana, Óleo vermelho, Massaranduba e a Sassafras, uma árvore muito cheirosa.

Nas manhãs de julho o sol demora a nascer; enquanto caminhava, Antônio ia pensando em como conseguiria, seguindo os passos de seu avô, manter seu segredo e não chamar a atenção dos militares contra si. A criação do cemitério envolvia já suficiente obscuridade. No Consolação, soube do traslado de um corpo, ainda em putrefação, para que um rico pudesse construir mais uma casa, aquela última, pra sua família. Claro, não sem antes comprar o apoio dos administradores do cemitério e da superintendência funerária.

Mas parece que em Perus a história era mais difícil de se comentar pelos becos. Por isso, durante o primeiro ano ele pouco soube do que passara ali até sua chegada. Foi o corpo de uma moça indigente que tornou atávico aquele incômodo. Sepultar aquele corpo envolto em mentira era convidar a tropa a ficar.

Ao lado do estacionamento, com a neblina e o ar parado do cemitério Dom Bosco, Antônio vê que novamente os coveiros se esqueceram das táboas de madeira por sobre as pequenas covas. Pro lado de dentro do portão da entrada, cola-

do à grade no canto do terreno, restava o corpo diminuto de um ‘anjinho’. Exumado pelos cães da vizinhança atrás de carniça, este era agora a parte incompleta daquela gestação interrompida, dias antes sepultada. Ele passa pelo portão tentando ver o corpo mais de perto e se recorda do sonho que tivera aquela noite.

Um coveiro repousa sua enxada sobre a janela da administração, sendo pego de surpresa por Antônio do lado de dentro, com cara de bravo logo cedo, mas com a voz sempre muito amorosa.

– Oi, Júlio, bom dia. O que tá acontecendo? Eu não falei pra vocês das táboas?

– O...oi Toninho. É que o Ronaldo não veio no dia e eu tinha combinado com ele dele cortar dessa vez. – Antônio junta os lábios, descontente com a resposta, mas espera que o empregado se justifique – Lembra, foi aquele dia que ele ficou doente?

– Mas não pode, Júlio, não era pra deixar. E outra, não é da minha conta, mas o Ronaldo anda bebendo demais, não é? Vem trabalhar desse jeito e ai fica doente...? Vocês estão aqui há mais tempo, mas você pode se resolver com ele, porque... tá deixando muito, Júlio. Poxa, se chega um velório aí logo cedo e vê aquilo, como é que eu fico, se alguém for procurar o Nelson?

Antônio se preocupava mesmo com o superintendente do serviço funerário, Nelson, pois não queria perder sua confiança, já que precisava muito dela para o que se passava no cemitério.

– Então, eu até achei que não ia mais ter isso também. Fazia tempo que os cães não entravam, aí fica essa situação.

Toninho olha pela janela para o portão e vê os carros passando. Ordena que o coveiro refaça a

sepultura, dando-lhe a chave para abrir a sala de ferramentas.

– Deixa encostada, depois você tranca. Corre lá, faz esse favor.

Júlio era um coveiro jovem, com traços de uma mestiçagem indígena rara no bairro. Não era bonito, mas era bastante forte e lembrava Toninho de um amigo de Minas Gerais. Talvez isso o tenha feito confiar nele cedo demais e mais do que sua cautela recomendava. Tendo chegado poucos meses antes para o trabalho de coveiro no cemitério, o rapaz cometera seu primeiro deslize com ele.

Antes do almoço, chega o Ronaldo, cheirando à cachaça.

– Ô, Ronaldo, veio tarde hoje? O Júlio falou com você?

– Sobre eu bebê? Falou... – Ronaldo percebera seu ato falho e continuaria a se justificar, não fosse um Ford Galaxie de um azul marinho escuro saindo do cemitério, e que, ao vê-lo, fez Toninho interromper o funcionário.

– Quem eram aqueles, Ronaldo? – Apontando para a saída.

– Quem? Ah, é. Não. Não entendi muito bem... acho que estavam perdidos... Perguntaram se aqui era o cemitério de Perus... não sei...

Para Antônio, os Galaxies precisavam de um posto de gasolina por viagem. Como se dizia, “bebiam muito”, algo que a crise do petróleo fez restar em propriedade de pessoas com bom dinheiro. Gente assim ou não se perdia ou não dirigia tanto para fazer perguntas tolas a conveiros.

Toninho sai e encontra Júlio almoçando.

– Júlio, você pode correr em casa e pegar no ar-

mário da cozinha um papel onde fiz umas anotações? Sonhei e anotei, rapaz, mas esqueci os números lá. Pega pra mim? Se o Mané passar aí hoje à tarde eu já faço o jogo. Aproveita e traz também dois livros de registros que eu levei e guardei junto.

Com a desculpa dos jogos, Toninho queria que o empregado visse os livros abertos com folhas soltas, mal arquivadas e registradas dos anos anteriores, parte delas com um “T” maiúsculo nas certidões e que chamariam atenção do empregado para seus nomes. Mas não foi necessário, Júlio se adiantou. O coveiro talvez fosse mesmo seu amigo mineiro:

– Chegou um pessoal aí, você viu? Perguntando, procurando alguém.

– Quem estavam procurando?

– Algum familiar, não sei. Achei estranho, vieram falar direto com os coveiros e não com você.

– Eles disseram o nome do familiar?

– Até disseram, mas falei que fossem te procurar. Mas foram embora depois de falar com os outros.

– Bom, pega pra mim aqueles papéis que eu não posso sair agora.

A noite, Ronaldo fecha o armário de ferramentas e o tranca, se despede de Antônio e vai para casa depois de um dia cheio. Foram dezessete indigentes sepultados naquele dia, maior parte deles chegados de tarde, mortos pelos esquadrões da morte da cidade, todos perfurados no tórax e cabeças. Na mesa do escritório da administração, os atestados indicavam o mesmo: “Razão de óbito: desconhecido”. O padrão convencera Toninho de que era assim que a administração da

prefeitura conseguia reduzir o número de homicídios na cidade: obrigando o IML a elaborar laudos que não chamassem atenção da mídia. Eram médicos escolhidos para atestar o que o regime quisesse que atestassem. As ameaças e os subornos já faziam grande parte do serviço de manter a ordem para a população.

A suspeita quanto aos limites desses acordos entre comerciantes, governo, polícias e esquadrões da morte, para se livrarem de meninos e moradores de rua dos bairros do centro ganharia um novo capítulo se Toninho conseguisse descobrir o que teria acontecido com os registros de sepultamentos nos anos de 1974 e 1975. Nestes livros havia uma grande incoerência. Todas as sepulturas da primeira gleba, e as quadras 1 e 2 da segunda, tinham sido exumadas. Mas, ao contrário do que se esperava, não havia registro do paradeiro das ossadas. Mais ainda, por seus cálculos, eram mais de mil sepulturas abertas sem razão aparente.

Ao se enterrar alguém, é determinado que o túmulo permaneça inviolável pelo menos por três anos, para que então se possa exumá-lo. Aqueles corpos tinham sido sepultados há exatos três anos, havendo ainda o restante da gleba dois, a três e a quatro, intáctas. Tendo quadras e glebas virgens ainda no Dom Bosco, um cemitério inaugurado em 1971, não havia qualquer necessidade de espaço para novos sepultamentos naquelas quadras já utilizadas.

Sua experiência nos cemitérios centrais da cidade havia alertado Toninho para ações escusas em todos eles, mas sempre com a participação dos funcionários. Como mil ossadas não se exumam sozinhas, da noite pro dia, alguns coveiros tinham que saber o que se passara.

Foi assim que convidou Paulo, o operador da retroescavadeira, para uma pescaria dias antes. Tantos ossos só poderiam ser enterrados com a ajuda dele, um homem isolado e de poucas palavras, até se perceber seguro em falar mal de tudo, especialmente dos “bandidos” que dizia ajudar a enterrar.

Tendo levado muita pinga, irrecusável oferta para qualquer trabalhador do ramo, Toninho disfarçava extrema resistência hepática, enquanto Paulo perdia a mão. Sempre falador, Toninho agora puxava papo sobre o passado do terreno e acabou por desenterrar muita coisa do ébrio operador.

Os sacos foram mesmo exumados, todos juntos, pela equipe de coveiros e postos lado a lado das covas de cada rua. Depois, amontoados nas três salas construídas para velórios, mas nunca utilizadas, por falta de pessoal especializado.

– Meu Deus, mas é muito saco, hein, Paulo! - Riu Antônio, buscando uma sagaz cumplicidade.

– Até o teto, Toninho! Ia até o teto de saco. E o cheiro? Meu Deus! Ficaram semanas aquilo ali.

Toninho conquistara o colega, faltava a oportunidade de confirmar suas confissões. O pequeno ‘anjinho’ insepulto daquela manhã serviria como disfarce. Não quis admitir, mas pensou ter sido Deus a revirar o túmulo daquele fetinho, na noite anterior, para que hoje tivesse um alibi para vasculhar o cemitério de madrugada.

Não podendo confiar nos seus coveiros pela manhã, ele espera todos irem embora e, no escuro da sua sala, abrir o armário de ferramentas e lá encontrar a sonda. Medindo mais de três metros de comprimento, este varão de ferro era usado

para encontrar as covas e conhecer suas dimensões sem a necessidade de abri-las. No escuro cemitério, Toninho desce a rua principal até próximo à primeira gleba e sai batendo o chão com a sonda no gramado.

A cada batida da sonda no solo, ela parava aos cinquenta centímetros de profundidade. Ao lado e ao redor, os túmulos se deitavam uns atrás dos outros, até o ponto em que pendiam pelo terreno inclinado. Se portavam como grossos sarcófagos protuberantes de terra vermelha e grama, cada qual exibindo o status de seu conteúdo. O inverno mantinha o mato baixo, mas era possível diferenciar a área dos sem nomes, indigentes, daquela dos identificados, nomeados. Flores, placas, vasos e velas se deterioravam por sobre os túmulos dos pagantes, nas ruas de uma e outra quadra. Em outras, placas de madeira branca escritas em preto indicavam três ou quatro números a registrar um número dos livros de registro. Por sobre Antônio e todos os demais passavam as nuvens do céu encoberto.

Regulando sua distância à rua na área de declive que fazia frente à primeira quadra, percorrendo toda sua extensão daquele lado, ele observa a neblina se formando nos vales de eucalipto da fábrica de papel, na divisa com Caieiras. Ele chega ao alambrado e recobra o percurso, agora subindo e fazendo uma alça sobre o terreno.

A sonda era um ferro de construção liso com 3 centímetros de diâmetro. Como um anzol invertido, sua lança era reta e tinha uma alça na outra ponta. Ao arpear, fazia um som afiado e seco no solo, perfurando-o em dois meros movimentos. Toninho regula seus passos pela distância das covas e, com as mãos entrelaçadas ao redor do ferro, desfere seus golpes no terreno virgem.

Retirava a vara novamente, dava um passo, perfurava num golpe, forçando-o ainda com o peso do próprio corpo, até parar nos 40 ou 50 centímetros de terra virgem.

Próximo a um antigo pinheiro, o casal de quero-queiros olha atento para ele, dando sinais para que não se aproxime. Toninho os acompanhava naquele mesmo dia, pela manhã, caminhando pelo terreno com um filhote ainda pequenino.

Após a terceira volta, com o suor carregado pelo peso da vara, ele chega ao Cruzeiro. A imagem e os resquícios de carbono das dezenas de velas queimadas em dia de finados o fazem lembrar da pescaria com Paulo: sem terem pescado nada e frustrado, o operador finalmente contara ter aberto uma vala à beira do barranco com sua escavadeira, a mando de “homens de bem”, como afirmou, usando óculos Ray-Ban. Afinal, “eram terroristas e vagabundos os que estavam ali, não eram gente de se importar”.

Não foi no estacionamento, – imaginava Antônio – nem próximo à fábrica da Melhoramentos, na quadra três. O buraco aberto para esconder aquelas centenas de corpos estava atrás do Cruzeiro. Tendo escolhido as noites mais longas e escuras, ele ouve um som no mato, para além do terreno, dá mais um passo e apoia a sonda, em pé, olhando para frente. Ele vem traçando agora à beira do barranco. Algo se mexia. A imagem dos restos do ‘anjinho’ no portão o fazem alucinar uma silhueta no alambrado. Ele finca a vara no passo seguinte, fazendo peso, e ela entra inteira até a alça.

Toninho se via num terreno semelhante ao de seu avô, mas na área que fora destinada aos pretos chegados. Havia um pinheiro que não era

daquela região, mas que ele, Antônio, deveria semear e replantar ali em covas de árvores arrancadas do chão, com raízes e tudo. Ele tem a impressão de tê-las arrancado. Ronaldo estava ali também, o que não o deixou muito confortável. Se lembra de ter dito algo para o empregado, mas, sem saber o que ou ficar para ouvir a resposta, foi com ele até uma praia. Ao chegarem próximos à margem das águas ele olha a quebração, estranhando não haver espuma nas ondas. Percebe que está sozinho agora. Ele molha os pés na areia e sente o chão e a água se mover sobre seus pés, enterrando-o aos poucos até os joelhos.

Ao despertar, Toninho não consegue pensar direito, confuso por não conseguir visualizar na sua cabeça a imagem das ondas quebradas. A sensação de olhá-las, no sonho, parecia clara, mas agora, porém, queriam enlouquecê-lo só de tentar imaginar.

Ele se arruma para seguir para o cemitério. Neste dia ele seria visitado novamente pelo Ford Galaxie. Se passaram cinco anos desde aquela primeira visita, mas dessa vez ele mesmo o abordaria antes dos coveiros.

Ao chegar, Antônio reconhece o carro e se adianta a seu encontro. O motorista estava procurando seu parente que talvez tivesse sido enterrado como indigente. Era dia 09 de outubro de 1981. Antônio o convida à administração e apresenta os registros dos livros e alguns dos problemas que encontrara ali. Ao ouvir o nome de Flávio Carvalho Molina, não o encontra entre aqueles exumados e não reinumados ou trasladados para outros locais.

Após ter feito a pesquisa nos livros do cemitério entre os anos de 1973 e 1975, Antônio se deparava com certificados de óbito com um 'T' maiúsculo. A

insígnia de terrorista, escrita por extenso no campo profissional destes mortos, resolvera a equação de Antônio antes que pudesse descobrir a vala.

– O seu irmão tinha outro nome, Marcelo? Um que ele usava para despistar quem pudesse estar atrás dele?

– Sim. Descobrimos que em 1970 ele usava o nome do meu pai, Álvaro Lopes, com um sobrenome provocador, para atuar na Aliança Libertadora Nacional, a ALN: Álvaro Lopes Peralta.

Com a rapidez de quem conhece bem seus livros, Antônio o encontra – Aqui, ó! Álvaro Lopes Peralta, enterrado no dia 09 de novembro de 1971 na cova n. 14, rua 11, quadra 2, gleba 1 e registro n. 3.054!

Marcelo salta para ver o livro, bastante ansioso – Podemos ir até lá?

A explicação de Antônio não seria suficiente para conter por mais tempo o enredo preparado pelos militares. Algo encoberto assim lhe incomodava a todo momento, mas não havia como partilhar, não havia espaço, não havia com quem. Ele tenta sustentar o olhar para o irmão do desaparecido, mas não o suporta. A ausência do corpo para que aquele irmão e sua mãe pudessem velá-lo o fazia sentir-se culpado, mas não entendia o porquê. O vínculo que tivera com as histórias mal faladas pelos coveiros quando chegou, as irregularidades fiscais do cemitério desde o momento em que foi criado até sua chegada, compunham um cenário de crimes que esperavam dele apenas anuência e silêncio. Por outro lado, isto o mantinha num presídio de furros rasos, mas soterrados até sua boca. O silêncio havia sido muito longo e esfacelava-se a cada detalhe que Marcelo fornecia do Flávio.

– Vem comigo – disse ele, levantando-se em direção à saída. A manhã estava serena, tendo a costureira neblina os deixado horas antes com um frio e leve orvalho sobre os gramados. Toninho avista Júlio e pede que ele deixe a enxada, busque a vanga e os acompanhe. O funcionário obedece e os segue até a base do barranco, próximo ao Cruzeiro. – Pode abrir aqui pra mim, por favor, Júlio?

O rapaz toma a vanga com uma das mãos, mantendo a outra na cintura. Com seus traços indígenas em alerta, desconfia da ordem dada e olha com o cenho franzido para o chefe:

– Aqui mesmo, Toninho?

– Sim, abre uma largura assim, de uma mão boba pra gente. Quero ver uma coisa.

O irmão de Flávio demonstra confiança, mas está tremendo por debaixo do jeans. Antônio confirma a ordem ao coveiro, dando-lhe alguma confiança. Este o olha mais uma vez e inclina levemente a cabeça antes de desferir o primeiro golpe sobre o terreno. Fazendo um quadrado perfeito no gramado e separando cada bloco cortado de grama, ele retira quase sessenta centímetros de terra até opor-se à pá um saco plástico azul, escrito em branco “Serviço Funerário Municipal”.

O coveiro e o familiar se olham espantados, tentando juntos verem mais de perto o que era aquilo. Toninho olha os dois jovens curiosos a afastar a terra sobre aquele saco. Ele pede que Júlio os deixe sozinhos para conseguir explicar com calma que, o cemitério havia sido criado para enterrar pessoas como o irmão dele.

Não satisfeitos em enterrar os corpos de militantes políticos assassinados nos porões do

regime com nomes falsos em meio aos indigentes e crianças mortas pelo surto de meningite, sepultadas entre 1970 e 1974, os militares haviam esperado os três anos para exumar toda a gleba 1 e parte da 2 e lançar aqueles ossos numa vala clandestina, feita com a retroescavadeira de Paulo em meados de 1974. Com laudos falsos produzidos por legistas colaboradores do Instituto Médico Legal, encontraram nessa solução a saída para fazê-los desaparecer, após a negativa do projeto de um crematório, recusado pela empresa licitante por sua total irregularidade. Como os algozes anteviram a anistia política, o fim da ditadura e também o início das investigações sobre mortos e desaparecidos políticos, acharam que seus crimes ficariam enterrados ali para sempre.

Mesmo já conhecendo parte das histórias, aos prantos, o irmão ouve que Flávio estava entre aquelas centenas de sacos, numa vala clandestina. Ele agradece Antônio pelo que acabara de fazer e coloca uma placa no local, em homenagem ao irmão morto.

Antônio, porém, não o permite e retira a placa do chão, assustado. As ameaças a ele estavam se tornando frequentes e não havia possibilidade de expor algo daquela magnitude, ainda. Era necessário continuar as buscas, de outros familiares. O irmão o agradece e diz que precisa ir contar à sua mãe que seu filho havia sido encontrado.



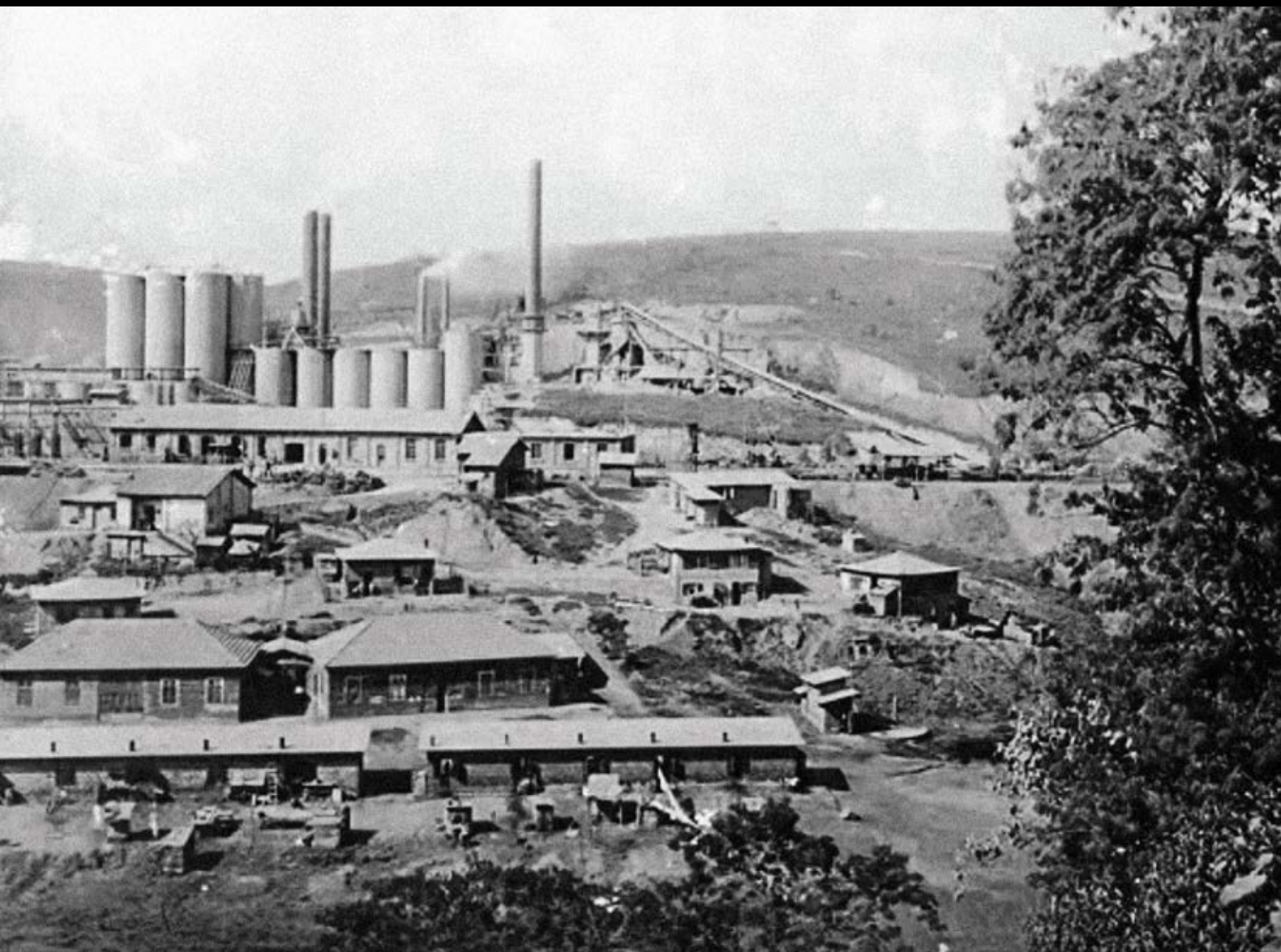




Fotos: arquivo/Perus



VALA DE PERUS – Entre os anos de 1971 e 1974, pretendendo se desfazer das evidências de violações de direitos humanos cometidos contra a população pobre, negra e militantes políticos contrários ao regime civil militar no Brasil, ações de Estado lograram exumar mais de mil sepulturas do Cemitério Dom Bosco, em Perus, para então despejá-los, sem quaisquer registros, numa vala comum clandestina.



Arquivo/Perus

FÁBRICA DE CIMENTO PORTLAND - Primeira fábrica de cimento do Brasil, fundada em 1926 no bairro de Perus, foi palco da mais longa greve de que se tem notícias no país, a greve dos Queixadas, entre os anos de 1962 a 1969.

PERIFERIA DA PERIFERIA: TESTEMUNHOS EM PERUS

por Pedro Obliziner

Poucas horas antes de uma de nossas Conversas Públicas no bairro de Perus, estava com uma pessoa me acompanhando organizando a sala. Um funcionário do local aparece para conversar e conto como resolvemos chegar cedo para não correr nenhum risco de atraso, esse funcionário então pergunta “de onde vocês estão vindo?”, ao que a pessoa que me acompanhava responde “de São Paulo”. Na hora, sinto um constrangimento, como se uma grande gafe acabara de ser dita, o que é reforçado pela resposta do rapaz que brinca que não viemos de tão longe assim, “aqui é periferia da periferia, mas ainda é São Paulo!”.

Esta definição, periferia da periferia, mostra-se significativa levando em conta tudo que en-

trei em contato a respeito do bairro durante as atividades do Clínicas do Testemunho nas Margens, e tentarei traçar um breve panorama sobre isto. A intenção deste texto não é de fornecer uma versão definitiva da história do bairro de Perus, muito pelo contrário, nem a de fazer grandes revelações para os moradores desta região, já que provavelmente tudo o que tenho a dizer já é conhecido, mesmo que não exposto desta maneira, pois foi coletado exatamente ouvindo os moradores neste ano de 2017 .

Firmei a minha participação no coletivo Margens Clínicas no começo deste ano, 2017, e fui contratado como psicólogo do projeto Clínicas do Testemunho pouco tempo depois, entre minhas funções estava a de auxiliar meu colega Victor Barão nas atividades que planejávamos desempenhar em Perus. Uma das propostas do nosso coletivo ao nos candidatar-mos para de-

envolver este projeto público era questionar como a ditadura havia afetado a periferia para não ficar exclusivamente no eixo usualmente abordado de militantes políticos, operários, artistas e universitários que sofreram atos de exceção porque estavam exercendo uma resistência direta ao regime. O desafio era investigar como a existência de uma ditadura miliar no país afetou os trabalhadores que lutavam para ter uma renda mínima, moradia e melhorar a qualidade de vida, o que nem sempre é associado com mobilizações políticas e reivindicações democráticas.

O que sabíamos de Perus era que no cemitério do bairro foi encontrada uma vala clandestina, na qual mais de mil corpos foram depositados sem ser devidamente registrados e sepultados, incluindo ali presos políticos executados e marcados pela sentença de “terroristas”. Tal fato, por tudo que representa, certamente despertou o interesse em descobrir mais sobre a história do bairro durante a ditadura, o que nos levou a buscar formas de atuar ali, ao mesmo tempo em que nossa condição de forasteiros, “do lado de lá da ponte”, pedia uma aproximação cuidadosa.

Alguns parceiros que íamos fazendo, como Thalita Duarte, nos alertaram que propor eventos para falar sobre a ditadura não seria tão atrativo, o conteúdo político poderia afastar as pessoas, o que sinalizava algo que mais tarde constatamos, que qualquer associação das dificuldades enfrentadas pelo bairro naquele período com a violência de Estado e, mais especificamente, com a ditadura não seria clara para a maioria daquelas pessoas.

Por isso, decidimos fazer primeiro uma Conversa Pública e um grupo de testemunho sobre

histórias do bairro, sem ser necessário qualquer associação com a ditadura, mas que servia como um exercício de pensar a história daquele território e também a capacidade de narrar e escutar os outros. Histórias sobre a vala estavam longe de serem as únicas que encontramos ocorrendo no período da ditadura, a realidade estava mais para o oposto, sendo que a vala pouco aparecia na fala dos moradores. Contudo, ouvimos sobre as origens do bairro, a fábrica de cimento e a ferrovia, sobre como era a região duas ou três décadas atrás.

Quando explicávamos o intuito do nosso projeto e o assunto da vala surgia, ela aparecia como um elemento estranho, um pequeno mistério que ocorreu no bairro, mas que pouco sabem a respeito. Os moradores que recebemos no grupo mostravam muito mais uma curiosidade do que conhecimentos sobre o que ocorrera no cemitério Dom Bosco. Por um lado, tal postura fazia sentido, já que a vala estava localizada no bairro de Perus, mas não foram corpos de moradores do bairro que foram escondidos nela. Por outro lado, como psicanalistas, não estávamos alheios dos efeitos que algo não dito pode ter e, pensando nisto, organizamos uma segunda Conversa Pública com o tema da vala clandestina reunindo pessoas envolvidas em sua descoberta, profissionais do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF – UNIFESP), que hoje desempenham o trabalho de identificação das ossadas, e demais moradores da região.

Prova concreta e objetiva dos atos de exceção cometidos durante o regime militar, a localização da vala clandestina não pode ser vista fora do contexto histórico do bairro e nem como mero acaso. Em testemunho público, um ex-fun-

cionário do cemitério Dom Bosco deixa claro que a escolha daquela região para hospedar um cemitério de indigentes tinha sido planejada. Perus, como nos conta a breve cena do início do texto, é a periferia da periferia da cidade de São Paulo, o que o constituía como local perfeito para abrigar tudo aquilo que o município gostaria de esconder; o cemitério de Perus foi o destino de muitos presos políticos da época da ditadura, mas também os corpos de moradores em situação de rua, crianças com meningite vítimas de um surto de saúde pública cujos números o Estado desejava maquiar e homens mortos pela polícia na chacina do Carandiru dos anos 90.

Se o ato de eliminar os resquícios, apagar a pessoa da história já não fosse lembrete o suficiente da solução final planejada pelos nazistas, há também a história nos contada mais de uma vez sobre a tentativa, em 1969, de construção de um forno crematório no cemitério. Os planos foram frustrados quando a empresa estrangeira responsável pela construção notou que no projeto do forno não havia qualquer área para velar os corpos e, suspeitando das reais intenções do nosso município, rejeitou a oferta.

Esta característica de periferia da periferia, último território antes de uma fronteira, parece colocar Perus aos olhos dos que governam a cidade tal qual o tapete que levantamos para esconder a sujeira indesejada. Sejam os corpos no cemitério, o lixo que a cidade encaminhava para o lixão instalado no bairro no começo dos anos 2000, até a fábrica de cimento “que construiu o Brasil” mas que, para tal, despejava nuvens de pó de cimento sobre todos os moradores. A ameaça mais recente é a ideia de transportar o CEAGESP da Marginal Pinheiros para o bairro.



Arquivo/Perus

É da fábrica que mais ouvimos falar quando perguntamos sobre histórias de Perus, e não poderia ser diferente, já que ela está relacionada com a criação do bairro. Relatos dão conta de que dos três mil primeiros moradores de Perus, mil eram empregados da fábrica de cimento. O bairro também ganha outro status quando a ferrovia chega até ele, história que marca muito bem a relação íntima e nefasta que o Estado e a administração da fábrica tiveram desde o início. A construção da ferrovia, que encontrava resistência pela administração pública, foi finalmente aprovada após o pretexto de ligar devotos da região ao seu local de peregrinação, Pirapora de Bom Jesus; contudo, nunca chegou ao seu destino oficial, as obras foram interrompidas após a finalização do trecho que servia à fábrica.

Os moradores do bairro por muito tempo viveram sem energia elétrica, exclusividade da fábrica e de algumas casas. Mesmo mais tarde, quando a energia já havia se espalhado pelas casas dos operários, há relatos de que o dono da fábrica, Abdalla, mandava cortar a energia de funcionários que se indispunham com ele. Os moradores também não tinham dinheiro suficiente para construir suas residências com o cimento que ajudavam a fabricar e que construiu o Vale do Anhangabaú, a cidade de Brasília, entre outras obras colossais.

Algumas formas de resistência surgem, um participante do grupo conta que seu pai armazenava um punhado de cimento no bolso do casaco ao final do expediente, e deste modo juntou cimento suficiente para construir uma casa com estilo próprio, que depois viriam dizer ser semelhante ao de Gaudí. A maioria dos habitantes, porém, recebia cimento de uma forma nada

agradável: todos os dias uma nuvem de cimento cobria o bairro, fruto da ausência de qualquer filtro nas chaminés da fábrica.

Segundo alguns testemunhos que colhemos nas conversas públicas e grupos de memória realizados, todos os dias as pessoas tinham que varrer de seus quintais um acúmulo de pó de cimento com centímetros de altura. Um dos participantes diz que as carteiras escolares eram cobertas com plástico de um dia para o outro para ficar mais fácil de retirar o pó na manhã seguinte quando ia para a aula. Um outro participante nos conta que conseguiu um emprego em uma farmácia fora do bairro, mas no trabalho recebeu o apelido de “Cinza” pois o simples fato de caminhar da sua casa até a estação de trem para ir ao trabalho era suficiente para lhe cobrir com uma camada de cimento; chegava ao trabalho com as roupas e rosto cinzas e, constrangido, se lavava no banheiro. Não é incomum que as casas mais antigas de Perus tenham as telhas do telhado calcificadas umas nas outras devido ao pó de cimento depositado e a ação da chuva.

As condições de trabalho dos funcionários e de vida dos moradores como um todo, assim como a reivindicação de um preço mais justo para o cimento, impulsionam a greve que vai durar de 1962 até 1969. As dificuldades são confrontadas com a união dos trabalhadores e métodos de resistência com inspirações alternativas, como as ideias pacifistas de Gandhi que são incorporadas pelo lema de “firmeza permanente” – que concentrava tanto a ideia de não agressão quanto de persistência na luta. Talvez esta peculiaridade do movimento, incluindo o compromisso de não danificar nenhum tipo de patrimônio, explique como, mesmo durante a ditadura, os piquetes

e manifestações não tenham sido respondidos com brutalidade.

Ainda assim, havia um temor, uma mulher nos conta que quando os homens saíam do bairro à procura de bicos como forma de sustento, as mulheres ficavam responsáveis por bloquear a passagem dos caminhões saindo da fábrica e, como proteção, era comum que levassem as crianças consigo para desencorajar qualquer investida violenta da polícia.

Três meses após o início da greve, uma boa parcela dos manifestantes volta a trabalhar, resultando em uma divisão entre os trabalhadores: os grevistas, chamados de “queixadas”, e os pelegos, aqueles que continuam a trabalhar e são vistos como rompendo a coesão do movimento de reivindicação de direitos. Provavelmente muitos fatores estão envolvidos nesta divisão, mas dois que a impulsionam é o uso do aparelho repressor do Estado, que usa caminhões com jato d’água e tropas para reprimir os grevistas e, principalmente, a ameaça da fome, agravada pelo longo período da greve. Uma das participantes conta que seu pai havia perdido o emprego numa fábrica do Matarazzo e se muda para ser vigia da fábrica de cimento em meio a greve; diz que foi o pior período de suas vidas, que as hostilidades trocadas no bairro eram generalizadas.

Outra divisão entre os trabalhadores aconteceu quando, finalmente, a greve foi vitoriosa judicialmente e vieram as indenizações. Porém, o pagamento não chegou para todos; houve uma discriminação entre os trabalhadores antigos, com mais de 10 anos de serviço, e os mais recentes. Pelo acordo entre os queixadas, a quantia seria dividida igualmente independentemente



Arquivo/Perus



Arquivo/Perus

GREVES DOS QUEIXADAS – Em 1962, dois anos antes do golpe civil militar, deu-se início à mais longa greve de que se tem notícias no país, levando os operários a paralisarem a Fábrica de Cimento de Perus até 1969. Neste período de sete anos, a resistência à violência policial e do bilionário J. J. Abdalla, dono da fábrica, ganhou o nome de “firmeza permanente”, ação proposta pelo advogado dos trabalhadores Mário Carvalho de Jesus e inspirada em Mahatma Gandhi, sustentando a união dos Queixadas.

QUEIXADAS – Porcos selvagens que, quando ameaçados, permanecem unidos em defesa de seu território e grupo. O nome foi dado aos trabalhadores e famílias que sustentaram os sete anos de greve na Fábrica de Cimento de Perus, até o julgamento condenatório e que obrigou o patrão J. J. Abdalla a pagar os direitos e dias paralisados a uma parte dos Queixadas.



Arquivo/Perus

disto, o que não foi cumprido por todos, uma parcela dos trabalhadores antigos se recusou a dividir o dinheiro. Este fato causou uma nova cisão, agora não mais entre queixadas e pelegos, mas entre queixadas que se mantiveram leais até o fim aos acordos coletivos e aqueles que não o fizeram.

Estas divisões tendem a ficar ocultas, mas parecem estruturar muitas relações até os dias atuais. É comum que se saiba quem é filho ou neto de queixada ou pelego. Notam-se mágoas muito vivas quando as histórias são contadas. Logo se tornou um interesse nosso tentar tocar neste vespeiro. A situação se apresenta de tal forma que a revolta que deveria originariamente ser destinada às diversas violações de direitos por parte da iniciativa privada (fábrica) e o Estado, é deslocada para um conflito entre partes que sofrem das mesmas injustiças, em um embate que se arrasta por gerações.

Porém, se há algo que pouco conseguimos alcançar nesse tempo de trabalho foram os assim denominados “pelegos” e seus familiares. Qualquer tentativa de colocar o conflito em análise foi relativamente frustrada pela pulverização e ausência de um dos lados. Em uma de nossas Conversas Públicas sobre a greve, um dos participantes diz “estou aqui hoje porque sou filho de queixada, porque, se eu fosse filho de pelego, eu não viria não”. Em algumas falas, é possível ver que o sentimento de orgulho pelo feito dos queixadas é proporcional à hostilidade em relação aos pelegos.

Apesar da greve ter acontecido durante os anos 60, década do golpe de Estado, poucas pessoas relacionavam a greve e os sofrimentos

decorrentes dela com a ditadura. A greve ir se organizando em torno de uma luta por condições de trabalho e qualidade de vida, questões mais concretas e do dia a dia, e não por uma luta em escala nacional e a queda de um regime, torna estranha para alguns moradores a associação que propomos entre a greve e a violência da ditadura. Portanto, esta se configurou como uma de nossas questões de pesquisa, a qual convidávamos os participantes das Conversas Públicas a refletirem a respeito.

Ao final, algumas relações ficam mais claras. A própria proposta dos trabalhadores de não se limitarem às questões sindicais ao questionarem suas posturas éticas, ou seja, suas relações com os outros e com o mundo, provavelmente já aponta para uma forma de oposição a um regime de exceção. A associação da violência de Estado com a greve também fica obscura quando não se entende as alianças que o Estado brasileiro tem com o capital privado – eles serem empregados de uma instituição privada não exclui a primeira dimensão. Ela está presente desde a ferrovia (pública) pensada para servir à fábrica (privada), passando pela polícia (pública) reprimindo os manifestantes (trabalhadores de uma empresa privada), até quando os grevistas saem vitoriosos judicialmente, mas quem paga as indenizações são os cofres públicos.

A ausência do Estado dando lugar para um “governo” do capital privado na época também é expressa pelo fato do único médico da região ser um funcionário da fábrica e não um funcionário público que garantisse o direito à saúde daquela população. Ainda que este médico seja muitas vezes lembrado com grande estima, pois atendia de graça parte da população, a ausência dos

direitos básicos, que infelizmente não deixou de ser uma realidade em nosso país, era sentida. Por exemplo, uma mulher nos conta que seu pai teve tratamento médico negado a mando do patrão, mesmo tendo sofrido um acidente de trabalho antes da greve, porque havia aderido como um queixada. Pouco tempo depois, ele faleceu.

Todos estes atos de violação, esta forma de ver o bairro de Perus como local de depósito do indesejável por aqueles que detém o poder, é confrontada com muita luta pela população local. Desde a greve da fábrica, passando pela expulsão do lixão por meio de manifestações populares, até a rica cena cultural desenvolvida no bairro nos dias atuais.

Ao longo das atividades que intercalavam os temas da vala clandestina e da greve da fábrica de cimento, algumas propostas foram se delineando em associação com lutas atuais. A primeira delas é relativa ao modo como até hoje são tratados os “indigentes”, a relação entre as vítimas da ditadura desaparecidas e enterradas na vala clandestina do Cemitério Dom Bosco com os que até hoje são enterrados nus, com um caixão rudimentar numa vala rasa identificada apenas por uma estaca com um número.

Para receber o tratamento de um não-gente, basta que nenhum familiar reclame seu corpo em 72 horas. A lei Lei nº 7.017/1967 que regula o tratamento dado aos indigentes foi aprovada em 1967 e permanece como uma marca da ditadura que facilita o desaparecimento de pessoas até os dias atuais. É no contexto destes atos escusos que ocorrem em nossos cemitérios, tanto no passado recente quanto no presente, que atualmente avança a proposta da concessão à

iniciativa privada dos cemitérios públicos pela administração municipal.

O segundo desdobramento diz respeito a proposta de transferência do CEAGESP para Perus. Tal qual outros grandes empreendimentos públicos, essa proposta vem acompanhada da promessa de geração de empregos. Porém, talvez seja prudente desconfiar. A repetição certamente é um elemento que devemos levar em conta, de como muitos empreendimentos são realizados em Perus para benefícios de muitos, menos dos próprios moradores.

Esta complexa relação com os encantos da simbiose Estado/iniciativa privada também aparece quando o assunto é a fábrica. Ao mesmo tempo que as pessoas são capazes de dizer dos horrores envolvendo a greve, também lembram com muito carinho da fábrica de cimento. É compreensível, já que a fábrica é indissociável da história do local que eles foram criadores e chamam de casa, mas não podemos deixar de ouvir com desconfiança quando alguém lamenta o fechamento da fábrica e diz que hoje o bairro estaria muito melhor com ela.

Este sentimento contraditório é compatível com a configuração da fábrica, e de seu dono, ao mesmo tempo como provedores do bairro e opressores. É comum relatos descrevendo como Abdalla gostava de alimentar um sentimento de que era dono do bairro, assumindo uma postura de generosidade, afinal, era por conta dele que Perus tinha energia elétrica, um médico e empregos. De certa forma, este cenário faz com que qualquer ameaça à fábrica, mesmo que justificada pelas injustiças sociais, ganhe um tom de ameaça à integridade do bairro.

A nostalgia, sentimento que costuma preencher nossos afetos após um evento de grande choque, era muito comum no tom de lamento das falas das pessoas, assim como uma impressão de que o bairro entrou numa decadência, “Perus hoje é um bairro dormitório”, ouvimos repetidas vezes, como que clamando pelo resgate de uma nova fábrica de cimento. Quando alguém diz isto em uma das conversas públicas, outra pessoa logo responde que, quando a fábrica fechou, já tinha muito menos funcionários do que na época da greve e que hoje em dia, com a modernização, o número de funcionários seria ainda menor, não muito significativo para o número de residentes do bairro.

Assim, a antiga fábrica, hoje abandonada e caindo aos pedaços, mas ainda nas mãos dos herdeiros do antigo patrão, surge como possibilidade tanto de um espaço de memória para o bairro, mas também como uma opção de centro cultural. Um local de possibilidades para que os jovens do bairro possam ter o emprego que eles querem, e não aquele que resta para eles, fazendo frente aos caminhos violentos do crime ou a falta de oportunidade que leva a empregos que não dão possibilidade de realizações pessoais.

Antes disso, contudo, um passo anterior. Há uma peça de teatro sobre a greve, Relicário de Concreto, da companhia de teatro do bairro, Grupo Pandora, que tem uma passagem muito significativa para entendermos os desafios que o bairro enfrenta para construir a sua memória coletiva. Nela, após uma longa sequência que conta a história

de luta dos queixadas, uma cena tocante na qual uma mulher diz para o esposo “eu apoio a greve, você sabe disso, mas esse é o nosso último punhado de feijão” é interrompida pela entrada de uma personagem assemelhando uma apresentadora de programa de auditório que convida, com música e muita alegria, um pelego a se apresentar.

“Digníssimas senhoras, respeitáveis senhores, temos aqui a postura mais detestável dentro de uma sociedade”, a apresentadora diz e completa, “a deplorável conduta de quem não enxerga a necessidade de união”, ao que o pelego responde “eu enxergo a necessidade de união, eu não fiz por mal”. As tentativas de explicação por parte dele são inúteis, o pelego é posto de frente a um muro e as pessoas assistindo à peça são convidadas a se levantarem, pegarem bexigas d’água e fuzilarem o pelego. Um momento exultante que é mais uma vez interrompido pela sirene da fábrica que bota novamente o pelego a trabalhar. Ao final da peça, a equipe do teatro nos conta que foi uma surpresa que, na maioria das apresentações, os espectadores não tiveram resistência alguma em fuzilar o pelego. Para que a fábrica não se concretize como símbolo de orgulho para muitos, mas símbolo de vergonha para outros – os pelegos – talvez seja interessante que o bairro consiga revisitar esta parte de sua história antes.





QUEBRADAS

LS

DO CONSULTÓRIO AO TERRITÓRIO

por Victor Barão Freire Vieira

Será importante ressaltar de início que são dois os aspectos descritivos a serem considerados neste relato final de escuta territorial. O primeiro trata de uma mudança no meu modo de estar e de ouvir como profissional psi no bairro de Perus, o que me levou, portanto, também a mudanças no meu modo discursivo, enquanto testemunho do que escutei, e que se apresenta aqui ora sob função informativa, ora ficcional, ora testemunhal e ora documental; o segundo diz desta tentativa de ouvir o testemunho e de conseguir transmitir o que estaria à beira do indizível e, portanto, flertando com aquilo que não produz retorno, aquilo que não volta.

Essa ideia do que não retorna - ou o que não volta - pode ser representada por uma ideia matemática de Pável Floriinsky a respeito do infinito. Para o pensador russo haveriam dois tipos

de infinito que poderiam ser descritos por sua relação com o voltar. O primeiro infinito está em relação de não retorno, de não volta, representado também pela contagem infinita: 1, 2, 3, 4, 5... e assim por diante. Esta presença eterna do termo seguinte representada pelas reticências, se transportada para a percepção de si, se assemelha a uma queda sem fim, à experiência de um eterno cair que conduz o sujeito ao esfacelamento do seu mundo interno. A condição de queda livre produz - para alguém neste estado - o dismantelamento de toda noção ou imagem de ser que pudesse ter sido um dia criada ao seu redor, fazendo com que todo eixo que o orientasse no mundo fosse colocado em xeque. Essa sensação de despencar resulta da resposta única e repetida dada a todo lançamento. Como se interpelasse o sujeito reiterada e ininterruptamente com indiferença a seus gestos. Isto, portanto, conduziria à ausência de qualquer possibilidade de espelho de si, à ausência da imagem, à escuridão. Sem experimentar retorno, o sujeito é levado a questionar seu existir e suas bordas. Este modo de

compreender o infinito Pável descreveu como sendo a experiência subjetiva do infinito potencial.

Já o segundo modo de entender esta relação é o de infinito atual. Este, ainda que contenha um possível estado subjetivo de fluidez e de indefinição de si, é bem menos assustador que o eterno despencar do caso anterior. Pável assume o infinito presente no espaço entre dois pontos conhecidos e que atualiza a integridade psíquica do sujeito entre eles. Dito de outro modo, entre os números 1 e 2 há um infinito numérico eternamente divisível, porém restrito às margens daquele intervalo às quais se pode sempre referir um retorno e, assim, um saber. O infinito atual reconduziria assim a possibilidade da filiação, a potencial produção de um terceiro elemento a partir de (pelo menos) dois anteriores. Com isso, o sujeito se submete a determinadas bordas, mas que não o enclausuram na sua indiferenciação com o mundo. Aqui, o sujeito possui tempos e espaços possíveis de existir.

Foi para que tenhamos isso em mente que quis sinalizar esta brevíssima explanação sobre o retorno em Floriinsky, pois penso que ele atravessa os elementos deste texto. No mais, irei retomá-los ao final para laçar de volta o que é tentado ser posto para fora, nas margens da cidade, da política e que retorna ou volta, de algum modo.

Pensando sobre o papel da escuta, vi em Perus como foi fundamental minha mudança de posição que deixa o centro de São Paulo em direção às margens da cidade em busca do trabalho que me propus a fazer. Esse apontamento é para dizer que as histórias que já foram contadas muitas e muitas vezes por lá e também aquelas que talvez sejam contadas pela primeira vez aqui, são fruto

de um percurso incompleto e fissurado. Que ao invés de buscar essa completude, faço com que sejam poucas histórias e que aos poucos formem um sentido e um gênero narrativo, a ponto de terem me obrigado a escrever.

Após um ano de projeto de Clínicas do Testemunho nas Margens não havíamos conseguido inscrever ninguém para os atendimentos ali. Na época, quem encabeçava o projeto era o Pedro Lagatta e me lembro de ter muitas conversas com ele, sempre com a mesma conclusão de que precisávamos estar em Perus e que a nossa presença ali já seria um disparador de entrada para alguma coisa e assim por diante. Mas quem iria? Tentando contatar as instituições e coletivos não tivemos sucesso, pois pareciam não nos querer ali, o que posteriormente se provou correto.

Como o projeto não fazia raízes, eu, o Pedro Lagatta e depois o Pedro Obliziner começamos a participar de alguns encontros publicados nas redes pelos coletivos, especialmente o Movimento Cultural Quilombaque¹, que já havia nos deixado sem respostas antes. Fui aparecendo nas reuniões, ouvindo e contribuindo para as discussões e passaram a nos deixar ouvir mais. Começaram os convites e também a escuta das nossas perguntas. Naquele momento era “como encontraríamos pessoas afetadas pela ditadura em Perus?”. Após um ano de espera e tentativas de entrada a pergunta não parecia ter base. Ninguém ali teria sido torturado pelos militares? A ditadura teria deixado aquele bairro em paz?

Essa questão para nós foi muito incômoda, pois não tínhamos quem inscrever nas fichas de atendimento para a Comissão de Anistia como “atingidos por ato de exceção”, procedimento

obrigatório do edital para que pudéssemos receber pelo trabalho como um todo. O primeiro grupo de escuta que eu e o Pedro Obliziner iniciamos, com a ajuda desde sempre presente da Beth, diretora da Biblioteca Pe. José de Anchieta, não dava notícias de que se manteria. Ter mudado a pergunta para “como a ditadura afetou o bairro” não trouxe maiores efeitos. Partimos para ouvir “as memórias do bairro” e esperar que os afetados aparecessem para contar de violações de direitos humanos praticadas pela polícia até hoje nas periferias: talvez para a juventude, sim; mas para os mais velhos não havia quem afirmasse serem violações por razões políticas. Afinal, todos acima de 50 anos falavam da greve da fábrica de cimento como uma disputa contra o patrão, não contra o Estado.

Mas seria possível uma greve durar sete anos e não envolver o Estado? Entre 1962 e 1969 o país havia saído das propostas de reforma de base para o AI-5, caçando direitos de greve e reprimindo qualquer forma de reuniões, espontâneas ou não. A conta não fechava.

A ideia de que, na periferia, o sofrimento é algo corriqueiro, cotidiano e esperado, cria essa norma que naturaliza o projeto da desigualdade social brasileira e fratura nosso entendimento de que a violência no centro é exceção, e que essa se reconhece e repara, enquanto que a violência na periferia é normal, e, portanto, não há o que fazer, entender, reparar, indenizar ou reconhecer. “Violência na periferia” como um pleonasma. Mas aponto para os textos da Anita Vaz e Anna Turriani, presentes nesta publicação, para fazer esse debate com mais propriedade e caminhos que se conversam a todo momento. Foi apostando nos pensamentos dos colegas de que to-

dos somos (ainda) afetados pela ditadura e que a periferia não passara incólume pelos atos de exceção desde então que insisti em estar ali, tentando outras abordagens.

Para então tentar comunicar algo destas andanças, atendimentos, visitas, acompanhamentos e presenças, farei um esforço no sentido de partilhar aqui apenas duas histórias, uma antiga e uma atual, para fixar dois pontos em meio os quais podemos pensar os afetos provocados pela violência de Estado ontem e hoje. Ressalto, porém, para o caráter negativo da violência dessas histórias, que se dá pelo deixar, quando a violência sofrida pelo cidadão é resultado de uma inanição ou uma intervenção que não provoca diferença, retornos e com isso articular a ideia de infinito.

MOVIMENTO CULTURAL QUILOMBAQUE – Surgida em 2005, é uma organização sem fins lucrativos, um espaço comunitário e coletivo de arte e cultura, construída e voltada aos jovens como forma de combate à violência que pesa sobre eles no bairro de Perus.



Da greve

O encontro com a maioria das pessoas que pude ouvir nesse período se deu muito em função das conversas públicas realizadas desde abril deste ano. Foram algumas entrevistas e escutas pontuais; outras se mantiveram em andamento por poucas semanas e se encerraram; outras ainda durariam meses.

Se fosse possível resumir, diria talvez que Perus é um bairro de histórias insepultas, até o limite em que as reconheça. Antes disso, elas insistem em buscar uma nova versão, uma nova fantasia ou jeito de se verem vivas, nos limites mesmo da morte. A própria dificuldade de se chegar ao bairro é representativa desta ideia de estar saindo de São Paulo sem ter saído mesmo. Sua localização, em meio aos morros dentre os quais alguns formam o Pico do Jaraguá, é análoga aos demais extremos da cidade: Itaim, Guai-nazes, São Mateus, Parelheiros na zona leste, ou fundão do Ângela e Guarapiranga na zona sul.

A Fábrica de Cimento Portland foi o centro econômico do bairro por décadas, desde sua fundação por um grupo canadense até a aquisição pelo político e mega empresário José João Abdalla. Essa fábrica, já considerada a mais moderna do mundo em produção de cal e cimento durante as décadas de 1920 e 1930, foi responsável pelo cimento que construiu a capital Brasília e grande parte das obras do Estado e da capital paulista até a década de 1970. Seus operários eram notáveis mecânicos e reparadores de maquinaria pesada. Muitas são as histórias já registradas sobre o auge do bairro, sua indústria e seus operários,

muito criativos, mas nada que pôde dirimir as marcas de uma das maiores greves de que se tem notícia: a greve de sete anos dos Queixadas.

A praça Inácio Dias (que na verdade era uma mulher, Inácia) abre o lado norte do bairro e da Estação, para os bairros dos antigos operários da fábrica; o que o outro lado da saída da estação Perus da linha Rubi da CPTM não revela. Neste, se encontra um calçadão, lojas e lanchonetes e bares. Nos fins de tarde é possível encontrar uma feira ali. Ainda por este lado vemos sempre uma ou duas dúzias de jogadores de dominó, quase todos homens, acima dos 50, sob o pontilhão que liga o bairro por sobre a estação de trem. Foi lá que encontrei um queixada e antigo motorista de Abdalla, um sujeito que se destaca dos demais por usar sempre roupas mais sociais.

Ele me conta, ali mesmo, em meio aos cães e pessoas jogando, dormindo, passando, duas histórias sobre o patrão Abdalla e uma sobre a desgraça que a greve produziu para os grevistas. Uma vez, levando o patrão e outros funcionários para uma de suas indústrias em Americana numa Kombi, eles param no Frango Assado da rodovia Anhanguera. Abdalla pede dois daqueles famosos pães da rede, entrega aos funcionários e diz que se encaminhem para o estacionamento para buscar o carro. Aguardando o patrão próximo à entrada, eles o veem saindo correndo e entrando esbaforido no carro, gritando “vai, vai, vai!”, sem dar maiores explicações. Meu interlocutor, sem ali comigo conseguir conter o riso que o acomete ao contar, diz ter tomado o cuidado de perguntar ao chefe, baixinho, o que havia acontecido, ao que este respondeu, rindo: “eu não paguei a conta!”

Ele era desse jeito, um pouco brincalhão, um pouco malandro, mas sério também; era possível conversar com ele, só não sobre dinheiro. Se quisesse discutir dinheiro com ele você perdia o amigo. Mas ele era assim. Teve um dia que eu vi um rapaz com uma capa de chuva, de plástico, mas dessas simples, sabe? Então. Pois ele não abriu a janela e, PUM! arrancou a capa do homem? Estava chovendo, até achei que ele fosse usar a capa; mas não, deixou em qualquer lugar ali depois jogou fora [risos]. Ele era assim.

Dinheiro foi certamente o que faltou para muitos dos operários que sustentaram a greve até 1969. Em 1958 uma greve tinha chegado ao fim em poucas semanas. Mas em 1962 todos os operários pararam. Exigiam os salários atrasados, aumentos e melhores condições de trabalho. Aos cem dias de greve, chegaram os 'brucutus', veículos da polícia com equipamento de repressão a manifestações com jatos de água e areia. Em um dos registros históricos da época, esse foi o momento da ruptura na greve em que muitos trabalhadores voltaram para o trabalho, enquanto outros permaneceram nos portões, não deixando os caminhões entrarem ou saírem da fábrica. Muitas mulheres não ficaram de fora: fizeram também ações de retirada dos trilhos da linha que abastecia a fábrica com as pedras da cal de Cajamar, a fim de interromper toda a produção.

Nomeados "Queixadas", os grevistas passaram a sofrer com o estigma de vagabundos, marginalizados pela falta de dinheiro e sem crédito nos comércios. As lojas temiam as consequências de se contrariar o dono da fábrica ou de simplesmente não receberem. Quando em piquetes à frente dos portões da fábrica, abundam os relatos da cavalaria da polícia perseguindo os trabalhado-

res pelas ruas centrais do bairro, alguns deles ali com suas esposas e filhos pequenos.

Veza ou outra a polícia passava de bar em bar e de casa em casa oferecendo escolta e aliciando quem quisesse voltar ao trabalho. Alguns trabalhadores iam por medo de perseguições. Enquanto isso, outros, dentre os Queixadas, se deitavam diante dos portões de entrada e saída de caminhões, obrigando-os a parar. Muitos se lembram das enormes filas de caminhão para retirar o cimento.

Essas ações pacíficas de resistência eram porque o advogado do sindicato, Mário Carvalho de Jesus, havia viajado pela Europa e trazido na mala a prática inspirada na cultura da não violência de Gandhi, e que mais tarde se traduziria no mote da greve: 'firmeza permanente', ou resistir dupla e valentemente à briga e à opressão. E os atos de desobediência civil pareciam surtir efeito, pois sem destruições à fábrica, a polícia era forçada a assistir, ou no máximo ameaçar os trabalhadores com seus cavalos, sem efeitos práticos para o fim da greve, apenas para o desespero das famílias.

Então Abdalla passou a lançar mão de outros meios. As luzes das casas de Queixadas agora eram cortadas e proibia-se que o único médico do bairro, funcionário da fábrica, atendesse as famílias Queixadas. A revolta, antes por questões trabalhistas, foi então se tornando mais e mais pessoal e personificada na figura de Abdalla. Não a toa serem poucos os que conseguem pronunciar seu nome sem virar o rosto, com um amargor na boca.

Com o prolongamento da greve, marginalizados e sem os bicos habituais dados no bairro, al-

gumas famílias Queixadas começam a passar fome. Quem conseguia oportunidades fora do bairro ajudava como podia os companheiros. Mas com filhos, sem alternativas e sem terra para plantar, alguns vão passando fome. O desespero das famílias vai obrigando alguns companheiros a voltar ao trabalho. Foi quando o sentimento de traição começou a ressoar no termo dirigido àqueles que furaram a greve: Pelegos. Foi quando a disputa passou a ser, também, pela vitória de cada um sobre seus estigmas.

As agruras da greve se abateram de modo diferenciado para cada família. Ainda que centenas tenham sustentado a greve até o fim, muitos foram caindo pelo caminho, e não só para a Fábrica e o cimento. Os adoecimentos e o surgimento de quadros psicopatológicos graves por conta da duração da greve se somavam às internações médicas por derrames, infartos, e tentativas de suicídio. No decorrer dos anos, algumas pessoas tiveram oportunidade de se aposentar, mas muitas dessas escolheram permanecer juntas para conquistar os direitos negados pelo patrão e morreram antes que pudessem ver o fim da greve ou as indenizações determinadas pela justiça.

Além disso, o bairro sofria muito com os efeitos da construção do quarto forno, que exigiu a instalação de uma chaminé maior e mais alta, que expelia um cimento em pó fino como poeira e que caía sobre as casas durante o dia inteiro. A camada de cimento sobre os telhados acinzentava todos os telhados; se chovesse, passar por baixo das pingadeiras arriscava um cabelo endurecido ao fim do dia.

Até hoje as memórias daquele período contém um sentimento de alegria e orgulho pelo bairro da luta queixada, enquanto o sentimento pelos pelegos pouco se expressa ou se assume enquanto grupo. Durante a greve, as famílias Queixadas eram muito humilhadas, principalmente pelas famílias de pelegos. Há relatos de pelegos que disparavam rojões nas casas daqueles e punham restos de marmitas nos seus portões, como quem zomba da fome do vizinho. Os maiores incômodos parecem ter restado para os filhos dos Queixadas, tanto com relação aos pelegos quanto aos antigos companheiros que, ao final da greve e com a indenização, teriam se esquecido dos demais. Um filho de Queixada ouvido não entra ou permanece no mesmo recinto que um antigo companheiro de seu pai, que o teria traído. Já um Queixada cruza a calçada se avistar um familiar do comerciante que humilhou sua família naquele tempo. Isso ao mesmo tempo em que parecem dizer que “aquilo é passado” e que na cidade vizinha é que há ranço entre as famílias. Verdade é que todos parecem saber e manter em mente quem é filho e neto de quem.

Por fim, a vitória da greve, a condenação de Abdalla na justiça a pagar os dias paralizados e todos os demais direitos aos empregados, é hoje colocada em perspectiva. Com o total desinteresse em garantir qualquer direitos aos empregados, Abdalla sabia que aquela relação tecnologia e produção/exploração da sua indústria tinha data para acabar. Os relatos que ouvimos do *modus operandi* do patrão dão conta de seu desinteresse generalizado pela saúde dos trabalhadores, por sua segurança ou com a modernização dos equipamentos e manutenção da Cimento Portland, mas um compromisso integral

com a maximização dos lucros, ao limite técnico instalado, e da exploração da força de trabalho dos operários. Em toda parte, mesmo aqueles que tiveram chance de conhecer o homem de perto, o sentimento que se tem pelo antigo patrão é dos piores.

Quando parto para buscar os testemunhos ativamente com aqueles que vinham às conversas públicas e seus conhecidos, uma das pessoas ouvidas, filha de Queixada, conta com entusiasmo o interesse de uma senhora sua amiga em poder falar a respeito e revisitar uma história esquecida. Uma semana depois e esta pessoa passa a enfrentar medos repentinos, desconfortos em testemunhar e recusa a minha visita. Penso que os efeitos da ruptura dos laços entre os trabalhadores, somada à violência arbitrária de Abdalla e a contribuição e negligência do Estado para com as pessoas em greve provocou marcas e adoecimentos agudos em muitas famílias.

Há uma memória coletiva quanto à importância da presença da cooperativa que, junto do sindicato dos Queixadas, conseguia um mínimo de alimento para as famílias. O advogado dos Queixadas, Mário Carvalho de Jesus, foi lembrado como quem trazia alguns mantimentos para elas. A filha de Queixada diz se lembrar até hoje do trigo de quibe e do gosto azedo do leite que lhes davam, que dava dor de barriga e que era logo evacuado; “Era o que tinha pra comer”. Esta filha de queixada foi ouvida durante algumas semanas em sua casa e chega a dar seu testemunho numa das conversas públicas. Vou chamá-la Sílvia.

Em sua casa, Sílvia me oferece café um dia. A experiência de alguns anos com o acompanhamento terapêutico de pacientes, quase

MULHERES NA GREVE – A participação das mulheres Queixadas durante toda a greve de Perus foi fundamental. Além de comparecerem aos piquetes nos portões da Fábrica, realizavam ações diretas nos trilhos dos trens para impedir a chegada do cal por Cajamar e o escoamento da produção pelos caminhões, assim como trabalhavam em bicos como lavadeiras, para trazer algum dinheiro para casa.



todos eles graves, me ajudava a estar ali, fora do consultório. Mesmo assim, me ocorre vez ou outra o pensamento se eu não a estaria importunando em sua própria casa, a me contar tudo aquilo. Cada história que me contava era um misto incerto de grande alegria e profunda tristeza para ela. Estava quase sempre sorrindo, mas quase nunca soube para qual fim a história iria se desenrolar.

É uma mulher negra de uns sessenta e poucos anos. Muito gentil e solícita, ela me conta do período da greve, momentos muito felizes, de brincadeiras na linha do trem e de poder correr pelos campos arborizados do terreno. Foram poucos anos disso porém, já que a greve começou quando ela tinha apenas 7 anos. Conta como passaram fome e de como foram dezenas de vezes humilhadas pelo vizinho, um italiano que lutara na segunda guerra e viera com a família para Perus, e que soltava rojões em direção à sua casa, fazendo ameaças e caçoando dos Queixadas.

Sílvia fala da sua mãe, uma índia Tapuia com o sobrenome de um animal, porque era uma índia de uma etnia muito agressiva e que não falava o português. “Ela vivia numa gaiola, porque se saísse ela batia em todo mundo”, conta. Pergunto se esta avó teria sido capturada por seu avô, se ele era branco e ela me confirma que sim, dizendo que sua irmã é branca e que seus parentes “saíram cada um de um jeito”. Ela conta que demorou para que esta avó fosse “domesticada” e que a mãe de seu avô teria durante muito tempo a ensinado falar o português. “Foi aí que a tiraram da gaiola”.

A herança dessa índia Tapuia fez com que Sílvia entendesse a coragem de suas irmãs para

enfrentar adversidades: “sou neta de Tapuia! Não levo desaforo pra casa não!” cita. Mas que ela mesma Sílvia viveu dificuldades. Conta que seu primeiro marido batia muito nela, quase todo dia. Isso a fez sair e a começar a trabalhar. Um dia, seu filho pequeno de 9 anos, vendo a mãe sangrando pela orelha, vira-se pro pai e diz: “pai, quando eu crescer vou ser policial e vou te matar, porque quando a polícia mata não é crime”. A frase a convenceu sair dali.

Dias depois a vizinha bate em sua porta e diz que o marido estava vindo pelo campinho, cambaleando e parando de bar em bar. Sabendo que isso significava mais um dia de espancamentos, ela anuncia aos vizinhos o leilão de tudo. Roupas, móveis, tudo. Apenas com uma mala e o dinheiro que conseguiu, ela esvaziou a casa antes que o marido chegasse. Foi o fim de anos de uma relação abusiva.

A mãe de Sílvia não era menos dura que sua avó. Ela apagava brasas na língua das crianças e de suas irmãs quando mentiam e beliscava-as como a picada de um marimbondo, ao ponto de marcar sua pele. Contudo, com o prolongamento da greve ela não teve essa força. Um ataque do coração e um derrame a deixaram semi paralizada. “A greve fez isso com ela”. A fome e a humilhação de pedir comida a colocaram assim, conta.

A mãe é internada, mas quando volta para casa repete a mesma e única fala: “Na caneca não. Na caneca não. Na caneca não.” Sílvia acredita que a mãe falava da comida. Talvez por ser colocada na panela, semelhantes às canecas, ambas penduradas sobre o fogão a lenha. Se não havia comida na caneca, era porque a greve não tinha acabado ainda.

Sílvia diz que nesse período elas se mudaram para a casa de uma irmã mais velha, que trabalhava na CIA Melhoramentos, e que as dificuldades puderam ser aplacadas. Um dia ela brigou com a irmã mais velha, e esta a acusou para a mãe. Ela me reproduz o gesto da mãe com a cabeça, chamando-a para perto; e cruza e acaricia seus braços como se novamente fosse tomar o beliscão.

Então um dia essa mãe – que por semanas não falara outra coisa senão “na caneca não” – senta-se na cama e começa a rezar. As filhas de 7 e 9 anos ouvem ela dizer: “por minha culpa, meu Deus, perdão. Por minha culpa, perdão” enquanto batia com o rosário em punho fechado sobre o peito. As filhas correram para o quarto pulando de alegria, contentíssimas: “mamãe sarou, mamãe sarou”. Então a mãe se vira para as filhas, com o rosário ainda grudado ao peito, e faz um lento gesto negativo com a cabeça, anunciando em seguida querer frango com polenta e serraia. Todos acharam que estava curada. A mãe ceia e falece durante a madrugada da mesma noite.

Não é possível encerrar este relato sem fazer menção de que está em avanço um projeto de construção da nova CEAGESP no terreno ao norte da fábrica, já adquirido pelo Novo Empreendimento de São Paulo, o NESP, um conglomerado de 25 permissionários e duas centenas de sócios que representam menos de 7% dos comerciantes autorizados da CEAGESP atualmente. A gravidade deste projeto se dá pela flagrante surdez do Estado para determinadas vozes e grande interesse por outras.

Enquanto que o terreno da Cimento Portland se deteriora nas ruínas da fábrica, usada para jogos de paintball entre policiais da ROCAM, a pre-

feitura e o governo federal adiantam um projeto bilionário no terreno vizinho sob o argumento de gerar empregos no bairro. Porém, desde a década de 1990 o bairro solicita a compra do terreno da fábrica para o uso da comunidade, para a criação de espaços para formações esportivas e artísticas, laboratórios culturais, centros educacionais de dança, teatro, música e também uma faculdade construída pelos coletivos já existentes nas periferias, como a Unidiversidade de Saberes. Esta iniciativa, criada nas articulações da periferia da capital, tem feito reuniões mensais periódicas debatendo inclusive como ocupar a fábrica.

Memoriais e museus são imprescindíveis num bairro como Perus. A quantidade de memórias e históricas a serem contadas precisam de um espaço, nenhum melhor seria se não a fábrica e projetos não faltam

Em 2016 a prefeitura sinalizou a compra do terreno, hoje estimado em R\$10 milhões, mas o projeto não saiu das mãos do secretário de habitação. Com a nova gestão em 2017, o projeto nunca esteve tão longe de ser ouvido, ao mesmo tempo em que pouco se fala sobre os impactos do NESP para o bairro.

Como garantir que os 30 mil empregos prometidos serão ocupados por pessoas de Perus? Pois o projeto prevê um hotel para os funcionários, não havendo, portanto, necessidade deles viverem na região. O que nos leva a um segundo ponto: que empregos são esses e como eles conversam com os anseios das pessoas do bairro? Que vagas serão abertas e que vagas já não estão preenchidas? Com a nova lei trabalhista em vigor, que forma de contratação será feita com os carregadores, maior contingente profissional

da CEAGESP? E mais, o uso e o tráfico de drogas na CEAGESP é alto, assim como a prostituição, adulta e infantil. Nas redes, as postagens mais frequentes nos grupos de moradores do bairro é sobre a violência. É dizer que os interesses do capital permanecem mais atuantes que nunca e não deixarão a juventude do bairro de fora de seu projeto. Neste sentido, o de emancipação cultural e corporal dos jovens põe em marcha seu próprio desenvolvimento social, político e pessoal, encarecendo o projeto dos padrões em explorar o trabalho alheio.

A escuta no consultório

Tirando entrevistas iniciais feitas com uma dezena de pessoas, dentro e fora do consultório, foram duas apenas as pessoas que acompanhei durante esses dois anos. Elas me proporcionaram um contraponto da escuta territorial do bairro de Perus e mostraram como é difícil atender sob este guarda chuva institucional e do Estado. Para os fins do projeto, tivemos que inscrevê-los num formulário a ser entregue para a Comissão da Anistia, dispondo de alguns de seus dados pessoais, informações sobre um possível vínculo prévio com a CA e um breve relato do “ato de exceção sofrido”. A dificuldade que isso impôs se agravou poucos meses do início do projeto em 2016, quando a presidenta Dilma Rousseff foi derubada por um golpe de Estado em abril, exatos

54 anos de desaniversário do golpe de 1964, tal como alertou o jornalista Alípio Freire em 2014.

Nos vinha a questão de como convencer os atendidos que as fichas de inscrição não seriam enviadas agora para os impostores que tomaram o poder? Longe de tentar responder as questões que podem surgir com este relato, minha opção é por transmitir um ponto que não fosse criado pelas ações de um Estado criminoso, mas pela parcela dele que sustenta sua imprenscondibilidade para as pessoas discriminadas por sua cor, gênero, seu CEP ou sua orientação sexual.

Uma das pessoas atendidas chegou por indicação de uma colega dos serviços sociais da prefeitura. Sua vida fora marcada pela militância dos pais, artistas plásticos e pertencentes ao núcleo artístico da capital. Seus pais estão vivos; seu pai mora no Uruguai e pouco ou nada sabe da atual situação da ex-mulher e a filha.

Já a mãe mora com ela, mas não fala a respeito do período e diz não ter interesse em participar do projeto. É uma senhora já bastante idosa e mal consegue sair de casa por conta das varizes e um doloroso inchaço nas pernas. A vida delas se resume a conseguirem sobreviver mais um dia sem serem despejadas do apartamento onde estão, tendo meses de aluguel em atraso. O dinheiro que conseguem mal alcançam o que esta paciente precisa para o transporte até o consultório.

Toda essa dificuldade se dá em grande medida por razão da transexualidade desta paciente. O programa Transcidadania da prefeitura de Fernando Haddad já a havia contemplado em suas duas primeiras edições, mas com o sucesso

do programa e uma longa fila de espera, trocaram-na de projeto. Isso culminou em seu encaminhamento para o setor de alfabetização do projeto, o que ela não queria, pois já sabia ler. A conta do mal estar em ser mais uma vez deixada já a fazia ignorar qualquer razão para tal, o que agravou seu sofrimento.

No início da década de 1970, ela, com mais algumas amigas, se prostituía numa rua do centro da capital paulista como forma de conseguir algum dinheiro. Certo dia um carro do exército encosta e descem quatro homens com cacetetes, já batendo e xingando-as. Ela é colocada no carro e levada a dois quartéis seguidos e finalmente à Oban. Lá a despem e a colocam na cadeira do dragão, onde sofre intenso espancamento, beliscões por todo o corpo, choque nos seios e afogamentos. Ela é presa e transferida para uma cela masculina, onde fica por alguns dias, sofrendo seguidos estupros.

Na tentativa de ajudá-la com algo que me parecia tão concreto, digo que o Estado tem o dever de indenizá-la pelo que fizeram com ela durante o regime e que a ajudaria como possível para isso. A fala expôs mais meu desejo que minhas capacidades e conhecimento dos processos. Ela não conseguiria a anistia se não comprovasse o prejuízo laboral que a ditadura impusera por sua ação. E olhando para a pessoa à minha frente, não fazia o menor sentido ela estar fora deste recorte.

Como dizer que esta mulher não sofreu um ato de exceção cometido por razões políticas, ficando impossibilitada de realizar o único trabalho que lhe restava naquela época? Ela poderia ter ficado na Europa, onde passou quase vinte anos de sua vida. Decidiu voltar pra ficar perto de sua

mãe, mas está muito velha agora para trabalhar com muitas coisas e os ares não são favoráveis pra quem ela é.

No momento em que vivemos, de um recrudescimento dos direitos conquistados por décadas de lutas das mulheres e LGBTs, seria crucial poder considerá-la uma pessoa que não só é filha de pais perseguidos pela ditadura, por serem artistas plásticos em São Paulo, como por ter sido ela mesma violentada pelos militares por razões políticas ligadas à expressão de sua sexualidade. Sendo biologicamente do sexo masculino, esta paciente foi torturada por ter se prestado a exibir uma diferença subjetiva das determinações ditas “naturais”, tal como os militares tratavam de justificar e corroborar seu regime.

Infelizmente esta paciente deixou de vir às sessões. Talvez tenhamos hesitado nos usos de nossos recursos e contatos com a Comissão da Anistia para avançar mais em seu cuidado, algo que conseguimos melhor agora. Como psicanalistas, neste curto excerto, porém e infelizmente, sabemos que haverá ainda muitos casos como este para repararmos enquanto sociedade pelos próximos anos. Somos todos responsáveis por esta herança, e ela deve voltar.

Considerações finais

Talvez eu devesse corrigir a formulação feita no início desta apresentação para dizer que o que foi e consegue se tornar passado, retorna tal como efeito de lembrança e atualização do presente, diferenciando-o deste e podendo ser cotejado com outros retornos. O olhar da criança que se dirige para trás em busca do rosto da mãe e tem um retorno desta é igualmente importante para a decisão que ela, criança, vai tomar em seguida. Se não houver memória para esta mãe, como ela poderá transmitir a confiança para a criança por em prática seus desejos? E como a criança poderá saber que seu gesto não é inédito, mas parte de uma história marcada naquele lugar.

A ausência desta figura que guarda a história para os mais novos, os mutila do conhecimento já adquirido pelo grupo. Para que novos gestos e lançamentos possam se dar no mundo, acredito que tenha que haver a percepção das mudanças provocadas por eles. A memória de um coletivo ou de um bairro como Perus faz o mesmo com as gerações mais novas no bairro. Não é por outro motivo que a fábrica, hoje, seja usada como um campo de paintball para policiais da ROCAM e não como palco para uma peça de teatro, ou uma faculdade comunitária, ou um centro cultural. Marcar o território da fábrica com sua memória é oferecer à nova geração de moradores um ramo da sua história e de singularidades que os diferenciam do presente, desfazendo um esforço que tenta tornar desses jovens as novas peças da indústria da acumulação de riquezas, um novo exército de reserva a ser escravizado em trabalhos alienados.

Se estiverem familiarizados com o termo “retorno” no campo das apresentações artísticas, minha descrição é análoga a este aparelho acoplado à orelha do músico ou num amplificador à sua frente. O músico reconhece aquela percepção como sendo resultado premeditado da sua execução, para usá-la em favor do conjunto de notas que serão transmitidas ali; do contrário, se percebesse uma resposta independente e autônoma dos seus toques, sentiria esta como vinda de um aspecto maligno, extemporâneo e cindido do mundo e si, e que o perseguiria para prejudicar sua interpretação musical. Neste último caso, o músico veria as notas produzidas de seu instrumento tomarem vida própria e voltando presencial e descontroladamente para atormentá-lo e à sua música, aprisionando-o a um abismo de seus movimentos.

A traição para os herdeiros da greve ainda é presente para alguns filhos e netos Queixadas e pelegos. Insepulta, volta ao presente enquanto dado concreto e assim parece ser transmitida para as gerações seguintes. “Em Cajamar é pior” como disse o filho de um Queixada uma vez. Essa repetição, que nega o mal estar criado pela condição operária, a que serve para produzir, mas também para operar uma ruptura na coletividade, nada mais é que a ausência de retorno sentida pelo patrão em seus próprios aspectos cindidos. Para não ser o Abdalla “mau patrão”, porque desumano ao negar atendimento médico a um funcionário que acabara de se acidentar, havia os bons e os maus funcionários, pelegos e Queixadas.

Penso se, por sete anos, Abdalla não os tenha adotado enquanto partes representativas de si mesmo, conseguindo, também ele, suportar a si-

tuação por tanto tempo. Ao se conduzirem como inimigos, os trabalhadores se identificavam com os elementos amados e odiados do patrão, mas fora dele, longe dele, onde era mais fácil vê-los e controlá-los.

A cisão da vida e morte se dá também no conhecimento dos moradores sobre a vala clandestina. Muitos não sabem dizer o que se passou ali, apesar de saberem que algo relacionado à ditadura se passava. Os carros de polícia levando corpos a noite, os sepultamentos clandestinos, tudo se separa e permanece inquietado no corpo do território, como células tumorais adormecidas que não se cutuca para não ter de ir ao médico e descobri-las malignas. Antônio Pires Eustáquio não; o “pai dos indigentes”, como era chamado, faz o inverso. Permanece como atendente do bar onde às sextas feiras nos encontramos durante o segundo semestre do ano de 2017. Diante dos portões de sua própria casa de um lado, e do Dom Bosco do outro, como uma sentinela da morada dos seus filhos, pai que receia a repetição dos desaparecimentos ou sua continuidade, ele deseja retornar ao trabalho ali. Seu carisma parece querer se espalhar pela política, contagiando de otimismo a “democracia” que vê fortalecida com o fim da ditadura. Porém, seus receios tem aumentado.



Moradoras de Perus, em março de 2017, na primeira Conversa Pública do Clínicas do Testemunho nas Margens no bairro.





REMEMÓRIA E AFETO

por Thalita Duarte

Ao longo de nove meses acompanhei o Coletivo Margens Clínicas em suas expedições no bairro de Perus, colaborando na elaboração de estratégias de aproximação e na organização das atividades do projeto, por acreditar na força das premissas trazidas, de buscar entender como ocorreu (e ainda ocorre) a violência de Estado nas bordas da cidade.

A vinda do projeto para Perus retomou o resgate pela memória do bairro através de rodas de conversa com moradores, dos mais antigos aos mais novos, em que pudemos conhecer e nos aprofundar em histórias que são muito significativas para a construção da identidade do bairro. Os temas das conversas iam desde memórias boas em relação há um tempo antigo, em que tudo era mais difícil, mas ainda não existia tanta violência no bairro, à lembranças ruins da época em que os mandos e desmandos do mau patrão J. J. Abdalla provocaram as greves da Fábrica de

Cimento Perus, impactando diretamente na vida de centenas de famílias que dela dependiam para subsistir, forçando as famílias a buscar fontes de renda alternativas e ocasionando uma divisão no bairro entre pelegos e Queixadas (grevistas) que persiste até hoje. As histórias da fábrica encontram-se solidamente inseridas no cotidiano da população do bairro.

A antiga fábrica, inaugurada em 1926, foi a primeira fábrica de cimento do Brasil a atingir uma produção em larga escala, além de ter sido a maior fornecedora de cimento para todo o país, na primeira metade do século XX. O cimento Portland Perus contribuiu diretamente com a verticalização da cidade de São Paulo e foi a principal fonte de renda para muitos trabalhadores imigrantes, migrantes e moradores da região, possibilitando o crescimento do bairro de Perus, que se expandiu em torno dela. Além disso, a Fábrica de Cimento foi palco e símbolo de movimentos de resistência, tendo o maior período de greve operária já registrado, a greve “dos Queixadas” (1962-1969), movimento que se estendeu por 7 anos, adentrando o período da ditadura militar no Brasil.

A busca incessante por lucro gerou péssimas condições de trabalho, causando grande desgaste aos trabalhadores e ao bairro como um todo. A falta de investimento acabou gerando um alto nível de poluição, por conta do pó emanado de suas chaminés, o que foi, aliás, um dos fatores que levaram ao encerramento de suas atividades em 1987. Hoje a Fábrica sofre a degradação natural do tempo e o abandono total por parte de seus proprietários, transformando-se em ruína. Foi tombada como patrimônio histórico, cultural e ambiental da cidade de São Paulo pelo CONPRES P em 1992 e desde então, existem diversas tentativas de revitalizar o local, transformando-o em um centro de cultura da memória do trabalhador.

O projeto Clínicas do Testemunho nas Margens também possibilitou a retomada da questão da vala comum clandestina do Cemitério Dom Bosco Perus, fazendo com que muitos moradores conhecessem mais sobre esse marco desencadeador de um dos principais processos na busca pela verdade no país.

Em 1990 foi descoberta no Cemitério Dom Bosco, uma vala comum com mais de mil ossadas, onde foram identificados corpos de desaparecidos políticos do período ditatorial brasileiro. A descoberta da vala clandestina do cemitério Dom Bosco e o trabalho da CPI instalada na Câmara Municipal de São Paulo para investigar a origem das 1049 ossadas ali encontradas, trouxeram a crueldade da ditadura militar à tona no começo dos anos 1990. Até ali, o desaparecimento de pessoas, os falsos tiroteios e atropelamentos, as marcas de tortura e dores da perda pertenciam apenas ao universo dos familiares, sobreviventes, amigos e, também, a parte da imprensa

silenciada ou parceira do regime. A revelação da existência de uma vala clandestina dentro de um cemitério oficial, com restos mortais de desaparecidos políticos e cidadãos mortos pela violência social da ditadura militar, desencadeou um processo de busca da verdade sem precedentes no país. A vala comum do Cemitério Dom Bosco em Perus foi apresentada ao mundo como um dos muitos crimes cometidos pelo regime surgido com o golpe de Estado de 1964.

Tive contato com o Sr. Toninho Eustáquio, ex-administrador do cemitério, responsável pela descoberta do local da vala, ouvindo seu testemunho. Do ponto de vista de quem esteve diretamente envolvido com a sua descoberta e teve contato direto com familiares de mortos e desaparecidos políticos, ouvimos com detalhes das intenções por trás da construção do Cemitério Dom Bosco em 1970 e do sofrimento e ameaças da repressão aos familiares que chegavam até o cemitério em busca de seus parentes.

Ao longo do testemunho do Sr. Toninho, surpreendi-me ao ouvir (novamente?) alguns dos métodos de tortura utilizados pelos militares, dentre eles o “Fleury” que, conforme o Sr. Toninho relatou, pulava com suas botas em cima do corpo dos militantes, torturando-os até que perdessem a consciência, e muitas vezes – quando o militante não lhe dava a informação – mandava injetar proteínas e vitaminas através do ânus para reanimar imediatamente o militante desfalecido e poder continuar com a tortura. As “botas do Fleury” foram lembradas pelo grafiteiro Bonga em ação realizada em Dezembro/2015 pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos, que promoveu um mural com grafites em toda extensão do muro que circunda o cemitério. Na

obra de Bonga, as botas aparecem junto às inscrições “O OPRESSOR AMEAÇA RECALÇAR AS BOTAS”, em alusão à atual crise política e ascensão conservadora no país.

Além das rodas de conversa com moradores tive o prazer de conhecer figuras importantes e com elas refletir sobre a questão da violência de estado na periferia, como foi o caso do **Alípio Freire**, jornalista, escritor e artista plástico, militante da Ala Vermelha, um grupo dissidente do PC do B que combateu a ditadura militar por meio da luta armada. Foi preso aos 23 anos pela Operação Bandeirantes (Oban) e depois de três meses de torturas e interrogatórios, foi transferido para o Presídio Tiradentes, onde ficou preso entre 1969 e 1974¹; **Guiomar Silva Lopes**, ex-militante e ex-presa política da Ação Libertadora Nacional – ALN, teve como uma de suas tarefas coordenar o Grupo Tático Armado – GTA, sendo uma das mulheres que se destacou dentro da organização; e **Tereza Lajolo**, professora aposentada, participou do movimento estudantil e popular na luta por direitos e resistência à ditadura militar na USP, e foi relatora da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou as ossadas encontradas na vala clandestina no Cemitério Dom Bosco. Além de ter contato com o **GTP Perus**, grupo de trabalho responsável pela análise e reconhecimento de mortos e desaparecidos políticos das ossadas da vala comum de Perus no Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (Caaf); e **Carla Borges**, ex-coordenadora de Direito à Memória e à Verdade da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), que contribuiu muito para que a história da vala comum de Perus não se perdesse.

¹ Para saber mais, ver Freire, Alípio. et a. Tiradentes, um Presídio da Ditadura. São Paulo: Scipione, 1997



Através dos encontros possibilitados pelo projeto e ouvindo os relatos dos moradores e convidados das atividades organizadas, percebi a dor e a redenção causada por esse tipo de testemunho. A importância de políticas públicas de reparação às pessoas que foram afetadas pela repressão do regime militar e, principalmente, a relevância deste tipo de espaço de escuta e troca, que é transformador para as pessoas diretamente afetadas, mas também para nós, jovens que não vivenciamos esse período, mas que temos ainda muito o que aprender sobre ele.

Rememorei algumas histórias, conheci versões de um período sombrio da história do bairro (e do país). Muitas pessoas adoeceram e morreram em decorrência do trabalho na fábrica; muitos grevistas sofreram na pele a repressão e desmandos da elite aliada aos militares na época. Lembrou-me do emocionante testemunho da Sra. Maria Pinheiro, moradora de Perus e filha de Queixada, que perdeu a mãe em decorrência “do nervoso” ao ver os filhos passando fome por conta da greve. A amargura da mãe relatada pela filha me tocou profundamente, me fazendo lembrar da personagem que eu interpreto no espetáculo “Relicário de Concreto” do Grupo Pandora de Teatro:



Luh Silva

ESPETÁCULO “RELICÁRIO DE CONCRETO” – criação coletiva do Grupo Pandora de Teatro com dramaturgia de Vince Vinnus e direção de Lucas Vitorino - foi uma montagem marcante na trajetória do grupo pelo aprofundamento na pesquisa em Teatro, Memória e Território. O espetáculo estreou 2013 com o apoio do Programa Municipal de Fomento ao Teatro e já circulou pelas cidades de: Brasília, Fortaleza, Curitiba, Campinas, Americana, Cajamar, Atibaia, São José dos Campos, Franco da Rocha e em São Paulo/SP passou pelos bairros: Perus, Jaraguá, Pirituba, Brasilândia, Cachoeirinha, Morro Doce, Cidade Tiradentes, Bom Retiro, Campo Limpo, Guaianazes e São Mateus, somando quase 100 apresentações.

CENA 13

(Casal em cabo de guerra, com uma corda)

MULHER: O futuro é tão pesado.

QUEIXADA: O passado também.

M: Mas só me preocupa a fome de amanhã, a de ontem eu já esqueci.

Q: Eu ainda lembro. Juntou as duas e barriga não para mais de roncar.

M: Como foi a lida hoje?

Q: Foi difícil. O trabalho aumenta, os fornos esquentam, o moinho mói e a gente se arrebenta.

M: E o chefe?

Q: Não tá nem aí.

M: Mas ele é bom, só que as coisas são assim.

Q: Bom nada, as coisas não são assim. As coisas podem ser diferentes.

M: Mas como mudar? O feijão tá contado.

Q: Tanto saco de cimento e tão pouco feijão no saco.

M: Será que melhora?

Q: Não sei. Do jeito que os dias passam, as coisas só pioram.

M: E amanhã?

Q: Vai ser o mesmo que ontem.

M: Assim não dá. Eu to do seu lado. Eu divido o feijão com você.

Q: E eu só tenho cimento para dividir. Meu coração tá duro.

M: O meu trincou.

Q: Os companheiros vão decidir logo.

M: Decidir?

Q: Se param ou continuam.

M: Faz diferença?

Q: Se tiver firmeza.

M: E o feijão?

Q: Pode ser que falte.

M: Não para não, homem!

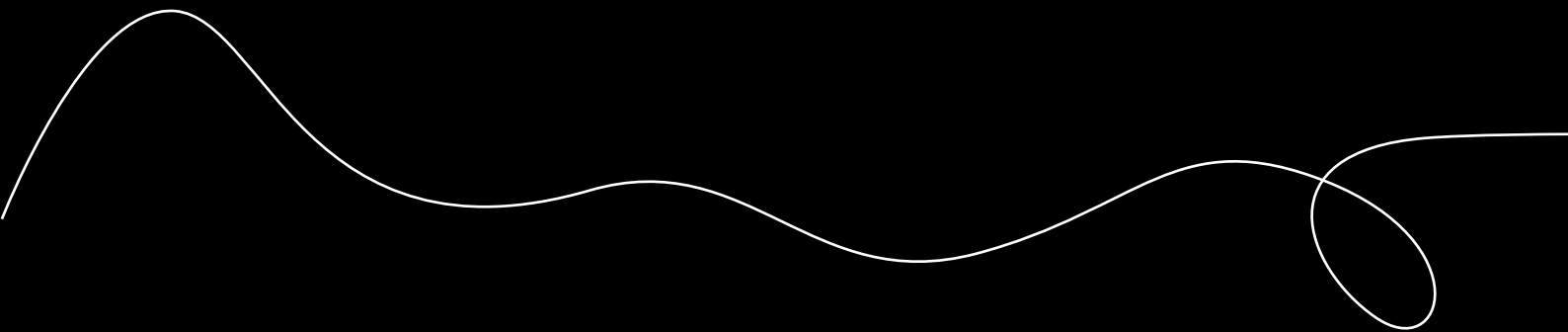
Q: Eu tô fechado com os companheiros. Se pararem eu paro.

M: É muita fome para tão pouco amanhã. Lida dura, prato cheio. As ‘coisa’ mudam devagar. As roupas só não estão mais duras que o calo que temos no coração. Deus tem fome de cimento. Se é isso que você quer, vai, segue teu rumo.

(Mulher solta a corda sai pro lado oposto)



GRUPO PANDORA DE TEATRO – fundado em julho de 2004, desenvolve trabalho contínuo de pesquisa e criação, fortalecendo parcerias com polos culturais e artistas da região de Perus. Desde 2016, ocupa um espaço público abandonado há seis anos, propondo a sua revitalização e ressignificação, inaugurando um novo espaço cultural no bairro: a Ocupação Artística Canhoba.



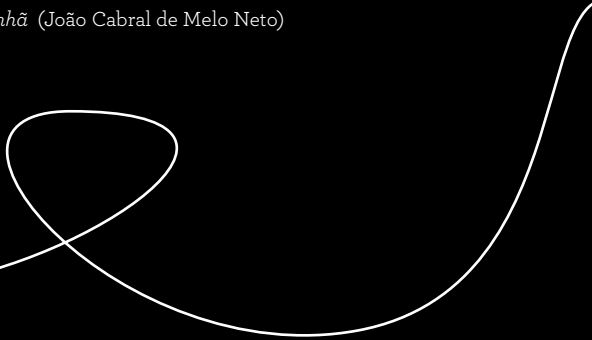
NÃO É MAIS PESADELO

por Kwame Yonatan e Pedro Obliziner

“Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.

E se encorpendo em tela, entre todos,
se erguendo tenda, onde entrem todos,
se entretendendo para todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão.”

Tecendo a manhã (João Cabral de Melo Neto)



A

arefa de contar uma história a partir de uma polifonia de testemunhos é quase como pedir a um galo sozinho tecer uma manhã. Ele precisará sempre de outros galos, parafraseando a poesia, “Tecendo a manhã”. O que ainda não foi dito sobre a ditadura? E quem escutará o testemunho e lançará a outros galos para tecermos outras manhãs? Eis a tarefa desse texto: cozer os fios testemunhais para produzir uma narrativa condizente com a experiência vivenciada no grupo.

O grupo que conduzimos no ano de 2017 surge de uma mobilização de pessoas que participaram do edital anterior do Clínicas do Testemunho, e que desde o seu término, no final de 2015, sentiam que era um trabalho que deveria ter continuado e que sua interrupção foi bastante abrupta. A partir do momento em que o grupo é constituído em abril de 2017, algumas outras pessoas, que não participaram do projeto anterior, também se inserem no presente grupo.

O grupo tinha tempo de duração de oito meses, sendo que a previsão era de que durasse até início de dezembro. No início de outubro, nós, respon-

sáveis por coordenar o grupo, informamos em um dos nossos encontros que o projeto estava prestes a se encerrar, pois o pedido de aditamento do edital que nos proporcionaria mais seis meses de execução havia sido negado. Então, teríamos mais um mês e meio para decidir nossos rumos, rever o contrato feito pelo grupo, pensar a proposta e decidir em conjunto como iríamos encerrar e qual seria a proposta, ou não, do novo grupo, mesmo que não oficialmente sob a validação da Comissão de Anistia.

Este anúncio gera uma reação interessante em uma das participantes: ela fica calada por alguns instantes, mas claramente com uma expressão fechada, e depois de algum tempo começa a falar com raiva, dizendo, de certa maneira, que aquele trabalho havia sido muito pouco. A medida que fala, tenta temporizar e elogiar nosso trabalho, mas que dizendosentiu que alcançamos poucas pessoas e era nossa obrigação ter tornado o grupo público.

Inicialmente, o seu silêncio nos chama atenção, pois fala de um incômodo que apareceu desde o primeiro encontro. Objetivamente, acreditamos que ela está correta, pois perto da quantidade de pessoas afetadas pela ditadura, foram poucas as que aceitaram o convite ou nos procuraram, fora o grupo inicial, porém, acreditamos que existam outros fatores que geraram esta sensação de que a nossa clínica não alcançou pessoas o suficiente.

¹ Título criado a partir da música *Acorda amor* de Chico Buarque, do pesadelo de que em 2017 existam grupos que pedem a volta da ditadura em contraste com o relato dos participantes do grupo que conseguiram voltar a sonhar.

Desde o início, as participantes (usarei o genitivo feminino porque as mulheres sempre foram a grande maioria) do grupo colocavam duas condições para o trabalho: no grupo não se falava de “política”, mas sim da experiência de cada um e que era fundamental buscar mais participantes: “apenas com nós 5 não vai rolar”.

A explicação para a segunda condição é que as cinco participantes iniciais já se conheciam, se relacionavam no dia a dia e sentiam que não tinham muito mais o que trocar entre si, precisavam da participação de pessoas diferentes para ouvir novos relatos e recontarem os seus. Este motivo diz de um impasse inicial do grupo que foi dito, desde os primeiros encontros, sobre a dificuldade de falar que, por exemplo, fez com que duas irmãs passassem décadas sabendo apenas por cima e imaginando o que havia se passado com a outra, mas sem contar de fato o que havia ocorrido na prisão, na tortura, no que se seguiu a tudo isto e o que ainda permanece. No mais, o propósito da clínica é a possibilidade da emergência do novo a cada encontro e a bifurcação de sentido.

Assim sendo, tal queixa se contrasta com um dos nossos primeiros encontros onde apenas três delas puderam ir, mas que foi muito proveitoso. Ao final, uma delas, fazendo alusão ao fato de que no horário do nosso encerramento costuma começar uma aula de dança na sala acima da nossa, diz “hoje fomos só três, mas deu samba”.

A ideia de alcançar outras pessoas passa pelos questionamentos sobre quem merece um traba-

lho de reparação psíquica e quem gostaria de desenvolver este trabalho. Mesmo as participantes mais interessadas na proposta parecem vacilar de tempos em tempos no comprometimento em realizar um trabalho de fala e escuta. Nos primeiros encontros que fizemos, chegaram a declarar que não viam mais sentido em ficar repetindo as mesmas histórias e gostariam de fazer outro tipo de trabalho, talvez envolvendo jovens. Porém, essas propostas alternativas logo foram ficando de lado e a frequência e engajamento que tinham nos encontros mostravam que falar sobre esse trauma ainda fazia muito sentido.

Quem merece ou não falar, quem merece ou não ser escutado. Uma série de hierarquizações são postas em diversos níveis de consciência. Quem morreu, quem foi preso e torturado, quem foi exilado, quem nunca chegou a ser preso, e assim vai. Era comum ouvir frases que escapavam como “ah, mas eu não fui torturada, apenas exilada” justificando uma posição menos autorizada a falar sobre certo assunto. Este tipo de raciocínio, como uma delas mesmo lembra, se for levado às últimas consequências só permitiria aos mortos falarem, afinal foram os que mais sofreram, entretanto estes são justamente aqueles que não podem mais falar, como nos ensina Agamben.

Uma das participantes teve um familiar morto em um acidente que por muitos anos considerou um acidente comum, mas veio a se dar conta recentemente de que o acidente poderia ter sido causado por algum agente do governo

militar. Em alguns momentos faz ressalvas de que não seria “tão afetada” assim pela ditadura militar quanto outras pessoas, ainda que lembre de cenas marcantes com militares fardados invadindo sua casa, apontando fuzis para ela, uma criança na época e revirando os móveis. Ela acaba postergando por um bom tempo sua ida aos encontros do Clínicas do Testemunho e quando finalmente vai e conta o seu testemunho, espanta-se ao ver pessoas que passaram por “torturas horríveis” se sensibilizando com a sua história.

Os que estavam ainda mais vacilantes também costumavam ser um assunto frequente no grupo: aqueles que nunca apareceram, que nunca aceitaram o convite. Entre relatos de convites uma criança na época estão as pessoas que dizem não ligar mais para o assunto, que são águas passadas, que lembrar só iria reanimar antigos sofrimentos ou que isso seria um revanchismo de uma história já liquidada. Mas também estão aqueles que disseram achar a proposta boa, mas não participam, numa resposta ao estilo “é um trabalho muito importante, mas para os outros, eu não preciso”.

As pessoas que nunca apareceram na Clínica do Testemunho são vistas como uma incógnita. Certamente são muitos os fatores que influenciam nessa decisão, mas alguns deles aparecem no próprio grupo: seja a dificuldade de falar e de manter a proposta de analisar quais os traços que permanecem dos acontecimentos passados, que de certa forma ainda são tão presentes, seja o sentir-se autorizado a falar, o que diz da forma como a ditadura foi tratada em nossa transição

para um período democrático e quem é reconhecido como um “afetado pela ditadura”.

Quem é reconhecido como um afetado e como esse reconhecimento se dá está diretamente relacionado com um dos planos de interpretação que podemos dar à primeira condição do grupo, “aqui não se fala de política”, que é o da procura de um modo de registro adequado.

Um caráter mais evidente da recusa de se falar de política, como ao realizar uma análise de conjuntura abordando a macropolítica, é que isto proporcionaria uma racionalização, ou seja, uma defesa psíquica para não se falar daquilo que toca. Em contraposição, analisamos que por mais difícil que fosse testemunhar, ali era o espaço para se conectar ao plano dos afetados: a micropolítica.

Esta oposição aparece também nas questões de gênero, que é reforçada pelo fato de que poucos homens parecem estar dispostos a fazer parte do grupo e da dificuldade desses de falar dos afetados. Houve um encontro no qual isso ficou

evidente, quando a partir de um incômodo do grupo, um dos poucos homens que participava interrompeu sua narrativa sobre a análise atual de conjuntura e começou a dizer sobre como seus tiques lhe remetiam a quando foi torturado durante a ditadura militar.

Por outro lado, como ser mulher durante a luta contra a ditadura também passava pela dificuldade de muitas vezes ter seu modo de ser reconhe-

do e escutado pelos companheiros homens como um modo de discutir muito intelectualizado, que deixava silenciada a tentativa delas de colocar seus afetos e suas relações. Relações estas que também sofriam todo tipo de impedimentos, como em momentos que não sabiam se um parente ou amigo estava morto ou apenas escondido, namoros que acabavam sem nenhuma despedida porque alguém foi preso ou exilado e um aborto realizado porque não havia condições de se gestar um filho em meio à luta e aos riscos.

Todas estas histórias também dizem da dificuldade de realizar o processo de luto, de relações que acabam sem um término, de desaparecidos que morrem sem deixar vestígios. Processos de luto que continuam lhes afetando sem que percebam. São várias as histórias de quando tudo parecia bem, superado, até que, de maneira inesperada, algo as atinge: uma fala de alguém, um filme no cinema, um braço paralisado, um rompante de raiva. Neste sentido, a sensação de que falta mais pessoas no grupo remete também a quem está ausente, aos pais, amigas e colegas que não podem mais estar presentes para compartilhar aqueles momentos.

O processo de luto dificultado pelo trauma também é remetido à questão da transmissão geracional que surge envolta de dúvidas sobre o que ao longo da vida pode ter sido afetado pelo trauma, ou não. Como numa filha que enfrenta mais dificuldades na vida do que a irmã, ou em um filho que toma um rumo na vida oposto ao dos pais. Como muitas vezes o que se transmite não é o que é dito, mas aquilo que fica nas en-

trelinhas, os silêncios subentendidos em uma família. Contudo, fazendo frente a isto, o testemunho também opera um tipo de transmissão.

As participantes falam como é difícil achar o contexto adequado para contar sobre as violências e violações de direito que sofreram durante a ditadura. São, muitas vezes, encaixadas em um dos dois polos: ou o de vítima/herói, ou o de terrorista/comunista. Nos ambientes onde são bem recebidas, os relatos tendem a ser respondidos com demonstrações de pena pelo que elas sofreram ou então com uma exaltação e idealização. Uma delas conta de uma adolescente que diz que as via como suas heroínas. Ambas as posições trazem incômodos.

No mais, ainda existem pessoas que recebem mal a descoberta de que elas participaram de uma resistência. Uma das participantes fala como sempre se escondeu em seu ambiente de trabalho com medo das reações, o que até a fechou a boas recepções que teve mais recentemente, quando começou a tornar público esse lado de sua história. Um outro participante fala de uma perseguição velada que sofria no antigo

emprego após terem descoberto que ele havia participado de uma resistência armada. Conta inclusive um episódio onde chegou em uma sala no qual uma colega de trabalho estava desatenta e, ao se assustar com a aproximação de alguém e ver que era ele, ela grita “não me mata!”.

A dificuldade de falar do que aconteceu e do que sentem, fora de um contexto preparado

para isto como a Clínica do Testemunho, parece ser um sintoma de que algo está fora da ordem. Em um dos encontros uma das participantes diz que se sente responsável pela onda conservadora e também por ver jovens pedindo a volta da ditadura. Ela diz que o silenciamento deles foi criminoso, pois contribuiu para que a história não fosse lembrada como deveria ser. Uma responsabilidade dela, mas não só, de todos nós e que se tornou mais delicada por essa dificuldade de contar testemunhos sem que eles sejam achatados em identidades que lhes retiram o seu potencial transformador e são alvos fáceis de rótulos como “herói”, “vítima” ou “terrorista”.

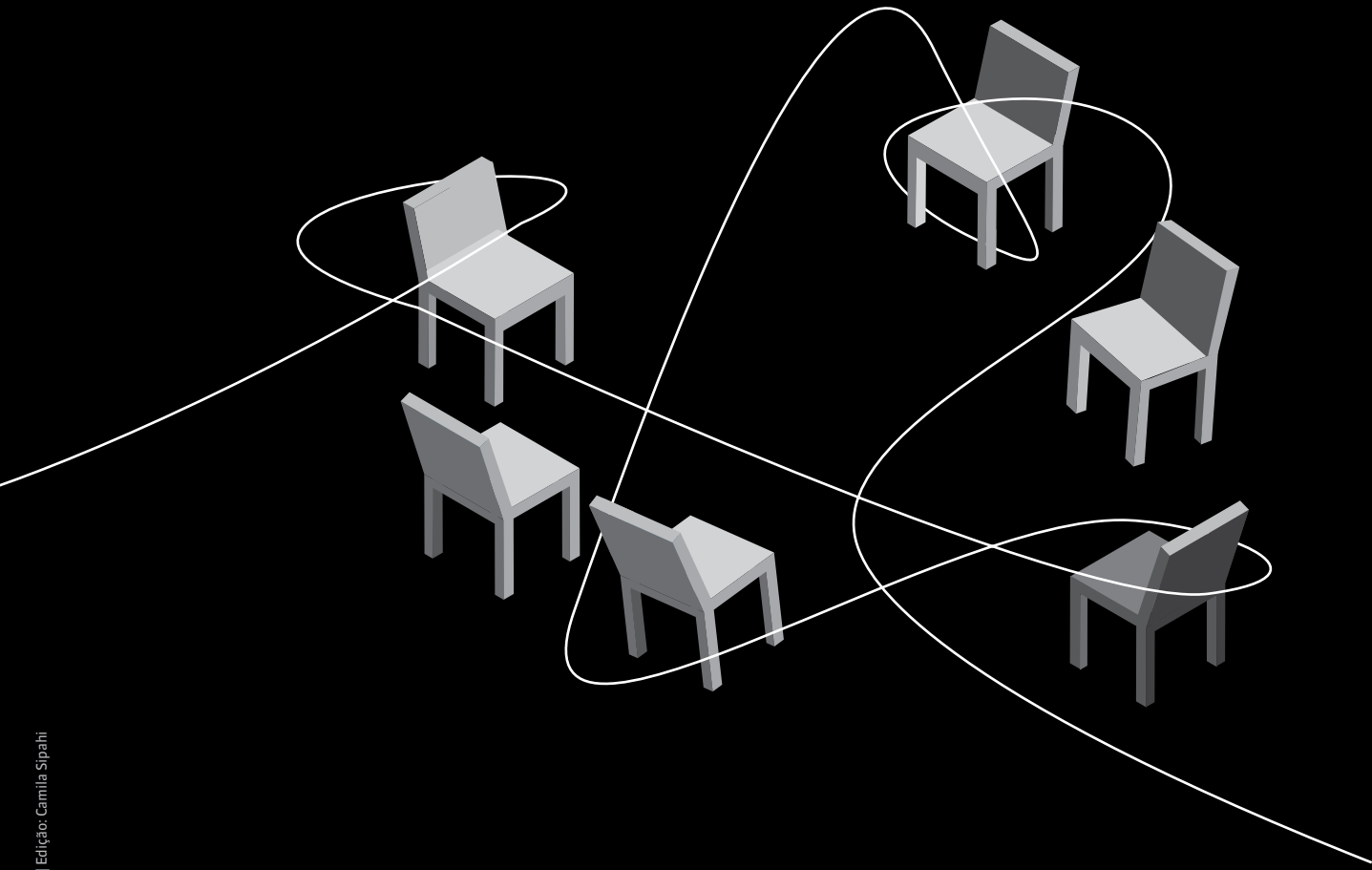
A sensação de temor de contar que foi preso na ditadura para algum conhecido sem saber como ele vai reagir, mostra que algo da ditadura permanece nos dias de hoje, sensação que está intimamente relacionada ao nosso processo de anistia, ao não julgamento de torturadores, ao fato da polícia e da política ainda serem militarizadas e a como uma grande parcela da população negra e periférica continua a ser torturada e morta pelo nosso Estado. Desta forma, é um

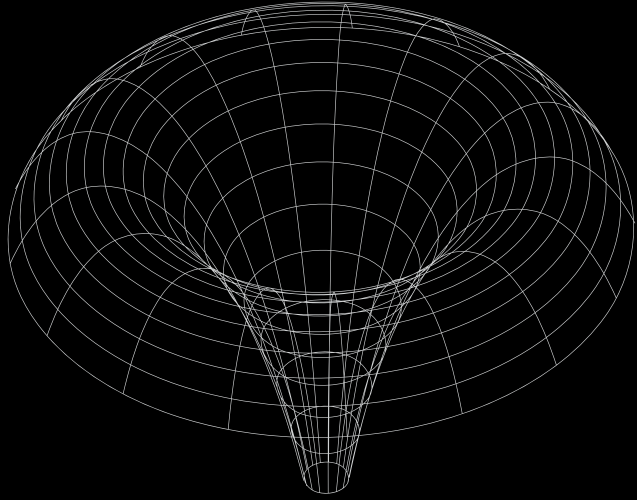
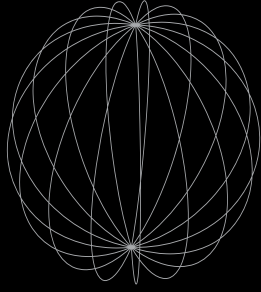
tanto paradoxal começar a conduzir este projeto justamente em 2016, ano do nosso mais recente golpe, e ver que o projeto do Clínicas do Testemunho corre o risco de ser um “projeto de governo” e não um “projeto de Estado”, frustração análoga à relatada por algumas participantes ao verem que, mesmo com a efervescência em torno do tema gerada pela Comissão da Verdade, ainda assim não houve uma revisão capaz de julgar os crimes cometidos pela ditadura militar. O que produz nas pessoas afetadas pela ditadura mais

sofrimento. Uma das participantes chegou a dizer que é como sentir que o seu parente morto pela ditadura, tivesse falecido novamente. Todo um cenário que cria as condições para que, mesmo essas pessoas estando oficialmente anistiadas, suas histórias continuem na clandestinidade.

Compor a clínica do testemunho após o golpe de 2016 é produzir resistência, afirmar a vida, expandir a potência. É produzir máquinas de guerra contra o ressentimento para que as palavras “justiça” e “memória” voltem a significar. Este texto buscou nos testemunhos aquilo que permite corporificar quem são os afetados da ditadura para além da figura abstrata do “militante”. Dissolvendo esta massa que não é coesa, aparecem aquelas que são mulheres, que são negras ou indígenas, os que hoje têm dificuldades para dormir. Aparecem as pessoas, aparecem os efeitos transformadores de suas histórias. Desta forma, o texto é para todos que participaram deste processo ao longo de 2017, mas também para aqueles que nunca chegaram a vir em nenhum dos encontros.







NOMEAR O INDIZÍVEL

por Sandra Berta

Margens Clínicas, assim batizamos um projeto clínico psicanalítico, faz alguns anos. Acompanho esses psicanalistas – já não tão jovens na clínica – desde o início da construção dessa proposta. Lembro que pouco depois de iniciarmos nossas reuniões, uma quarta-feira, lhes disse: vocês têm que se dar um nome. Na reunião seguinte, eles responderam: nosso nome é *Margens Clínicas*! E eu estupidamente lhes perguntei: margens? Por que não “litoral”¹? Não fizeram caso a essa pergunta, e entendo que já sabiam que as margens estariam reconfiguradas. Não só as margens clínicas, também as da topografia e as deles mesmos. Quanto nos transforma esta proposta? Quanto nos interroga sobre as possibilidades da clínica psicanalítica quando vamos do desamparo próprio a nossa constituição subjetiva até o desamparo

social? Nascemos desamparados nós que nos chamamos “humanos”, e precisamos de cuidados imediatos para sobreviver; precisamos dos cuidados daqueles que nos tomam pelos braços da palavra, dos gestos, do calor do corpo... Nas situações de desamparo estamos, de algum modo, sem essa matriz primordial do laço que nos faz um berço.

Hoje, depois desse percurso inicial, esse projeto conta com diversas intervenções nas margens da cidade de São Paulo. São intervenções de escutas singulares nos consultórios dos analistas, nas ruas, nos bairros das chamadas “periferias”, para tratar daqueles que sofrem violência policial na atualidade e que as sofreram nos anos da ditadura. São, portanto, intervenções que enlaçam a clínica do “um a um” com as vozes de alguns que por vezes se reúnem para conversar.

Dizem que sou uma supervisora deste projeto clínico, mas não me considero assim. Sei que faço parte. Faço alguma função por estar à disposição de escutar o que se produz quando nos reunimos para pensar o trabalho. Acho que eles são

passadores de suas questões nestes encontros que chamamos “supervisões”. “Supervisão” é uma palavra que me inquieta porque não há nenhuma “super-visão” nem tampouco nenhum “controle”. Penso que nesse exercício de encontrarmos palavras e de *fazer passar* – de dizer – cada experiência, nesse exercício se articulam um pouco melhor as questões que esta clínica levanta. E então, vamos tecendo estratégias – sempre um pouco falhas – para criar intervenções. Nas nossas conversas também elaboramos o impacto que gera saber um pouco dos ditos e dizeres dos que sofreram situações traumáticas. Fazemos estes encontros quinzenalmente, as quartas-feiras, bem cedo, na copa do meu consultório, com um café da manhã – para nada improvisado – que nos acorda ao dia rapidamente, nesse impacto *violento*, enquanto eles vão dizendo sobre o que se passou. Misturamos as palavras com algum pão amanhecido.

Em 2016 alguns colegas de *Margens* obtiveram o reconhecimento e assumiram a responsabilidade de trabalhar na Clínica do Testemunho. Diferentes propostas, então, de estar à *disposição* para escutar algo do inaudível e do impossível de dizer do traumático. Para fazê-lo ato de transmissão e de elaboração... possível.

Soubemos, por escutar e falar com aqueles que nos diziam do sofrimento ruidosamente calado, que teríamos de fazer uma leitura enodada de cada caso de violência. Enodar – tecer com fio de encontros – o ato da palavra ao que não tem nome. Porque o evento traumático da violência

desatada e calculada, no fim das contas, não tem nome. Seus efeitos, em primeira instância, nos anulam. Isso nos deixa sem palavras, isso nos deixa no espanto que imediatamente redonda em uma pergunta interminável sobre a vida. Podemos responder com todas as argumentações “contra a violência”, “contra a ditadura”. Podemos construir argumentações filosóficas, psicanalíticas, políticas sobre o horror que provoca o diferente, e sobre as consequentes respostas violentas para eliminar essa diferença. Todas elas nos orientam ao ponto tal de nelas nem imaginar estes projetos. Mas... há algo que não fecha. E nessa brecha daquilo que não fecha, vamos buscar uma elaboração. Não vamos atrás da brecha para fechar, mas para dar lugar ao novo. Inventar! Isso nos resta quando estamos perante o desamparo. Porque na brecha da violência, a mais inesperada, a mais insuportável, algo se pode escrever e transmitir do que se produz como novo.

“Como fazer com bonecas de pano (feitas de fio contra a tortura) algo novo?”, nos diz Camila, e Laura lhe acompanha junto àqueles que estavam lá. Novação perante o traumático inominável, indizível, da brecha infinita do instante traumático e do estrago da imposição do outro que cava em um cemitério, corpos supostamente invisíveis por pretendê-los indistintos. Cemitério que se faz clandestino por milhares de corpos quase-indistintos, nos relatam Victor e Pedro. Mas a boneca tem um nome. Os corpos indistintos já não são corpos, são ossos distintos, a contar um-a-um, impreterivelmente,

¹Jacques Lacan, em seu texto *Lituraterra* (in: Outros Escritos, Jorge Zahar Editor, 2003, p. 18) nos ensina que no litoral os domínios estrangeiros e heterogêneos se encontram, se tocam e confluem criando algo novo. Minha proposta da palavra “litoral” aludia a esses encontros com os outros nos quais sempre somos um pouco estrangeiros de nosso saber e do saber alheio.

uma vez que isso foi dito. Porque cada um tem em si a transmissão dos que restaram a viver e se transformaram em testemunhas. Eles, seus familiares, nós. Assim nos transmitem Pedro e Kwame. Faço-me um nome de trapo nessa boneca “tortuosa” já não torturada, simplesmente pelo fato de topar fazê-la. Os efeitos disso em cada um estão para ser recolhidos, aos poucos, não indistintos... Fazer ficção pela palavra impossível, para contestar toda realidade em vista da brecha sem sutura, elabora Anna. Ela elabora do testemunho, uma ficção possível, uma ficção suportável. O desaparecimento e a tortura não se podem dizer, a não ser pelo simples desvario (que nos toma) de atrever-nos a desorganizar a cronologia de eventos absurdamente violentos e armar uma cartografia de desejos por vir. Chegar a metade da hora, já eternamente passada, para reler, e escrever, os efeitos do que não sabíamos como encarar, aponta Anita. E, na calada de nossas manhãs, articular algum efeito do traumático às argumentações possíveis do que consideremos como “reparação psíquica”, aponta, mais uma vez, Rafael. Com eles nos encontramos neste ano de 2017 e deixamos, nestas páginas, alguma constância desta intensa experiência.

São efeitos clínicos que levam em conta a extraterritorialidade da violência (de raças, ideologias e outras) propagando dizeres múltiplos, na diferença. Vozes novas. Discursos por vir em laços inauditos.

Não podemos negar que os efeitos enlouquecedores que imprimem os eventos traumáticos nem sempre permitem uma saída digna ao desejo pelo qual se pode assumir as faltas numa história coletiva e singular. Porque são eventos que produzem angústia e que elidem as vias do desejo, amputando o lugar da palavra, do canto

do tom. O silêncio imutável, a pseudo-indiferença, face a história – a que se escreve na singularidade e a História com “H” maiúsculas – à reclusão numa solidão esquisita, a imensa dificuldade de fazer-se uma história com outros. Eventos traumáticos que são índice do que não faz laço social.

Aí está o desafio maior do que pode operar das intervenções clínicas orientadas pela psicanálise, em cada encontro. E por essa razão, as propostas inusitadas destas não devem perder o cerne do que se procura: como incluir uma questão a cada um? Como produzir a brecha sonora, de cada um não sem outros para que os efeitos nocivos de uma violência sem ordem, sem lei, não se apodere da cena íntima e social.

Não sejamos ingênuos, o berço de cada história pode ser extremamente determinante. Perante o desamparo de um Deus obscuro que acabaria por existir, fazer surgir uma pergunta singela de cada um – não sem outros – isso é um esforço colossal.

Aqui uma advertência: não percamos a orientação considerando que qualquer coisa serve a ser predicada como “intervenções clínicas” porque perigamos cair, nós mesmos, em diferentes modos que longe de encontrar efeitos que contestem o traumático do evento, podem fazer dele apenas mostraçã, na tentativa de apagar as emergências do pior. Afinal, é no detalhe da cena traumática, por vezes extremamente escandalosa, que um sujeito pode fazer passar pela ranhura do indizível algum saber que, por pouco que seja, não será miserável. Segunda advertência: não são as diferentes atividades, suas originalidades, os que nos põem em risco. O que nos põe em risco é a falta de orientação nas intervenções clínicas.

Assim sendo, nesses encontros matutinos podemos à prova o que se pode partilhar com os exilados do direito, da lei, com os fora-da-lei que são todos aqueles que padeceram na carne e na história os estragos daqueles que tem a certeza de apropriar-se de outro para eliminá-lo. Aquele que assume delirantemente que a carne alheia lhe pertence. Carne sem corpo, sem grito, sem palavra. Carne que silencia a tagarelice que se tece pela linha da palavra que nos habita, que nos faz e que nos humaniza.

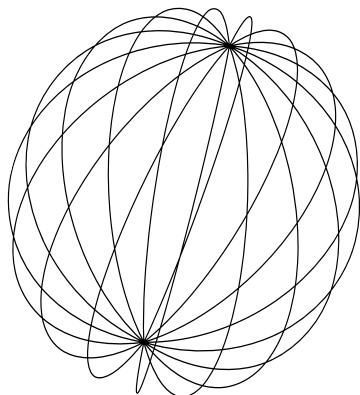
Em resposta a eles dar um nome às coisas. Um nome que engendre, crie, invente a possibilidade de fazer-se escutar os sons do silêncio. Porque os traumas tendem a criar raízes ao silêncio. Silêncio esticado. Palavras mudas porque se anula o interlocutor. Até eu mesmo como o primeiro interlocutor. Exilar-me dos efeitos do traumático, esse seria o horizonte, a mira, de quem, com seu ato, pretende aniquilar-me.

Os exilados da sua condição de falar, a eles se propõe a clínica psicanalítica. E aqui são difíceis de diferenciar as margens, as fronteiras e o litoral: a quem corresponde? Porque o traumático não é privilégio de ninguém e vale para todos. Se

temos o timão destas experiências clínicas poderemos navegar em plena tormenta, em tsunamis que estão, lamentavelmente, na ordem do dia, em nossa época. A isso considero que responde a frase de Lacan quando nos diz que o analista deve – dever ético – estar à altura dos acontecimentos da sua época.

Estar à altura do dizer que precisa outros dizeres, ao que do trauma parece equivalente, indiferenciado e indistinto. Precisam-se nomes. Nomear é nomear as coisas. Isso vai muito mais longe. Nomear serve para dizer: aqui, lá, acolá. Porque para navegar é preciso o mapa. Navegar merece saber das coordenadas. Que dizer, é preciso o *mercator* que nos permite ter alguma bússola que oriente. Para navegar sem destino há de se poder nomear um destino possível. A *indistinção* desenlaça dramaticamente – no melhor dos casos – um destino que se aventura para a tragédia.

Volto às manhãs das quartas-feiras, impreterivelmente quinzenais, nas quais entre o café, pão de queijo, algum bolo recém-comprado ou amanhado, pão com manteiga e alguns cigarros, fazemos as perguntas, as mais óbvias, que esta clínica nos coloca. Na diversidade da “escuta” para



dar voz ao indizível, para produzi-lo pela palavra que me aloja com outro, mais uma vez.

Porque isso se atualiza a cada quarta-feira e porque indica que “estar à disposição” é sempre um desafio. Uma frase que em português, se diz: *Pois não!* Veja expressão paradoxal para dizer que algo está aí e para que algo se diga! Não existe tradução em espanhol que inclua essa negativa. *Pois não!* É uma expressão da qual me sei estrangeira e que, por isso, provavelmente, algo escreve aí.

Pois não! Nome paradoxal da disposição. Nome do estar aí para deixar que, pela palavra, se elaborem respostas ao totalitarismo, produtor das múltiplas manifestações da violência. Uma clínica, então, na qual nos dispomos a criar na urgência amordaçada os “casos de urgências” ao modo como dizia Lacan na *Nota aos italianos*: casos de urgências para produzir a demanda ao remetente do instante traumático, para dar lugar ao tempo de compreender do instante que pode durar uma eternidade. Então, podemos supor que aí onde há indistinção do traumático, também poderá haver indistinção da temporalidade. Criar uma temporalidade que permita a cada um assu-

mir a questão: o que foi? O que fazer com isso e o que fazer depois?

Intervenções nas *margens clínicas* para saber que a urgência subjetiva não se equipara ao instante traumático. Quando o trauma se faz urgência, já estamos vários passos à frente da produção de uma questão singular, que faça laço ao outro e que se enlace, com outros, a partir de respostas inusitadas.

Novações... para nomear o indizível.





POSFÁCIO AOS PSICANALISTAS

PSICANÁLISE E DITADURA: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES¹

Por Rafael Alves Lima

Gostaria de inicialmente dizer algumas palavras sobre o título: “Psicanálise e Ditadura”. A conjunção e me convocou para uma reflexão. Quando me perguntam sobre o que é minha pesquisa de doutorado, costumo responder: “é sobre a história da psicanálise na ditadura” – e sempre que me parece oportuno, faço questão de nomear por completo: “na ditadura civil-militar brasileira”. A conjunção que liga estes dois significantes pode indicar matizes de relações existentes entre eles. A expressão “psicanálise e ditadura” denota que os termos podem ser adicionais ou contíguos, ao mesmo tempo em que sublinha a diferença en-

tre eles. Lembro-me de um antigo paciente que certa vez esticou o pescoço na direção da minha escrivaninha e se espantou quando viu ali um importante livro organizado pelo psicanalista carioca Chaim Katz, cujo título estampado em vermelho vivo é “Psicanálise e Nazismo”. “- E tem ligação?”, ele me perguntou. Não lembro das palavras que lhe disse, mas me lembro muito bem do meu engasgo. A resposta na verdade foi o próprio engasgo manco, trôpego, sedento por uma assertiva: minha resposta foi uma declaração de vergonha. Lembro desta cena porque habituamo-nos ainda a pensar na conjunção e como uma proposição de interfaces, especialmente quando o primeiro termo é “psicanálise” (“psicanálise e arte”, “psicanálise e política”). Habituo-nos às interfaces bem-vindas, desejadas, que convidam ao orgulho do nosso campo de origem, à enormi-

¹ Texto apresentado no encontro Psicanálise e Ditadura, em setembro de 2017

dade de possibilidades de interlocução com outras áreas do saber. Mas quando lemos “psicanálise e ditadura”, ou “psicanálise e nazismo”, vem a vergonha, o tropeço: engasgamos.

Eu até poderia falar hoje aqui sobre a psicanálise na ditadura – ou seja, sobre suas condições de subjunção e de pertencimento, de sobrevivência se quiserem, entre 64 e 85, conjecturando sobre as qualidades de sua inserção e submissão às imposições do regime militar. Mas quero hoje que o engasgo seja o norteador desta apresentação, porque tenho algumas hipóteses sobre ele.

Digamos que o engasgo possa ser dividido em estágios, à maneira dos três tempos lógicos de Lacan, por meio das categorias de vergonha, culpa e responsabilidade. A vergonha é frequentemente paralisante, evocando as vontades mais profundas da desimplicação e de desaparecimento, misturada às sensações de humilhação e constrangimento; a vergonha é instantânea, corresponde ao espanto e à surpresa da primeira apresentação à coisa, e não por acaso ela é frequentemente acompanhada do rubor, tão instantâneo quanto incontrolável. A culpa, a bem dizer, também comporta a conotação de paralisação, mas parece ser já um primeiro passo em direção à implicação, cujo silêncio que lhe é correlata não sinaliza isenção, mas sim o compromisso com a questão; a culpa demanda um tempo para a compreensão, para a administração psíquica que resulta da apresentação à coisa. A responsabilização seria assim a matéria almejada neste campo, voltada à constituição dos argumentos, da reflexão, da incontornabilidade da implicação. Não por acaso, a responsabilização leva à conclusão, tal como no dilema dos prisioneiros de Lacan, mas lembremos que esta conclusão não pode ser individual: certos

dilemas a respeito daquilo que carregamos em nossas costas e não podemos ver – desde discos coloridos até a história que nos precede – só se concluem em decisões coletivas.

Que posição comum temos sobre psicanálise e ditadura? Suponho que a primeira coisa que vem à cabeça de vocês aqui hoje é o nome de Amílcar Lobo. Psiquiatra, psicanalista em formação pela Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, era conhecido como Dr. Carneiro nos porões da ditadura, servindo ao DOI-CODI na Barão de Mesquita e na Casa da Morte de Petrópolis no Rio de Janeiro. Ele era um dos principais responsáveis pela garantia médica da sobrevivência do torturado, até o limite em que as condições vitais pudessem ser mantidas, para que, na quase-morte, viessem a delatar seus pares e supostos planos revolucionários. Dou-me ao direito de não repetir aqui o passo-a-passo da monstruosa história do caso, que pode ser facilmente pesquisada e acessada em artigos e livros. Para aqueles que desconheciam tal história, bem...desculpas pelo engasgo.

Quando nós psicanalistas encaramos o caso Amílcar Lobo, quase imediatamente respondemos, tal como respondemos em certo momento a um certo deputado federal: “não me representa”. É certo que tal posicionamento é fundamental, mas ele é apenas o começo da conversa. Pois, por mais que não nos reconheçamos na história do psicanalista torturador, ainda parece ser necessário fazer alguns ajustes de contas. “Mas ele não atuava como psicanalista enquanto torturava”, “mas ele não era psicanalista ainda, estava em formação ainda”, “mas ser auxiliar de tortura é diferente de ser torturador”: eis uma pequena amostra da nossa ilustríssima Coleção Piores Respostas Edição 2017 – que só tende a crescer se não levarmos o “não me representa” até o fim do argumento.

Elenco aqui três pontos para um primeiro esboço de ajuste de contas. Primeiro, há uma diferença entre tomá-lo como um caso particular e um caso isolado. Isolá-lo do contexto que o circunda restringe o campo visual necessário para a percepção do quadro geral da psicanálise no período referido. Penso que o caso Amilcar Lobo frequentemente atribula o exame de tal quadro geral em detalhes, ofuscando e “drenando” para si outras análises possíveis. São os problemas que se dão em torno do que chamei em outro momento de exemplaridade do caso: a sedução provocada pela singularidade dos casos se torna um problema quando aquilo que se quer constituir é uma verdadeira história da situação da psicanálise em determinado período e local. Quando pensamos na relação entre psicanálise e ditadura, por exemplo, vale lembrar que ao longo dos 21 anos do regime militar, a psicanálise teve uma expansão extraordinária em termos de inserção na cultura de massas, representando um “selo distintivo” para as classes médias urbanas que buscavam a experiência do divã. Vale lembrar ainda da questão de mercado em torno da oferta e da procura por parte dos psicólogos pela formação em psicanálise; os psicólogos, que tinham sua profissão regulamentada já em 62, viram seus representantes de classe e conselheiros outorgarem títulos honorários de psicólogo aos ditadores Geisel e Médici no contexto do AI-5, títulos cujo processo de revogação se desenrolou muito tardiamente, em torno de 2015. Ora, a formação de novos quadros de analistas oriundos das cadeiras da graduação em Psicologia dividia as instituições psicanalíticas que já se encontravam bem consolidadas no cenário nacional nos anos 70, interessando estas instituições ao mesmo tempo em que ameaçava a reserva de mercado constituída até então pelos

psicanalistas médicos. Logo, a anomalia Amilcar Lobo foi gestada no interior de um projeto para a psicanálise no Brasil, um projeto dissimulado em meio à incubação de uma cartilha proto-neoliberal em franca execução, que fez de nosso país um verdadeiro laboratório experimental de promoção da ordem e do progresso em suas múltiplas facetas econômica, política e subjetiva. Notem que, entre culpas e responsabilizações, de qualquer modo, este fenômeno complexo que ficou conhecido como o boom da psicanálise compõe um cenário bastante diverso da erradicação da psicanálise em regimes totalitários ao redor do mundo. Se não houve aqui nazificação da psicanálise como houve na Alemanha, na qual analistas judeus emigraram dos países germânicos e se pulverizaram nos quatro cantos do mundo, houve aqui perseguição, retaliação, expulsão de membros que representavam ameaças ao status quo pretendido neste tal projeto de psicanálise para o Brasil.

Chegamos assim ao segundo ponto. É preciso lembrar que toda versão da história comporta uma intencionalidade, uma declaração de interesses. A disputa por versões da história, no plural, é uma disputa por versões da memória que se consagrarão. Não é o caso de advogar em favor do relativismo, mas, pelo contrário, de reconhecer que cada história é escrita na oscilação entre o destaque de certos acontecimentos e o apagamento de outros. Há um certo conjunto de análises históricas que compreendem o comportamento apolítico dos psicanalistas na chave das posições de “neutralidade e abstinência”, pregadas pelo pós-kleinismo oficial em voga no período como premissas clínicas de base para a condução dos tratamentos psicanalíticos. A caricatura do psicanalista “isentão”, como se poderia dizer hoje em dia, no entanto, não é regra

geral. Além de ser injusta com a posição militante de resistência e combate ao regime militar que alguns psicanalistas e instituições de formação extra-oficiais tomaram, ela acaba sendo igualmente injusta com a posição assumida por psicanalistas ipeístas, inclusive, com coragem e vigor. Por mais que tais análises históricas que colocaram o apolitismo psicanalítico no pacote da “neutralidade e abstinência” tenham promovido avanços bastante significativos no que diz respeito à clausura dos psicanalistas em seus respectivos consultórios particulares, elas acabam por reduzir a despolitização a uma questão de técnica psicanalítica. Proponho que possa ser mais potente perguntar, por exemplo, quais foram os compromissos declarados e não declarados da psicanálise e dos psicanalistas com a agenda da Doutrina de Segurança Nacional? Pesquisas históricas hoje em curso têm buscado demonstrar, por exemplo, o compromisso da psiquiatria paulistana mais eminente do período ditatorial, sob a figura de Antonio Carlos Pacheco e Silva, com grupos como o World Anti-Communist League e filiações partidárias com a ARENA, sustentando e legitimando o discurso do “inimigo interno” da DSN em bases psi-científicas herdadas do eugenismo e do higienismo de outrora. Será que há um capítulo psicanalítico desta história de colaboracionismo e de convivência com a agenda anti-comunista que a tantos perseguiu, torturou, assassinou e fez desaparecer? Será que de fato já esgotamos o processo de compreensão das posições psicanalíticas que reafirmaram a patologização dos inadaptados (ao regime) em nossa arqueologia da esquerdopatia? Será que, justamente, não é o caso de conduzirmos nossas pesquisas históricas sobre psicanálise e ditadura pautadas não somente pela ética da psicanálise, mas também pela ética que nos compromete

com a memória, a verdade e a justiça, compromissos que os levantamentos das Comissões da Verdade por exemplo nos inspiram a assumir enquanto tal?

Deixo aqui o convite a estas provocações para aportarmos em nosso terceiro ponto. Ao fim e ao cabo, resta uma questão fundamental: afinal, de que Brasil estamos falando quando falamos em psicanálise e ditadura civil-militar brasileira? Lembremos que mesmo aqueles psicanalistas que, longe de nos envergonhar, assumiram posições corajosas e críticas em relação ao regime militar, também traziam em suas reflexões uma concepção de Brasil que deve ser passada em revista. Nem mesmo os melhores textos escritos por psicanalistas na época devem estar imunes a revisões críticas por petição de princípio. Helio Pellegrino, por exemplo, conclui seu canônico “Pacto Edípico, Pacto Social”, de 1983, com a seguinte afirmação: “Sociopatia e delinquência são faces de uma só moeda. A ruptura com o pacto social precipita, com grave frequência, a ruptura com a Lei da Cultura. É preciso mudar o modelo econômico e social brasileiro por uma questão de higiene mental, moral e política. Por uma questão de vergonha”. Tal conclusão é possível porque Pellegrino reputa à estruturação da ordem social e da Lei da Cultura uma equivalência entre a “sociopatia grave” e a “delinquência”. Uma provável herança tortuosa da sociologia clássica brasileira de Sérgio Buarque de Hollanda e Gilberto Freyre leva a conclusões rasas e apresadas quando aquilo que se detecta está fora da estigmatizada brasilidade, tão cordial quanto desigual – que, justiça seja feita aos autores desta sociologia de base, é muito mais complexa do que as categorias fazem crer à primeira vista. Ora, são conhecidas as teses psicanalíticas do período imediatamente pós-ditadura que consideram a

“má internalização da Lei”, a “Lei frouxa”, como o verdadeiro sintoma brasileiro. Daí para um juízo moral colonizador, generalista e acachapante a respeito dos modos de socialização no nosso país, traduzidos na pejorativa expressão “jeitinho brasileiro” e no atualíssimo diagnóstico de Transtorno de Corrupção Generalizada – como se houvesse capitalismo sem corrupção –, é um pulo. “Lei frouxa” nas comunidades e nos movimentos sociais que emergem da quebrada? “Lei frouxa” no Brasil profundo e sertanejo retratado em um “Abril Despedaçado” de Walter Salles? Desafio vocês a encontrá-la. O que parece fácil de encontrar é a deslegitimação da luta de classes por meio da infiltração ideológica da ideia de progresso e de modernização colonizatória dos costumes no discurso psicanalítico – não seria arriscado dizer, explicitamente declarada desde os primeiros momentos de recepção e implantação do freudismo no Brasil. Basta olhar para algumas afirmações aqui e ali, de nossos grandes pioneiros e bandeirantes da psicanálise no Brasil, que, quando liam o *Wo es War Soll Ich Werden* de Freud em versão brasileira Herbert Richards, liam: “Onde era Id, será Ego; onde era sertão, será Brasília”.

Imagino que, a esta altura da apresentação, estejamos nos aproximando da conclusão de que não esgotamos o argumento, e menos ainda esgotamos o problema, mas espero que minimamente tenhamos gerado o efeito da responsabilização. Quero concluir afirmando que já é passada a hora de nos havermos com o legado que herdamos, se de fato o herdamos, sem negar a sua existência tal como o faria um revisionista, mas sobretudo responsabilizando-nos por ele, por responder a ele. Caso contrário, nossa militância será sempre frágil, tão efusiva quanto evasiva, frequentemente leviana e voltada a finalidades autopromocionais escusas. Vivemos

sob um golpe de Estado, cuja destituição de nossa frágil democracia formal (que nem formal mais é) nos atravessa de ponta a ponta. Em um país em que só 5 presidentes completaram seus respectivos mandatos nos últimos 90 anos, em um país em que movimentos sociais de luta e de resistência são criminalizados à torto e à direita – certamente à direita e pela direita –, em um país que insiste em desconsiderar o racismo como estrutural, em um país de profundas desigualdades sociais, cuja polícia ainda é militar e faz desaparecer dos olhos das classes médias centenas e milhares de negros periféricos no interior do nosso sistema prisional, quando não os assassina em plena luz do dia. Bem, acho que o recado está dado: é preciso que repensemos urgentemente o nosso legado, e que o engasgo nos leve à responsabilização e às decisões coletivas a respeito de nossa própria história. Fica o convite!



COLETIVO MARGENS CLÍNICAS

O Margens Clínicas é um coletivo de psicanalistas, fundado em 2012, que oferece atendimento a afetados pela violência de Estado e tem como eixo primordial o desenvolvimento de dispositivos clínicos direcionados à reparação psíquica da violência política em período democrático. Defende a importância da efetivação de políticas públicas reparatórias como uma das formas de combate à violência do Estado, tanto as violências explícitas do genocídio preto, pobre e periférico, como os crimes velados do genocídio cultural que nega e violenta tudo o que fuja ao ideal branco, classista e heteronormativo. Desde 2016 desenvolve a Clínica do Testemunho nas Margens, projeto vinculado à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, e é um dos Centros de Estudos em Reparação Psíquica financiado pelo Fundo Newton do Conselho Britânico.

Anita de Freitas Vaz, é psicóloga formada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É membro do Coletivo Margens Clínicas através do qual desenvolve trabalhos de Cartografia Social com juventudes. É membro da equipe clínica do projeto Clínicas do Testemunho nas Margens, responsável pelo trabalho de escuta territorial no bairro de Heliópolis e membro do Centro de Estudos em Reparação Psíquica. Desde o início de 2017, integra a equipe de cartografia social com jovens moradores do bairro de Heliópolis em São Paulo.

Anna Turriani, é mestre em humanidades e psicóloga pela USP, tendo como foco de atuação a construção da memória coletiva através do corpo

e do território. Membro do Margens Clínicas desde sua fundação, dedica-se à pesquisa de metodologias clínicas comunitárias voltadas para a recuperação e construção de memória coletiva. Foi membro do Centro de Atención Psicosocial a Víctimas de Violencia Política (CAPVVIPO) da Escuela de Psicología de la Universidad de San Carlos de Guatemala e é membro de Red de Investigadores Adjuntos e Adjuntas del Departamento Ecumenico de Investigaciones (San José/Costa Rica). Integrou a VI Turma de Formação em Eutonia do Núcleo Berta Vishnivetz em 2010 e desde 2011 coordena a Dançarilhos - espaço para corpo em movimento, onde desenvolve metodologias corporais e coletivas de cuidado. É coordenadora do Centro de Estudos em Reparação Psíquica e do Projeto Clínicas do Testemunho nas Margens.

Gabriela Serfaty, psiquiatra e psicoterapeuta, é mestre pelo núcleo de subjetividade da psicologia clínica da PUC-SP. É médica responsável do hospital Dia Casa Verde e trabalha como psiquiatra no projeto NAPAVE (Núcleo de Apoio a Afetados pela Violência de Estado) financiado pelo Fundo Especial da ONU de combate à tortura, no Rio de Janeiro. É integrante do Clínicas do Testemunho nas Margens e membro do Coletivo Margens Clínicas.

Kwame Yonatan Poli dos Santos, psicólogo clínico, graduação e mestrado na UNESP, mestrado na linha de Subjetividade e saúde coletiva, teve a dissertação publicada em forma de livro: Feliz para sempre? – uma análise dos efeitos do uso a longo prazo de antidepressivos. É membro do Margens Clínicas. Possui atuação profissional na área de Assistência social. Poeta, com 2 livros publicados,

Transversos e Nasce um desejo. Trabalha na clínica com a temática dos marcadores sociais de diferença (gênero, raça e orientação sexual). É membro da equipe clínica do projeto Clínicas do Testemunho nas Margens e membro do Centro de Estudos em Reparação Psíquica.

Laura Maria do Val Lanari, é psicanalista, mediadora pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJSP, advogada formada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e atualmente participa das formações clínicas da Escola de Psicanálise do Fórum do Campo Lacaniano de São Paulo. Integrante do Margens Clínicas, é voluntária do projeto Clínicas do Testemunho nas Margens, tendo feito parte da Oficina de Bonecos da Memória. Além disso, é membro do Centro de Estudos em Reparação Psíquica e desde o início de 2017, integra a equipe de cartografia social com jovens moradores do bairro de Heliópolis em São Paulo.

Olívia Morgado Françoze, é psicóloga e psicanalista. Integrante do coletivo Margens Clínicas desde sua fundação, trabalha como terapeuta do projeto NAPAVE (Núcleo de Apoio a Afetados pela Violência de Estado) financiado pelo Fundo Especial da ONU de combate à tortura, no Rio de Janeiro. É integrante do Clínicas do Testemunho do Rio de Janeiro e membro do Centro de Estudos em Reparação Psíquica do Rio de Janeiro.

Pedro Oliveira Obliziner, psicólogo, psicanalista, mestrando em Psicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia da USP. É membro do Margens

Clínicas e da equipe clínica do projeto Clínicas do Testemunho nas Margens. Promove ações coletivas de memória no bairro de Perus e membro do Centro de Estudos em Reparação Psíquica.

Victor Barão Freire Vieira, psicanalista, mestre em psicologia pela USP. Foi formador de facilitadores em Práticas de Justiça Restaurativa comunitária pelo Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Campo Limpo – CDHEP e consultor da Pastoral Carcerária Nacional. É integrante do Margens Clínicas desde sua fundação e membro da equipe clínica do projeto Clínicas do Testemunho nas Margens, responsável pela coordenação do trabalho de escuta territorial no Bairro de Perus e membro do Centro de Estudos em Reparação Psíquica.

Rafael Alves Lima, é psicanalista, mestre e doutorando em Psicologia Clínica pela USP. Autor de “Por uma Historiografia Foucaultiana para a Psicanálise: o poder como método” e organizador de “Clinicidade: a psicanálise entre gerações”. Editor da Lacuna: uma revista de psicanálise. É integrante do Margens Clínicas desde sua fundação e membro da equipe clínica do projeto Clínicas do Testemunho nas Margens e do Centro de Estudos em Reparação Psíquica.

Sandra Letícia Berta é psicanalista, mestre e doutora em Psicologia Clínica pelo IPUSP, membro da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano-SP e supervisora do Projeto Clínicas do Testemunho nas Margens. É integrante e supervisora do Coletivo Margens Clínicas desde sua fundação.

PARCEIROS DO CLÍNICAS DO TESTEMUNHO NAS MARGENS

Camila Sipahi Pires, é artista plástica e designer gráfica, formada em Produção Editorial pela FAAM. Trabalhou como diretora de arte por 20 na publicidade. Por 5 anos foi responsável pela revista Nestlé com Você. Entre tantas capas de livros e projetos gráficos, destaca Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil – São Paulo/ALESP, 2014. Faz oficinas com foco em resgate de memórias. Colaborou com arte terapeuta nessa edição das Clínicas do Testemunho com o Projeto Bonecos da Memória.

Thalita Duarte, é atriz e produtora cultural formada pelo SENAC, atualmente conclui graduação em Arquitetura e Urbanismo na UNIP e é integrante do Grupo Pandora de Teatro. Integrou o Coletivo Parabelo e participou de diversas oficinas, entre elas destacam: “Desenvolvimento e Gestão Cultural” pela CCB/PUC-MG, “Gestão e Desenvolvimento Cultural – Formação na Ação” na Comunidade Cultural Quilombaque, “Produção de Espetáculos Culturais” na SP Escola de Teatro, “Gestão cultural de artes cênicas em espaços alternativos” no CPF SESC, além de diversas oficinas de formação artística. Como atriz participou de 14 espetáculos e atuou como produtora em projetos contemplados pelos editais: Programa VAI, ProAC, Fomento ao Teatro e Prêmio Funarte de Teatro Myriam Muniz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. O que resta de Auschwitz?: o arquivo e a testemunha. Tradução de Selvio J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ALENCAR, S. A Experiência do Luto em situações de violência: entre duas mortes. Doutorado em Psicologia Social/ PUC-SP. São Paulo, 2011.
- ANDRÉ & GOULD, J. M., L. Queixadas – Por trás dos 7 anos de greve. Jéssica Moreira e Larissa Gould, São Paulo, 2013
- BRASIL DE FATO, Depois da queda: O grande capital internacional, a direita e os oportunistas nativos querem comemorar os 50 anos de 64, com um novo golpe. Artigo de Alípio Freire, 2014, In: <<https://www.brasildefato.com.br/node/29714/>>
- Desaparecidos Políticos um capítulo não encerrado da História Brasileira / São Paulo: Instituto Macuco, 2012.
- DOBLES, Ignácio. Memorias del Dolor. San Jose: Arlekin, 2009.
- DOS ANJOS, A. C. C., et. al. O rio pelos trilhos: introdução à história de Perus e Cajamar. Caieiras: IPEH – Instituto de Pesquisas em Ecologia Humana, 2008
- FELTRAN, G. de Santis. Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo- São Paulo: Editora Unesp: CEM: Cebrap, 2011.
- FLORIENSKI, P., A perspectiva inversa. São Paulo: Ed. 34, 2012 GUATTARI, F. y ROLNIK, S. Micropolítica: Cartografias del deseo. 2. ed Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.
- JESUS, M. C. Quarto de Despejo: Diário de uma favelada, São Paulo, ed. Ática, 1960.
- MATEUZI, M. Caminhos Histórias e Resistências na Zona Sul. Sujeitos, Frutos e Percursos – Projeto Jovens facilitadores de práticas restaurativas. São Paulo: CDHEP, 2015.
- PORTO- GONÇALVES, C.W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. Polis, Revista de la Universidad Bolivariana, Volumen 8 N. 22, 2009.
- PASSOS, E; BARROS, R. A Construção do Plano da Clínica e o Conceito de Transdisciplinaridade. In Psicologia: Teoria e Pesquisa. Vol.16 n.1. Universidade Federal Fluminense, 2000.
- POOLE, D. Y DAS, V. El Estado y sus Márgenes – Etnografías comparadas. Cuadernos de Antropología Social N 27, UBA, Buenos Aires, 2008.
- RIVIÉRE, P. O Processo Grupal. 8 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.
- SAMPAIO, M.R.A. Heliópolis: O percurso de uma invasão. Teses FAU/USP, São Paulo, 1991.
- SOARES, L. E. Uma interpretação do Brasil para contextualizar a violência. In. Pereira, C. (orgs) Linguagens da violência. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- TURRIANI, Anna Os processos de recuperação e reconstrução de memória histórica na Guatemala: um recorte a partir das memórias das resistências. 2015. Dissertação (Mestrado em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8161/tde-11012016-133626/>>
- VARIOS AUTORES, Vala clandestina de Perus: desaparecidos políticos, um capítulo não encerrado da história brasileira. São Paulo: Instituto Macuco, 2012.
- VAIHINGER, Hans. A filosofia do ‘Como Se’. Chapecó, SC: Argos, 2012
- VÁZQUEZ, Félix (2001) La memoria como acción social, Barcelona: Paidós. 2001.
- ZIZEK, Slavoj. Sobre la violencia: seis reflexiones marginales. Buenos Aires: Paidós, 2009.

AGRADECIMENTOS

Além das parcerias formais do projeto Clínicas do Testemunho nas Margens, que trabalharam como parte da equipe de execução, gostaríamos de agradecer imensamente a todas as pessoas que estiveram nessas trilhas pela memória ao nosso lado, seja as que nos auxiliaram com as articulações comunitárias e políticas necessárias para a adequada realização deste projeto, seja àquelas que confiaram suas palavras e arriscaram seus corpos na árdua tarefa de revolver as memórias de um passado marcado pela violência. Foram diversas as pessoas que cruzamos e que nos acompanharam, e seria impossível a tarefa de nomear todas elas sem incorrer no risco de esquecer atores importantes, ao que gostaríamos de agradecer a todas as pessoas de Heliópolis, na figura de Antonia Cleide Alves – presidente da UNAS, e todas as pessoas de Perus, na figura de José Soró, coordenador da Comunidade Cultural Quilombaque. Vale ainda um agradecimento especial à toda equipe do CEU Heliópolis Arlete Persoli, que sempre nos forneceram todos os recursos materiais e humanos para a execução de nossas atividades, assim como a Elisabeth Pedrosa, responsável pela Biblioteca Padre José de Anchieta de Perus. A equipe do CAAF – Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da UNIFESP, por seguirem bravamente na tarefa de escavar, separar e nomear as ossadas de um passado que insiste em ser esquecido, e a Fábio Franco por nos levar a Perus e trazer mais esta margem para dentro das políticas de reparação do Estado. A equipe do Memorial da Resistência de São Paulo. A Luis Galeão e Jorge Broide, assim como a todos os professores e colegas da academia que nos auxiliam na articulação ético política de um saber científico à serviço da comunidade. A Lucas Paolo Vilalta e Eduardo Chatagnier pela escuta, carinho e risadas tão importantes em nossos encontros. Agradecimento especial a Pedro Lagatta, quem concebeu a primeira versão deste projeto e nos encorajou a trilhar esta jornada, assim como a todos os colegas do Margens Clínicas que seguem confiando nas apostas deste coletivo. Agradecemos a todos os outros núcleos do Clínicas do Testemunho pelas valiosas trocas e parcerias. Também ao Instituto de Estudos das Religiões – ISER RJ, por nos acolherem institucionalmente na execução deste projeto e prestarem toda a ajuda que esteve ao alcance durante estes dois anos de parceria. Por fim, um agradecimento mais que especial à Camis, duplamente parceira, por confiar neste projeto seu trabalho, seus bonecos, sua arte, por acompanhar-nos no caos das memórias, por tecer esse fio de história junto conosco e ajudar-nos a colocar esse livro na tela de retalhos das memórias de nosso país.


MARGENS CLÍNICAS



PROJETO
CLÍNICAS DO TESTEMUNHO

COMISSÃO DA
ANISTIA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA

